

Anexo II.4.3-C

Aqui são apresentados os tópicos referentes ao diagnóstico do Meio Socioeconômico do município de Itaboraí, o qual passou a integrar a área de estudo do Projeto Etapa 2.

Este diagnóstico possui a mesma itemização adotada para os demais municípios identificados na área de estudo, conforme as exigências contidas no Termo de Referência – TR nº 002/13, emitido para a Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Campos – Etapa 2.

As informações apresentadas ao longo dos subitens basearam-se em dados secundários oficiais e disponíveis. Para o caso de alguns itens, foi feita consulta por telefone, de forma a confirmar ou atualizar esses dados.

II.5.3.1 - Uso e ocupação do solo

As informações aqui apresentadas são provenientes de pesquisa em fonte de dados secundários e tiveram como objetivo caracterizar os diferentes tipos de uso e ocupação do solo no município de Itaboraí e identificar os instrumentos legais regulamentadores disponíveis. Tendo em visto a possibilidade de leitura integrada da área de estudo e visando entender os fluxos de população, mercados e serviços vigentes nesse território, foi privilegiada a compreensão da rede urbana. O conceito de rede urbana permite compreender a cidade como centro de poder e suas regiões de abrangência, indicando as dimensões relacionadas ao campo social e econômico. Observando as diferentes relações encontradas na dinâmica urbana dos territórios, pode-se perceber a presença de centros urbanos classificados em uma ordem hierárquica segundo a sua importância em termos políticos, econômicos, socioculturais, ambientais e a área de influência que cada um desses centros exerce sobre outros centros e outras regiões.

Desde 1972, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE vem tratando do tema. Sua publicação Regiões de Influência das Cidades, periodicamente atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira e serve de inspiração para as análises apresentadas no decorrer deste subitem.

Desse modo, a organização do território e sua estrutura podem ser compreendidas a partir de um conjunto de investimentos e ações das políticas públicas e dos agentes sociais e econômicos que fazem com que o território possa ser lido como um espaço em permanente mudança, ou seja, portador de um dinamismo expresso na configuração da rede urbana. Nesses termos, a leitura do município de Itaboraí pode ser realizada a partir da observação dos processos de polarização ali vigentes que informam como ocorrem a circulação de pessoas, serviços e mercadorias e sua interface com os centros polarizadores destino final de todas as principais demandas.

Nesses termos, as informações relacionadas à temática de uso e ocupação do solo foram tratadas de forma diferenciadas, privilegiando os temas recomendados no Termo de Referência – TR, segundo as diferenças espaciais identificadas; ou seja, buscou-se explicitar para cada tema sua relevância espacial, dar enfoque especial para os espaços onde poderão vir a ocorrer mudanças decorrentes das atividades dos empreendimentos na região.

II.5.3.1.1 - Caracterização geral

A região de Itaboraí, que hoje abriga o Comperj, teve grande importância do século XVII até o XIX, entrando em seguida em acentuado declínio.

A região foi destaque como fornecedora de mercadorias nos períodos áureos da cana-de-açúcar, da citricultura e da indústria cerâmica, e importante porto de escoamento da produção regional para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Configurou-se, assim, sua importância geopolítica, como influente entreposto comercial (Bienenstein et al., 2008,).

Em 1940, a população de Itaboraí havia alcançado 15 mil habitantes e as exposições agroindustriais refletiam a influência da agricultura na vida social do município. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a agricultura tornou-se a principal atividade econômica de Itaboraí, ao lado da manufatura cerâmica, marcando de forma irreversível a identidade local. Os laranjais, com elevada produtividade, converteram o município no maior exportador de laranja do Brasil, período em que a população dobrou, passando para aproximadamente 30 mil habitantes.

A partir da década de 1970, Itaboraí sofreu os efeitos da eclosão sucessiva de pragas agrícolas, das dificuldades de financiamento da produção e da concorrência dos laranjais paulistas, o que levou a citricultura à decadência. Dada a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, o município se afirma como cidade dormitório, à margem do processo de desenvolvimento e de industrialização em curso no país. No lugar da agricultura, a economia passa a se basear nas olarias que geram em seu entorno novos aglomerados populacionais. É um ciclo de rápida duração, pois das 82 empresas existentes em 1978, restavam somente 45 em 1994. Mesmo assim, apesar da crise decorrente da falta de modernização, da concorrência com a cidade de Campos dos Goytacazes e da escassez de energia (lenha), a cerâmica artesanal resiste e se mantém presente nas margens da BR-101 até os dias de hoje.

Entre as décadas de 1970 e 1990, a região foi afetada por grandes obras, voltadas para facilitar o acesso entre a cidade do Rio de Janeiro e os municípios do Leste Metropolitano, Região dos Lagos e Norte Fluminense, resultando na aceleração da urbanização. A inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), em 1974, provocou um fluxo migratório intenso em direção aos municípios da região e facilitou o movimento pendular trabalho (Rio de Janeiro) e casa (Leste Metropolitano). A construção do novo traçado da BR-101, no trecho Niterói-Manilha, na década de 1980, gerou surpreendente crescimento urbano em Itaboraí, passando de 23.645 para 147.249 pessoas (IBGE, Censo 1980 e 1991). Surgem inúmeros loteamentos, gerando grande estoque de lotes, dos quais parcela significativa, cerca de 80 mil lotes, permanece desocupada (SMP_ITA).

O ano de 2006 marca o início de um período de grande mudança e refuncionalização, a partir do lançamento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, bem como de uma nova logística de mobilidade e fluidez, associada a grandes obras de engenharia, dentre as quais se destaca o Arco Metropolitano, ligando o Porto de Itaguaia Maricá.

Relevante projeto para a logística regional e a mais expressiva das muitas intervenções previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Estado, o Arco Metropolitano articula rodovias, facilita o transporte de cargas para os portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí e a ligação a diversos projetos, como a

Siderúrgica do Atlântico (zona oeste do Estado) e as novas instalações da Companhia Siderúrgica Nacional (Itaguaí). Este investimento do governo federal, anunciado em 2006 e aplicado a partir de 2007, é certamente um potencializador do crescimento das atividades econômicas, podendo provocar a expansão da urbanização e o redirecionamento de investimentos públicos para áreas até o momento não contempladas sequer com serviços básicos.

II.5.3.1.2 - Rede Urbana

O conceito de rede urbana tem sido largamente aplicado para uma compreensão geral da cidade enquanto centro de poder e suas regiões de abrangência. A conceituação sobre rede urbana pode ser limitada a uma realidade material, mas também indica dimensões relacionadas ao campo social e econômico. Partindo da ideia de um entrelaçamento de linhas e pontos nodais, o termo foi introduzido para explicar as diferentes relações encontradas na dinâmica urbana dos territórios. Os pontos nodais representariam os centros urbanos, que podem ser classificados em uma ordem hierárquica quanto à sua importância em termos políticos, econômicos, socioculturais, ambientais e a área de influência que cada um desses centros exerce sobre outros centros e outras regiões.

O REGIC – Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), documento que determina a hierarquia urbana e sua integração em todo o território nacional, indicando o maior ou menor nível de centralidade dos municípios, adota a metodologia desenvolvida por Michel Rochefort e Hautreux, que ao analisar a rede urbana francesa, buscaram localizar os centros polarizadores e sua região de influência, identificando os fluxos que se estabeleciam a partir da análise de distribuição de bens e serviços.

A classificação da rede urbana é extremamente complexa e apresenta pequenas variações conforme cada documento analisado. Todos propõem algum tipo de classificação hierárquica. No entanto, ao analisarmos um recorte geográfico delimitado por estado, é possível se observar distorções quanto à análise, pois a própria ideia de rede não apresenta necessariamente o mesmo contorno dos limites administrativos. A hierarquia estabelecida parte dos centros maiores, geralmente coincidentes com as capitais: seus eixos ultrapassam, no

entanto os limites do estado e se ligam de forma diferenciada com outros centros de diferentes regiões do país. É, por exemplo, o caso do Estado Rio de Janeiro, cuja rede, parte do seu centro maior – a própria capital – e mantém ligações com vários outros centros, fora dos seus limites administrativos.

Segundo o documento do IBGE – REGIC 2007, a rede urbana do Rio de Janeiro é configurada da seguinte forma: sua projeção imediata se dá no próprio estado e no Espírito Santo, além de uma parcela do sul do Estado da Bahia e na zona da Mata, Minas Gerais. Essa influência é dividida com o próprio Estado de Minas. Compõem a rede do Rio de Janeiro, os seguintes centros urbanos e respectivas regiões de influência: Teixeira de Freitas, na Bahia; Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, São Mateus e Linhares, no Espírito Santo; Juiz de Fora, Barbacena, Muriaé, Ubá e Cataguases, em Minas Gerais, além de Campos dos Goytacazes, Volta Redonda-Barra Mansa, Cabo Frio, Itaperuna, Macaé, Nova Friburgo, Resende, Angra dos Reis e Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro.

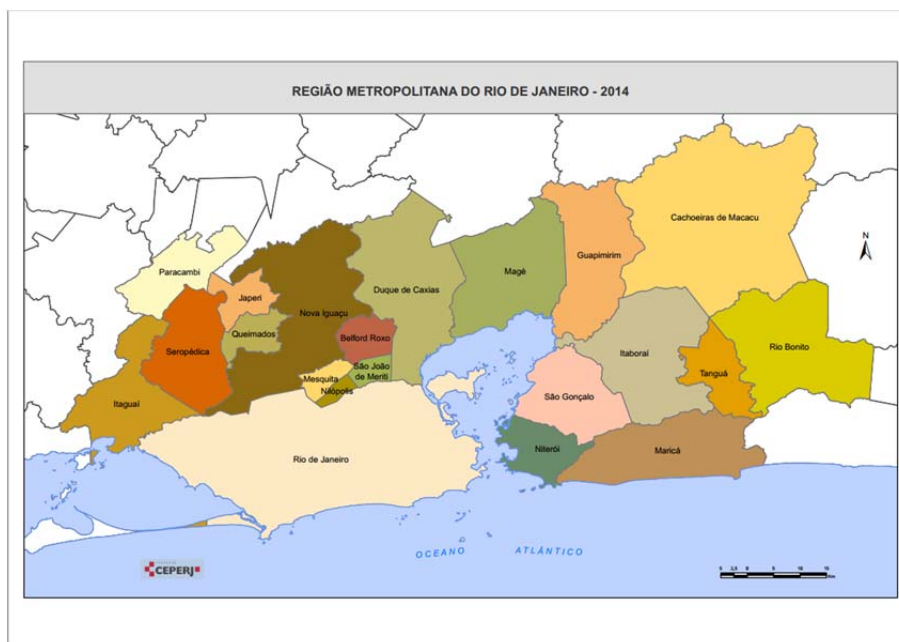
O REGIC 2007 não considera em suas análises as dinâmicas internas que ocorrem entre os municípios que compõem as regiões metropolitanas. Não oferecendo um panorama das interdependências setoriais que acontecem na metrópole, assim como as possíveis descentralidades que revelam uma nova configuração da rede urbana brasileira.

No Brasil, a nova configuração da rede urbana trouxe novas formas de ocupação do território metropolitano. Motivadas por Políticas Públicas que contribuem para uma reestruturação da rede com o surgimento de polos industriais na periferia dos municípios das regiões metropolitanas, o crescimento e complexidade das atividades terciárias nessas localidades, assim como a implantação de centros universitários e tecnopolos para atender às demandas necessárias de mão de obra qualificada. É a flexibilização da economia, proporcionando uma relativa “independência” entre a metrópole e os centros urbanos periféricos de menor porte, devido às novas formas de transacionar o capital financeiro, estruturando novas relações entre o centro e a periferia.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ concentra atualmente 40% da população de todo o estado. Também conhecida como Grande Rio foi instituída pela Lei Complementar nº20, de 1º de julho de 1974, após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, unindo as então regiões

metropolitanas do Grande Rio Fluminense e da Grande Niterói. Com 12 090 607 habitantes (IBGE/2013), é a segunda maior área metropolitana do Brasil.

A Figura a seguir apresenta a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta por Itaboraí e mais 20 municípios fluminenses (Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito). Marcada por um processo histórico de produção desigual do espaço urbano, cujo fenômeno da segregação é a sua expressão mais evidente. No âmbito do processo urbano regional se assiste o movimento de mudança de um padrão de segregação marcado pelo modelo centro versus periferia para um modelo mais complexo de organização social e produção do espaço urbano.



Fonte: Fundação CEPERJ.

Figura II.5.3.1.2-1 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2014

A inserção da economia do estado no mundo globalizado provoca deslocamentos espaciais das atividades econômicas, provocando descentralizações. A reestruturação produtiva vem trazendo novas dinâmicas no território e criando novas espacialidades. Diferentes centralidades podem ser apontadas.

Na Região Metropolitana núcleos como Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Itaboraí vem desenvolvendo atividades industriais que propiciam também novas centralidades. A instalação do polo petroquímico do COMPERJ (Complexo Petroquímico do estado do Rio de Janeiro) em Itaboraí e a construção do Arco Metropolitano que ligará esse município a Itaguaí, no outro extremo, certamente revelará novas configurações espaciais ao longo desse novo eixo rodoviário.

Certamente o crescimento das atividades industriais demanda o surgimento de novas rodovias e uma ampliação da rede de fluxos por todo o território. Certamente, a ampliação desses polos, a criação de novas centralidades, já iniciadas e com indícios de grandes transformações futuras, mudará a configuração espacial do território e de sua rede urbana.

Os projetos estruturantes em curso em Itaboraí, tal como o do Arco Metropolitano e a instalação do COMPERJ, assim como a exploração do petróleo em larga escala impulsionam a dinâmica do estado do Rio de Janeiro

Não se pode deixar de mencionar os reflexos de tais implantações na questão do meio ambiente e nos possíveis desdobramentos das desigualdades sociais, presentes em qualquer processo de urbanização em larga escala.

II.5.3.1.3 - Evolução dos padrões de ocupação

A análise da evolução do uso e ocupação do solo permite identificar a forma como as atividades humanas estão contribuindo para a qualidade ambiental verificada em um determinado momento-espço. Assim, a condição ambiental de uma determinada região pode ser avaliada a partir do entendimento dessa dinâmica, permitindo quantificar e localizar os diferentes usos existentes na área de estudo.

A interpretação do uso e ocupação do solo do município que compõem a área de estudo foi acompanhada da análise de um pequeno número de indicadores da dinâmica — demográfica econômica e socioambiental — do IBGE e de dados da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. Esta análise visa sinalizar tendências gerais associadas aos indicadores selecionados, com o propósito de associar os resultados, ora validando, ora esclarecendo as tendências verificadas.

Os dados dizem respeito às áreas totais de cada classe de uso do solo identificada e demonstram a situação geral do município de Itaboraí. Neste estudo foram adotadas as seguintes classes de uso do solo:

- Áreas Urbanas – incluídas todas as áreas urbanas, independentemente da densidade de ocupação verificada;
- Uso Antrópico Não Urbano – incluídos usos tais como agrícolas, campo antrópico, mineração, reflorestamento, solo exposto;
- Vegetação Natural – incluídas tipologias florestais e manguezais
- Corpos Hídricos – incluindo rios, lagoas e canais.

Conforme a Tabela II.5.3.1.3-1 no município de Itaboraí o mapeamento de uso do solo e cobertura vegetal teve a seguinte evolução:

Usos do Solo	Área (ha) (1994)	%	Área (ha) (2001)	%
Áreas urbanas	7.747	18	9.899	23
Uso antrópico não urbano	24.573	57,1	27.586	64,1
Vegetação natural	9.899	23	4.734	11
Corpos hídricos	818	1,9	818	1,9
Total	43.037	100	43.037	100

Fonte: CIDE 2003

Com base no levantamento de 1994, Itaboraí tinha sua área distribuída da seguinte maneira: 23% de vegetação natural, 18% de área urbana, outros 57,1% de área de uso antrópicos não urbano (áreas agrárias e de pastagens). Assim, o município se encaixava num padrão de uso e ocupação com significativas áreas de pastagens, seguido de consideráveis áreas urbanas.

Já em 2001, ocorreu redução de vegetação natural para 11%. Em contrapartida, houve crescimento urbano para 23%, e de área de uso antrópicos não urbano para 64%. São relevantes as mudanças ocorridas em um período de apenas sete anos, durante os quais as áreas de uso antrópico não urbano cresceram 7%, sem que isso signifique aumento da produção pecuária. A vegetação natural foi reduzida em 12% de sua área original, segundo o EIA

COMPERJ essas áreas estão principalmente localizadas no Maciço do Barbosão, que é uma das últimas áreas verdes, em bom estado de preservação no município, enquanto as áreas urbanas cresceram em 5%.

Inserido na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o município de Itaboraí conta com poucas áreas rurais e, portanto, com um número também reduzido de estabelecimentos de produção agropecuária. A tabela II.5.3.1.3-2 mostra a participação do conjunto dos estabelecimentos rurais na área do respectivo município em 2006, segundo os resultados do último Censo Agropecuário do IBGE.

Tabela II.5.3.1.3-2- Área dos estabelecimentos com produção agropecuária em relação a área total do Município.

Município da Área de Estudo	Área Total		Estabelecimentos	
	Km ²	ha	Área (ha)	%
Itaboraí	430,37	43.037	14.600	34

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

A destinação das áreas destes estabelecimentos é apresentada na Tabela II.5.3.1.3-3, a seguir.

Tabela II.5.3.1.3-3 – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários para o município de Itaboraí, 2006.

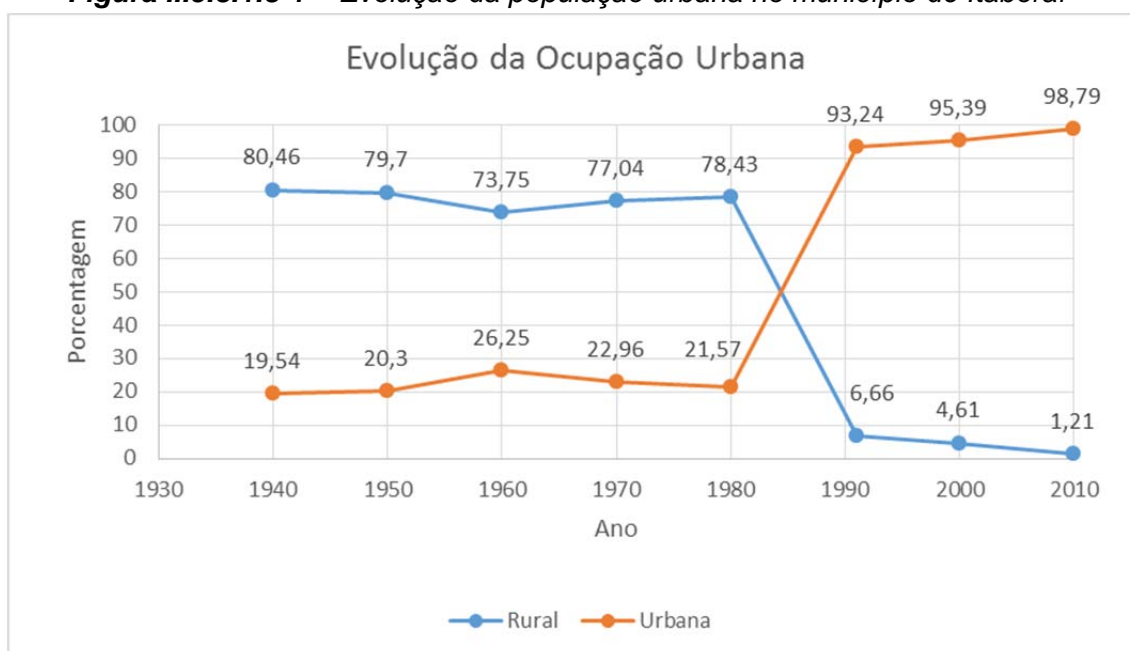
Município	Natureza	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários em 31.12.06					
				Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
				Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Itaboraí	Absoluto	656	14600	374	1903	226	11347	56	1350
	Porcentagem (%)	100	100	57	13	34,45	78	8,54	9

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006

Com relação aos tipos de uso e ocupação de solos caracterizados como agropecuários no município de Itaboraí, observa-se a dimensão das áreas de pastagens, que correspondem a 78% das áreas agrícolas do município, conforme apresenta a **Tabela II.5.3.1.3-3**.

Outra forma de avaliar a evolução dos padrões de uso e ocupação do solo no município de Itaboraí é analisarmos o processo de evolução do processo urbanização.

Figura II.5.3.1.3-1 – Evolução da população urbana no município de Itaboraí



Fonte: IBGE

No ano de 1940 o município de Itaboraí apresentava 80,46% de sua população em áreas consideradas rurais, essa população seguiu crescendo ao longo dos anos, e o percentual de população residente nestas áreas sofreu um decréscimo, porém se manteve estável com esse percentual variando para 79,70% em 1950, 73,75% em 1960, 77,04% em 1970 e 78,43% em 1980. Na virada da década de 1980 para 1990 nos temos uma inversão de valores. A população rural passa de 75.076 habitantes em 1980 para 9.285 habitantes em 1991, passando a representar 6,66% do total de sua população. No ano de 1996 esse percentual ainda cai para 5,29%. Neste mesmo ano o Censo Agropecuário registrou o seguinte cenário no meio rural de Itaboraí. O município apresentava 750 estabelecimentos rurais, desses 509 eram estabelecimentos de menos de 10

hectares que possuíam 2.062 hectares de área; 207 estavam entre 10 hectares e menos de 100 hectares e possuíam 5.790 há de área; 31 estabelecimentos iam de 100 hectares a menos de 1.000 hectares com área total de 8309 hectares; e, 3 estabelecimentos ultrapassavam os 1.000 hectares somando uma área total de 5.397 hectares. Assim a área rural de Itaboraí se mostra semelhante ao quadro do Brasil como um todo havendo predomínio de número de propriedades de até 10 hectares de área, porém com as propriedades superiores a este valor representando a maior área dos estabelecimentos apesar de se apresentar em menos percentual.

Como pode ser representada nas **Figura II.5.3.1.3-1**, neste mesmo intervalo a área urbana cresce bastante. A população total residente em área urbana do município representava 19,54% da população em 1940 e passa a representar 93,34% no ano de 1980.

Essa tendência é confirmada por Alentejano (2005), apontando esta inversão como uma tendência de todo o estado do Rio de Janeiro. No ano de 2000 o percentual de população residente em áreas rurais apresentou decréscimo, porém, se manteve praticamente estagnado com 5,49% da população. Confirmando a tendência apresentada na transição do ano de 1980 para 1991. Assim de 1940 para 2010 a população total de Itaboraí cresceu 98,79% em número de habitantes, com acentuado crescimento a partir do ano de 1960, porém esse crescimento veio acompanhado de uma inversão entre a população urbana e rural. Essa inversão que se mostra muito abrupta pode ser notada nos anos apresentados pela **Figura II.5.3.1.3-1** que mostram a evolução crescente da população urbana no ano de 1980, conseqüentemente um processo notório da ocupação urbana e das mudanças de padrões do uso e ocupação do solo.

A análise da evolução do uso do solo comprova a mudança de padrão de ocupação antrópica já referida, ou seja, a estreita relação entre substituição de áreas de uso antrópico não urbanos por áreas de usos urbanos. Da mesma forma, é possível verificar que os usos antrópicos não urbanos têm interações entre si como, por exemplo, áreas de agricultura/pastagem que, uma vez abandonados, se transformam em campos antrópicos.

A área vegetada apresentou um comportamento inverso ao ocorrido com as áreas de uso urbano. No período entre 1994 a 2001 houve considerável redução da cobertura vegetal no município.

A área de estudo apresenta mais de 2/3 de seu território alterado por atividades humanas, ou seja 87% do território municipal sofreram alterações no decorrer do seu processo histórico de ocupação do solo. Esta alteração não é recente, mas continua extremamente dinâmica e preocupante.

A alteração de áreas cobertas por vegetação continua ocorrendo, da mesma forma como o aumento de áreas urbanizadas. Esta relação, no entanto, não é direta. Ou seja, entre o desmatamento de uma nova área e o estabelecimento de uma ocupação urbana, atividades intermediárias são desenvolvidas. Os dados analisados dos diferentes períodos, permitem afirmar que as áreas com usos urbanos são as principais responsáveis pelo desmatamento existente no município.

Contudo, as áreas de uso antrópico não urbano são as mais pressionadas pela expansão urbana.

As áreas com ocupação urbana ocupam 23% da total, tendo apresentado crescimento de 28% no período entre 1994 e 2001. A ocupação urbana resulta em uma série de impactos negativos sobre a qualidade ambiental. Isto porque, soma-se à ausência de planejamento na instalação desta ocupação, a inexistência de infraestrutura de saneamento básico adequado, resultando em uma combinação de fatores como a ocupação de áreas de preservação permanente com impermeabilização do solo e o despejo de esgotos nos rios.

II.5.3.1.4 - Crescimento de população em áreas costeiras

A área de estudo em questão, o município de Itaboraí, não apresenta ocupação na sua área costeira. Sua estreita faixa litorânea é composta por manguezais e está inserida na APA de Guapimirim, Unidade de Conservação de uso sustentável que tem como principal objetivo proteger os remanescentes de manguezais situados no recôncavo da Baía de Guanabara.

O processo de ocupação e evolução do espaço urbano ocorre historicamente no interior do território municipal. Nos **Itens II.5.3.1.3 e II.5.3.1.5** serão abordados os processos e as dinâmicas de ocupação no município de Itaboraí.

II.5.3.1.5 - Incremento de áreas de ocupação desordenada

O Censo Demográfico 2010 oferece um quadro nacional atualizado a respeito dos aglomerados subnormais, apresentando, entre outras informações, as características da população e dos domicílios dos 6.329 aglomerados subnormais identificados no país. O IBGE tem como objetivo mostrar os recortes territoriais classificados como aglomerados subnormais, a sua distribuição e como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas. Estes quatro serviços foram escolhidos por estarem diretamente relacionados com os critérios de identificação dos aglomerados subnormais.

Definição – Aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

- Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos);
- Possuírem pelo menos uma das seguintes características:
 - Urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos;
 - Precariedade de serviços públicos essenciais.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais,

nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.

Os dados dos Censos de 1991 e 2000 não permitem a identificação dos setores de aglomerados subnormais, pois a única informação disponível sobre o tipo do setor, em 2000, está agregando as diversas categorias em (1) setor comum ou não especial e (2) setor especial.

Na categoria (2) estão contemplados, além dos aglomerados subnormais, os quartéis, bases militares, alojamentos, acampamentos, embarcações, barcos, navios, aldeia indígena, penitenciárias, colônias penais, presídios, cadeias, asilos, orfanatos, conventos, hospitais, etc., o que inviabiliza uma comparação dos dados do Censo de 2010. Além disso, a definição dos setores de aglomerado subnormal foi revista para o último censo, o que por si só inviabilizaria não somente a comparação com os demais, assim como uma análise dos processos de evolução desses aglomerados sob a área ocupada.

As informações disponíveis sobre aglomerados subnormais no município de Itaboraí, de acordo com o Censo 2010, se encontram na **Tabela II.5.3.1.5-1**.

Tabela II.5.3.1.5-1 – Domicílios particulares ocupados e população residente em domicílios particulares ocupados, total e em aglomerados subnormais, e número de aglomerados subnormais, segundo o município de Itaboraí – RJ – 2010.

Município	Domicílios particulares ocupados		População residente em domicílios particulares ocupados		Número de aglomerados subnormais
	Total	Em aglomerados subnormais	Total	Em aglomerados subnormais	
Itaboraí	68 487	356	217 754	1 204	3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como apresentado na o IBGE através do Censo de 2010 aponta que o município de Itaboraí o tinha 3 aglomerados subnormais, contendo 356 domicílios ocupados, totalizando uma população de 1204 habitantes.

A partir de análise da **Tabela II.5.3.1.5-1** e da **Tabela II.5.3.1.5-2**, em Itaboraí o número de pessoas que morava em aglomerados subnormais chegava a 1204 (0,5% da população local), ocupando 356 domicílios particulares (0,5% do total). A maior concentração de população foi verificada no Barreiro (47%), que

congregava 44% desses domicílios no município. Os aglomerados de Rato Molhado tinham 35% do total da população (sendo 37% em domicílios particulares) e no Beira do Guiana (18%) da população, apresentando (19%) a menor ocorrência de domicílios particulares.

Tabela II.5.3.1.5-2 - Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por localidade, e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, segundo município de Itaboraí – 2010.

Aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	Média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais
Barreiro	157	565	3,6
Beira do Guiana	67	219	3,3
Rato molhado	132	420	3,2

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Um aglomerado subnormal pode ser qualificado, entre outras características, por seu tamanho, localização, tipo do sítio urbano, acessibilidade, densidade de ocupação e características dos domicílios, incluindo os serviços disponíveis, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e disponibilidade de energia elétrica. Estes quatro serviços, essenciais para a qualidade de vida da população, foram levantados pelo Censo Demográfico 2010 e fornecem informações fundamentais quanto à diferenciação e caracterização dos aglomerados subnormais. Assim, para cada um dos serviços, o IBGE optou por selecionar aqueles considerados como adequados e criar uma proporção de adequação. O órgão ressalta que a adequação leva em conta apenas a existência do serviço e não a sua qualidade. Não há, por exemplo, qualquer avaliação referente ao tratamento de esgoto, à frequência da coleta de lixo, à frequência e qualidade da água que chega ao domicílio, ou à qualidade e frequência do fornecimento de energia elétrica. O **Quadro II.5.3.1.5-1**, a seguir mostra os critérios adotados para classificar os serviços como adequados e inadequados.

Quadro II.5.3.1.5-1 – Tipos de serviço e critérios para domicílios em aglomerados subnormais

Tipo de Serviço	Adequado	Inadequado
Abastecimento de água	Rede geral de distribuição.	Poço ou nascente na propriedade; poço ou nascente fora da propriedade; carro pipa; água da chuva armazenada em cisterna; água da chuva armazenada de outra forma; rios, açudes lagos e igarapés; outra forma.
Esgotamento sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial; fossa séptica.	Fossa rudimentar; vala; rio, lago ou mar; outro; sem banheiro, sanitário ou buraco para dejeções.
Destino do lixo	Coletado diretamente por serviço de limpeza; coletado em caçamba de serviço de limpeza.	Queimado; enterrado; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; tem outro destino.
Energia elétrica	De companhia distribuidora e medidor de uso exclusivo.	De companhia distribuidora e medidor de uso comum; de companhia distribuidora e não tem medidor ou relógio; de outras fontes; não existe energia elétrica

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Esta abordagem permitiu montar um quadro geral dos serviços prestados aos domicílios nos aglomerados subnormais, classificando-os em adequados ou inadequados. As informações foram então analisadas, permitindo uma contextualização e interpretação mais acurada dos resultados apresentados na **Tabela II.5.3.1.5-3** a seguir.

Tabela II.5.3.1.5-3 - Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por algumas características dos domicílios, segundo o município de Itaboraí - 2010

Tipo de serviço	Percentual de domicílios permanentes adequados (%)	Percentual de domicílios permanentes inadequados (%)
Forma de abastecimento de água	43	57
Tipo de esgotamento sanitário	45	55
Destino do lixo	64	36
Energia elétrica	75	25

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

O abastecimento de água era feito adequadamente (43%), através da rede geral de distribuição, em 154 domicílios. Formas inadequadas (57%), como a utilização de poço ou nascente dentro ou fora da propriedade, ou o armazenamento de água da chuva, eram utilizadas em 202 domicílios.

O esgotamento sanitário adequado (45%) distribuía-se entre a rede geral de esgoto ou pluvial (em 13 domicílios) e fossa séptica (147 domicílios). Outros 196 utilizavam formas inadequadas (55%) como fossa rudimentar, rio, lago ou mar e valas. Não havia domicílio sem banheiro ou sanitário.

Em 228 domicílios, a coleta de lixo era feita diretamente por serviço de limpeza (64%). Porém, em 128 domicílios o lixo era queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio, entre outras possibilidades inadequadas de destino do lixo (36%).

A energia elétrica, em 267 domicílios (25%), era fornecida por companhia distribuidora, com medidor de uso exclusivo do domicílio. Em 88 domicílios, a energia era fornecida de forma inadequada (25%). Não existia energia elétrica em um domicílio.

O Anexo II.5.3.1.5-A da resposta ao parecer apresenta dos dados sobre áreas de ocupação demonstrando a pressão em áreas protegidas. Esse anexo apresenta também mapas georreferenciados do município de Itaboraí.

II.5.3.1.6 - Políticas Públicas: instrumentos para gestão do uso e ocupação do solo

Grandes empreendimentos do setor de petróleo e gás acarreta, para o local da implantação e região, uma nova dinâmica socioespacial, por meio da introdução de um novo modelo econômico, pautado na atividade urbano-industrial, refletindo entre outros aspectos em elevadas taxas de crescimento populacional. A produção de estimativas populacionais para unidades territoriais exige incorporação de diversas variáveis territoriais e a ampliação do escopo de análise para além do exame dos fatores demográficos (fecundidade, mortalidade e migração) do município de referência e sua distribuição interna segundo a tendência histórica.

Modernamente existe uma tendência para que os zoneamentos estabeleçam restrições ambientais de modo a compatibilizar a instalação de infraestrutura em áreas mais capazes de suportar uma intensa utilização dos recursos. Neste sentido, alguns parâmetros podem ser utilizados como modeladores da paisagem, direcionando ou restringindo em diferentes graus à expansão urbana. Entre eles

estão os Planos Diretores Municipais, as Áreas de Proteção Permanente (APPs) descritas na Resolução CONAMA 303 e a classificação de Usos e Coberturas do Solo. O Plano Diretor é um conjunto de normas e diretrizes técnicas, reunidas para o desenvolvimento do Município, conforme os anseios e desejos da sociedade local no que tange aos aspectos físico, social, econômico, administrativo e ambiental.

O Estatuto da Cidade, aprovado pela Lei 10.257, de 10 de outubro de 2001, estabeleceu que os planos diretores fossem o principal instrumento de gestão urbana. Assim, a legislação em vigor possibilita que os novos planos diretores sejam veículos do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, visando a garantir o bem-estar do conjunto de seus habitantes. A Resolução CONAMA 303 de 20 de março de 2002, dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (APP). Considera-se que as Áreas de Preservação Permanente e outros espaços territoriais especialmente protegidos são instrumentos de relevante interesse ambiental e integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações. Por sua vez, a segmentação de uma área de estudo de acordo com seus usos e coberturas permite de modo relativamente simplificado, estabelecer correlações com processos pedogenéticos, morfogenéticos e ecológicos.

O município de Itaboraí se insere na área de estudo do Projeto Etapa 2, pois conta com unidade recebedora do gás. Desse modo, o presente item aborda as políticas públicas referentes à cidade de Itaboraí, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A partir da análise da Tabela a seguir, constata-se que a partir do ano de 2006 houve uma evolução considerável no tratamento das questões socioambientais no Município, se considerarmos a iniciativa do poder público junto à sociedade civil no processo de construções de políticas e instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo.

Tabela II.5.3.1.6-1 – Legislação e Instrumentos de Planejamento do Município de Itaboraí.

Legislação e Instrumentos de Gestão	Ano de criação	Existência e característica
Plano Municipal de Saneamento Básico	2014	Sim
Plano Diretor de Resíduo Sólido	2010	Sim, lei complementar.
Fundo Municipal de Meio Ambiente	2010	Sim, atende a legislação ambiental.
Política Ambiental	2010	Sim, lei específica.
Sanções a Condutas Lesivas ao Meio Ambiente	2009	Sim, lei complementar.
Código de Meio Ambiente	2008	Sim, com legislação complementar.
Código de Obras	2008	Sim, com legislação complementar.
Impactos de Vizinhança	2008	Sim, com legislação específica.
Perímetros Urbanos Distritais	2006	Sim, com legislação específica.
Legislação sobre contribuição de melhoria	2005	Sim, com legislação específica.
Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado	2006	Sim,
Zoneamento	1986	Sim, com legislação específica.
Parcelamento do solo	1984	Sim, com legislação específica.
Estação Ecológica da Guanabara	2006	Proteção Integral
APA da Bacia do Rio Macacu	2002	Uso sustentável
APA Parque Paleontológico de São José de Itaboraí	1995	-
APA Parque Florestal do Barbosão	1993	-
APA Guapimirim	1984	Uso sustentável

Fonte: <http://www.camaraitaborai.rj.gov.br/>

No Município de Itaboraí a agricultura desempenhou um papel significativo desde a sua ocupação, inicialmente com o cultivo da cana-de-açúcar do final do século XVI ao século XIX.

A produção de café não foi tão expressiva quanto à cana-de-açúcar, porém revitalizou a área por algum tempo, pois servia de rota de passagem para a exportação desse produto café.

No século XX, a cultura da laranja foi a atividade predominante, trazendo um grande dinamismo à economia local.

Durante o século XIX a cerâmica, uma das atividades mais antigas, apresentou crescimento favorecido pelo surto de urbanização. Atualmente a atividade registra uma crise em decorrência da falta de modernização do setor e de fatores como o alto custo da energia utilizada na produção.

O setor terciário se apresenta de forma significativa na economia do município, tendo como destaque nos entroncamentos das rodovias federal (RB-101) e estadual (RJ-104) as áreas mais significativas, que são: o Centro do município e do distrito de Manilha.

Com o anúncio da instalação do polo petroquímico em 2006, inicia-se configurar uma nova realidade para o Município. A expectativa é, de atrair para o local, indústrias petroquímicas e complementares que justifique um grande investimento.

Com tantas transformações na economia de Itaboraí, inicia-se uma análise da estrutura municipal com suas legislações e o cuidado da preservação do meio ambiente, sendo este um Município que possui em seu território área de mangue, e APAs como a Guapimirim e Bacia do Rio Macacu. Esse momento sinaliza o preparo Municipal frente às mudanças que ocorrerão com os empreendimentos do setor de petróleo e gás, ou seja, com a nova realidade que já está se consolidando.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj é o marco dessa nova dinâmica socioespacial. A partir de então o leste da Região Metropolitana, principalmente Itaboraí que abrigará a maior parte da planta do Comperj, começa a ser alvo de expectativas por empresas que desejam se instalar próximo ao Complexo para exercer suas atividades, e dos fluxos de mão-de-obra para a construção do Comperj e para as indústrias que se instalarão promovendo o adensamento urbano.

Para que os impactos dos empreendimentos do setor de petróleo e gás sejam controlados, o município de Itaboraí com as legislações pertinentes, como o Plano Diretor, deve ordenar as atividades desenvolvidas no território.

De acordo com o Plano diretor temos a divisão Municipal em macrozonas, sendo a Macrozona Especial e a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana que se subdivide em zonas, que delimitaram o uso do solo e as atividades permitidas em cada área.

“SUBSEÇÃO II - DA MACROZONA ESPECIAL

Art. 149 – A Macrozona Especial, apresentando diferentes condições de preservação do meio ambiente, fica subdividida, para orientar os objetivos a serem atingidos, em conformidade com diferentes graus de proteção e para dirigir a aplicação dos instrumentos ambientais, urbanísticos e jurídicos em seis zonas especiais, delimitadas no Mapa MZ04, integrante desta Lei:

I – Zona de Especial Interesse Social - ZEIS;

II – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural - ZEPAC;

III – Zona Especial de Preservação Ambiental – ZEPAM;

IV – Zona Especial de Produção Agrícola – ZEPAG;

V – Zona Especial de Produção Mineral – ZEPM;

VI – Zona Especial de Preservação Permanente - ZEPP.

SUBSEÇÃO III - DA MACROZONA DE ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA

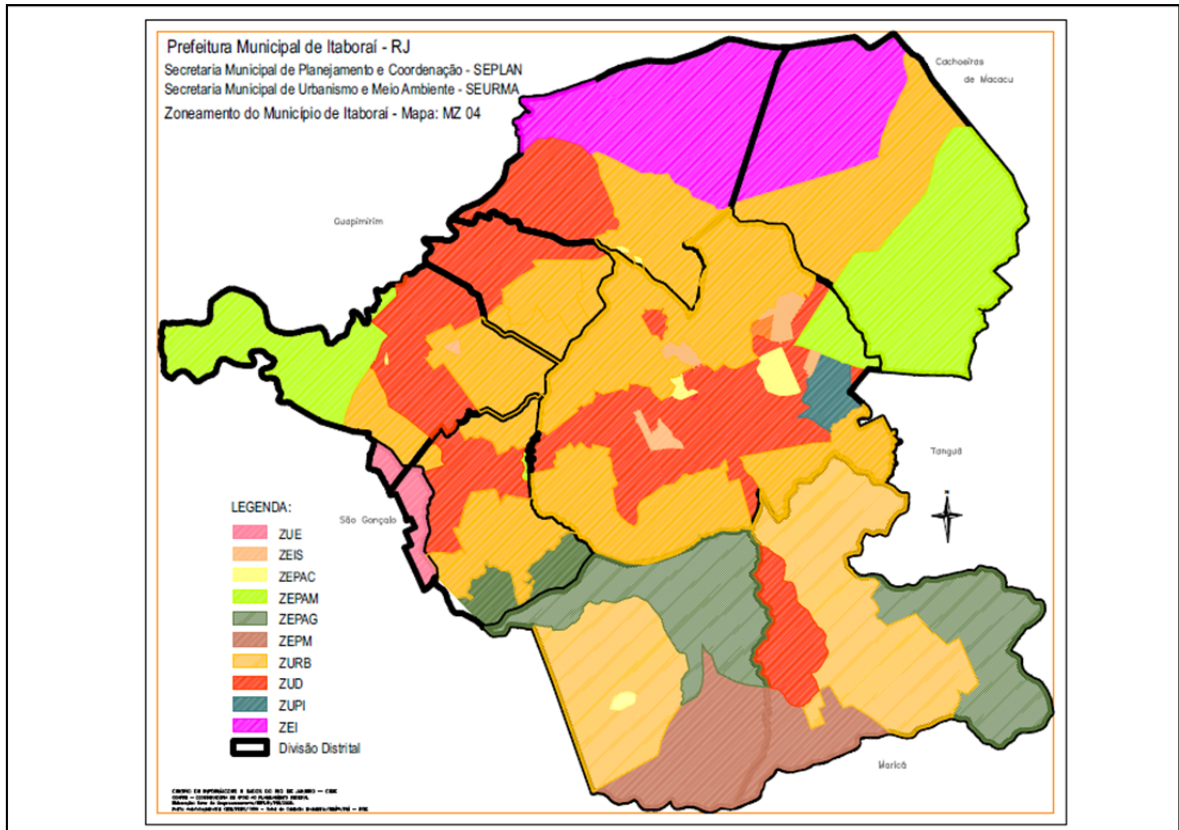
Art. 156 - A Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, apresentando diferentes graus de consolidação e qualificação, fica dividida, para orientar o desenvolvimento urbano e dirigir a aplicação dos instrumentos urbanísticos e jurídicos, em quatro zonas, delimitadas no Mapa MZ04 integrante desta Lei:

I – Zona Urbana - ZURB;

II – Zona de Uso Diversificado - ZUD;

III – Zona de Uso Predominantemente Industrial - ZUPI;

IV – Zona de Uso Estritamente Industrial – ZEI



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Itaboraí 2006.

A partir do zoneamento é possível compreender como o município foi dividido em zonas de planejamento para organizar seu território. Em cada zona prevalecerá uma função que ordenará tal parte do território de forma a certa atividade não ser impactada por outra, exemplo: Zona Especial de Produção Agrícola é proibida a instalação de fábricas de grande porte.

O papel do Estado é muito importante para a sociedade, principalmente quando se trata de promover a equidade no território, e isso deve estar explicitado na forma de destinação de recursos públicos e na formulação e aplicação das leis.

No ano de 2008, a Lei complementar que trata das alterações no Código de zoneamento na Zona Rural do 6º e 8º Distrito, para a implantação das Zonas Especiais de Produção Mineral (ZEPM) esperou até outubro de 2012 para ser sancionada. Essa ação revela que o município permanece à espera de novas configurações no cenário estadual e federal para agir sobre o seu território.

O importante para o Município planejar corretamente o seu território é compreender o poder e os tipos de mudanças que um grande empreendimento traz e, através disso, se prevalecer das leis e da autonomia que possui sobre o território para que o mesmo não cresça de forma desordenada.

De maneira geral, percebe-se que o Município de Itaboraí, através de sua representatividade política e administrativa, não se mantém atualizado e participativo no tocante às políticas urbanas e ao planejamento, mesmo considerando o número expressivo de legislação e políticas públicas relacionadas a uso e ocupação do território.

Apesar de ter o seu Plano Diretor implementado e o mesmo fazer referências às políticas públicas de interesse social, às questões de saneamento e à política ambiental, muitas dessas ações encontram dificuldades de implementação. Exemplo disso são as políticas públicas habitacionais, quase inexistentes no município.

Diante de um novo arranjo socioespacial, estimulado pelos novos empreendimentos que assolam o território municipal, gestores públicos, empresas e sociedade civil devem se organizar para uma reestruturação das suas políticas públicas de gestão de uso e ocupação.

II.5.3.1.7 - Mapas Temáticos Georreferenciados de Ocupação Desordenada

No que tange aos mapas temáticos georreferenciados de ocupação desordenada, o **Anexo II.5.3.1.5-A** da resposta ao parecer (RPT 190/2014) apresenta dados indicando a existência de áreas de ocupação demonstrando pressão sobre áreas protegidas, contemplando os dados de Itaboraí.

II.5.3.2 - Grupos de Interesse

Os grupos de interesse, identificados a partir do uso de recursos marítimos e da dinâmica sociopolítica municipal, serão apresentados em duas categorias distintas: instâncias governamentais e a sociedade civil organizada.

Quadro II.5.3.2-1 – Grupos de Interesse a nível municipal relacionados com a atividade pesqueira e indústria petrolífera.

GRUPOS DE INTERESSE RELACIONADOS ÀS INSTÂNCIAS GOVERNAMENTAIS	
Instituição ou Órgão	Endereço/Contato
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca	Av. 22 de Maio nº 757 - Centro - Itaboraí Tel(21) 3639-1570
Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	Rua Amélia Saraiva s/nº - Centro - Itaboraí Tel:(21)3639-1313
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com o Comperj	Rua Dr. Fidélis Alves nº 47 Tel(21) 3639-1551
Secretaria Meio Ambiente e Urbanismo	Av. 22 de Maio nº 757 - Centro -Itaboraí Tel(21) 3639-1908
Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	Rua Dr. Mesquita nº303 – Centro – Itaboraí Tel(21) 3639-2280
Fórum 21 de Itaboraí	Av. 22 de Maio nº 757 - Centro -Itaboraí Tel(21) 3639-1551
Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Av. 22 de Maio nº 757 - Centro -Itaboraí Tel(21) 3639-1551
Conselho Gestor da APA Guapimirim	BR 493, Km 12,8 – Vale das Pedrinhas – Guapimirim Tel(21) 2633-0079
GRUPOS DE INTERESSE RELACIONADOS À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	
Instituição, ONG ou Associação	Endereço/Contato
Colônia de Pescadores Z8	Av. Visconde do Rio Branco, 10 – Centro – Niterói/RJ Tel(21) 2629-7178 ou 2621-8488 Celular(21) 994968897
Itapesca – Associação dos pescadores e catadores de Vila Nova de Itambi	Rua Rui Barbosa, s/n – Itambi – Itaboraí/RJ Tel(21) 96707-2657
Acapesca – Associações dos catadores e pescadores de Itambi	Rua Rui Barbosa, s/n – Itambi – Itaboraí/RJ Tel(21) 99556-3811
ONG Guardiões do Mar	Rua Alfredo Azamor, 739 – São Gonçalo/RJ Tel(21) 2605-8016
Fundação SOS Mata Atlântica	Av. Paulista, 2073, Cj. 1318 – Bela Vista – São Paulo/SP Tel(21) 3262-4088

II.5.3.3 - Organização Social

Para composição do item Organização Social da área de estudo, a administração pública do município de Itaboraí foi contatada, objetivando identificar entidades civis locais mais atuantes nas questões relacionadas ao empreendimento. Esses dados foram complementados com informações veiculadas no EIA – Gasoduto Rota 3 (PETROBRAS/Habtec, 2014).

Desta forma, pode ser traçado um quadro do organizações sociais, priorizando-se, todavia, as organizações constituídas em torno das questões ambientais, do turismo e da pesca, e de resgate da cultura, da qualidade de vida e da cidadania.

Embora se considere importante a tradicional mobilização em sindicatos, associações de bairro, religiosas, ou específicas de assistência e promoção social, além de se tratar de um município com uma realidade espacial e social complexa, em que a relação de todas estas organizações implicaria um extenso inventário, de fato, só se constituem de real interesse e de provável mobilização aquelas organizações atuantes nas consideradas áreas diretamente afetadas pelo empreendimento em questão, em alguma medida, relacionadas a problemas próprios dessas áreas, objeto de análise específica.

Dentre os segmentos sociais identificados que configuram o “campo” de debate e atuação em torno das atividades de exploração e produção de petróleo e gás destacam-se:

Grupos políticos:

- Prefeitura Municipal de Itaboraí;
- Secretarias Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com o COMPERJ;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo;
- Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Turrismo;
- Câmara Municipal;
- Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense - Conleste

Grupos reativos:

- Colônia de Pescadores Artesanais Z-8;
- Itapesca – Associação dos pescadores e catadores de Vila Nova de Itambi;
- Acapesca – Associação dos catadores e pescadores de Itambi;

- ARCOMISTA – Associação de Radiodifusão Comunitária, Cultural e Socioambiental de Itaboraí.

Grupos de acompanhamento:

- Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES;
- Conselho Gestor da APA Guapimirim;
- Fórum 21 Itaboraí;
- ONG Nova Vida;
- ONG Guardiões do Mar.

II.5.3.4 - Dinâmica demográfica e estrutura produtiva

As informações aqui apresentadas têm como objetivo oferecer um panorama da dinâmica demográfica, das práticas econômicas existentes e das atividades produtivas, observando suas repercussões sobre a economia no município de Itaboraí, integrante da área de estudo.

II.5.3.4.1 - Aspectos Demográficos

- ***Evolução e distribuição espacial da população***

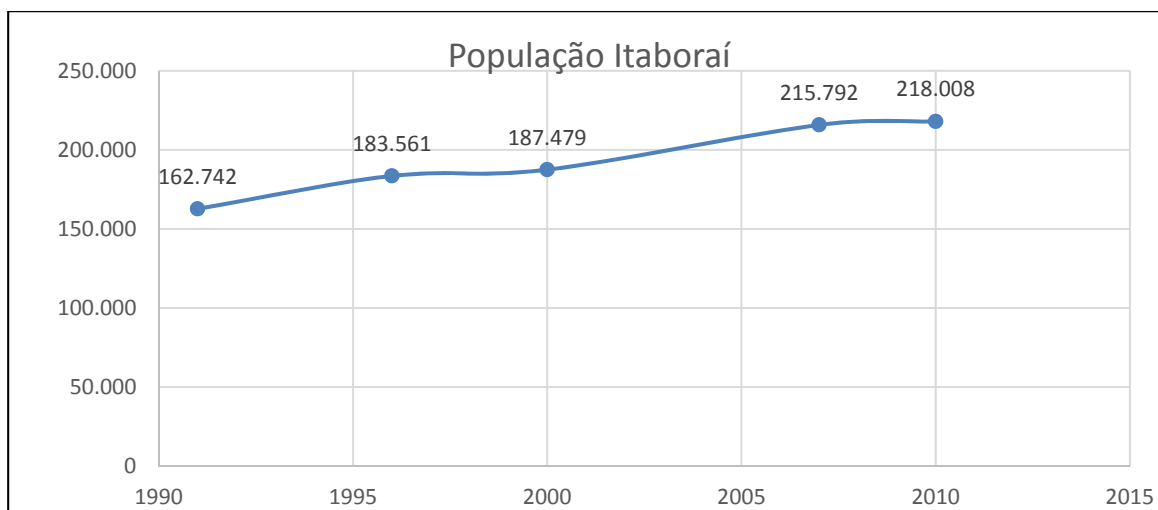
A Demografia é uma ciência que trata do estudo das populações humanas, no que concerne a sua evolução no tempo, seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição (etária, por sexo) e características gerais. Nesses termos a dinâmica demográfica remete à variação ocorrida no tamanho da população em determinado momento, observando como alguns fenômenos que determinam esse tamanho, tais como os fluxos migratórios, os nascimentos, óbitos, dentre outros; avaliando como esses fenômenos se relacionam entre si. As análises decorrentes permitem avaliar o comportamento demográfico, observando seu padrão de dispersão no tempo e no espaço.

Frente à existência de séries históricas de 1970 a 2010, para observação dos diversos parâmetros referentes a dinâmica de crescimento da população no município. Desse modo, o conjunto mais amplo das informações apresentadas pertencem aos últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, datados de 1991, 2000 e 2010. Especialmente em relação às avaliações sobre as taxas de crescimento demográfico, densidade demográfica e grau de urbanização.

É possível observar que a população o crescimento da população em todas as escalas territoriais utilizadas como parâmetro, ou seja, população no município, Estado e união para os anos de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.

O contingente populacional do Município de Itaboraí representa, aproximadamente, 1,4% do total do Estado do Rio de Janeiro. São cerca de 218.008 mil habitantes distribuídos em oito distritos que ocupam uma área total de 430,374 Km², verificando-se uma densidade demográfica de 506,55 de habitantes.

A **Figura II.5.3.4.1-1** traz o total da população contada nos três últimos censos realizados pelo IBGE.



Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010;

Figura II.5.3.4.1-1 Dinâmica Populacional de Itaboraí

No último decênio, Itaboraí registrou crescimento populacional de 16%, o equivalente a 5% a mais que o crescimento do estado do Rio de Janeiro, que apresentou 11% no mesmo período.

Dados mais recentes, da Fundação CEPERJ (2013), apontam que em 2013, a população do município chegou aos 220 mil habitantes, o que representa um incremento de 32 mil habitantes num período de 10 anos.

Em relação à área ocupada, em 2010, foi registrado um total de 215.412 pessoas (98%) residentes na área urbana, e 2.596 (1,2%) na rural. Portanto, os dados revelam que Itaboraí é um município predominantemente de população urbana, percentual que vem aumentando com o decorrer dos anos, tendo passado de 94% em 2000 para 98% em 2010. Como pode ser observado na **Tabela II.5.3.4.1-1**.

Tabela II.5.3.4.1-1- Evolução da população urbana para o Estado do Rio de Janeiro, o município de Itaboraí e a Região Metropolitana

UNIDADE GEÓGRAFICA	POPULAÇÃO URBANA (hab)		
	1991	2000	2010
RIO DE JANEIRO	12.199.641	13.821.466	15.464.239
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	10.221.145	11.364.772	12.424.829
ITABORAÍ	147.249	177.260	215.412

Fonte: IBGE

A **Figura II.5.3.4.1-2** traz a população dos Distritos do município de Itaboraí.

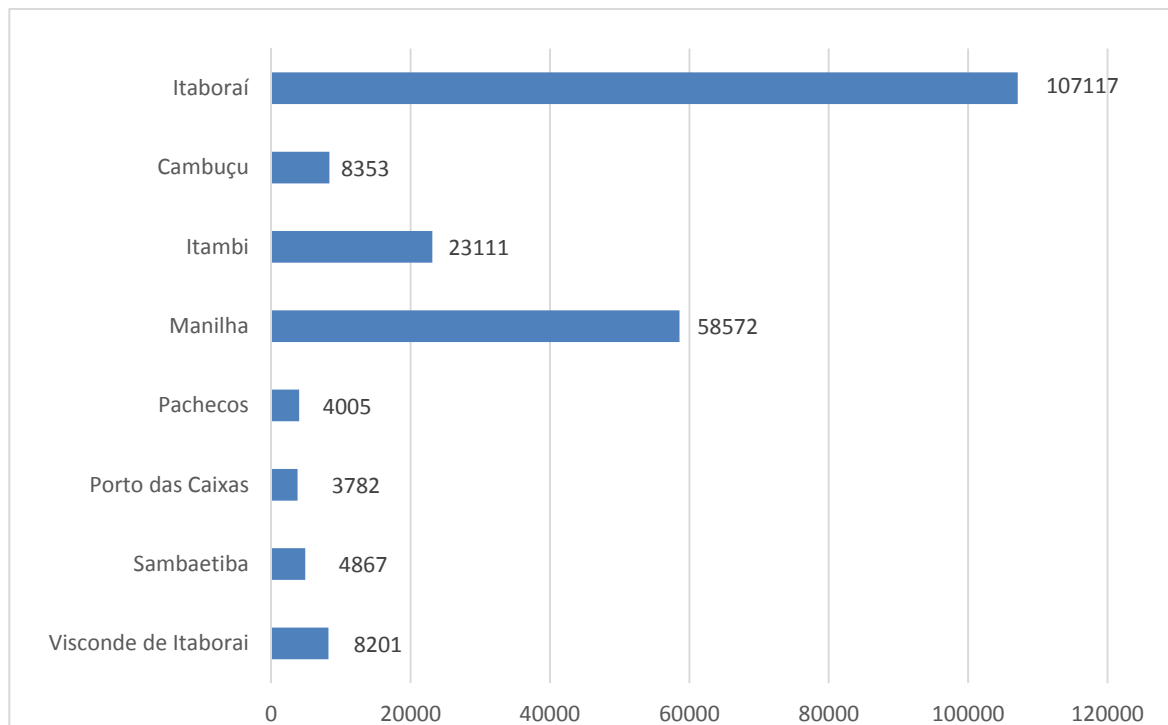


Figura II.5.3.4.1-2 - População dos Distritos do município de Itaboraí Fonte: IBGE: Censo Demográfico de 2010.

O Distrito com maior contingente populacional é o de Itaboraí, sede do município, que somou em 2010, o total de 107.117 habitantes, seguido por Manilha com 58.572 habitantes e Itambi 23.111. Nos outros Distritos a população não ultrapassou os 10 mil habitantes, variando entre 3.782 em Porto das Caixas e 8.353 em Cambuçú.

- **Densidade Demográfica**

A densidade populacional, equivalente ao número de habitantes por km², do município de Itaboraí é de 507 hab/km², superior à do Estado do Rio de Janeiro, de 365 hab/km².

Não se pode desconsiderar a proximidade com o município de Rio de Janeiro e a sua inserção geográfica no leste da região metropolitana. A cidade de Itaboraí é uma extensão do tecido urbano de Niterói e São Gonçalo o que gera uma considerável área conurbada. Itaboraí, não aponta o mesmo cenário que a capital do Rio de Janeiro, nem como o da cidade de Niterói, contudo, destaca-se que este é o município da região com maior contingente populacional e considerado

um polo entre os municípios de menor porte que estão inseridos na região, por concentrar maior oferta de serviços, de assistência médica e mercado consumidor.

No **Quadro II.5.3.4.1-1**, abaixo, visualiza-se a densidade demográfica do município de Itaboraí em comparação com o Estado do Rio de Janeiro.

Quadro II.5.3.4.1-1 – Densidade demográfica - Itaboraí

Município ou Estado	População	Área (2010) Km ²	Hab/Hm ²
Itaboraí	218.008	430	507
Estado do RJ	15.989.929	43.780	365

Fonte: IBGE Cidades e IBGE Estados, 2010.

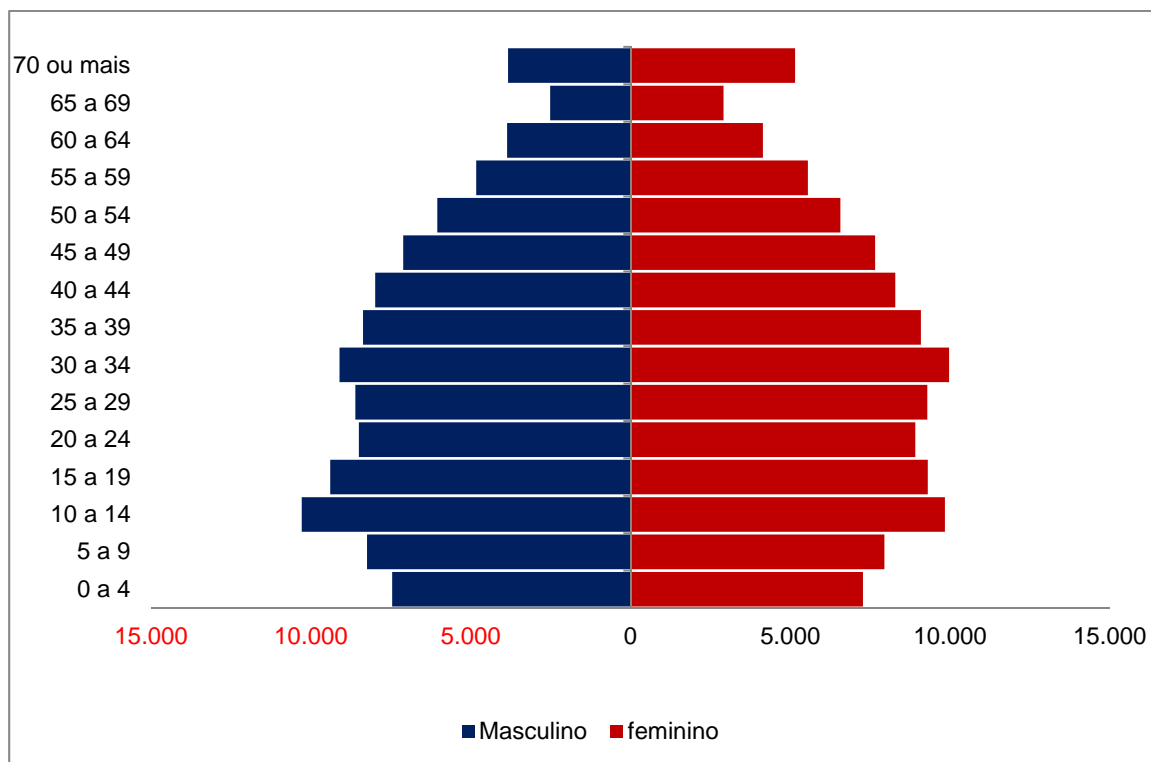
• Estrutura Etária da População

As pirâmides etárias representam a estrutura da população por idade e sexo. O eixo horizontal representa o número absoluto da população, ao passo que o eixo vertical representa os grupos de idade. O lado esquerdo do eixo horizontal representa o contingente masculino da população, enquanto o lado direito é dedicado à proporção de mulheres.

Como regra geral, se a pirâmide tem base larga e ápice estreito, a população representada é bastante jovem. Se a base é mais estreita que as partes a ela superiores, isso representa um declínio das taxas de fecundidade, sugerindo a tendência a uma população mais envelhecida e uma pirâmide mais retangular.

As pirâmides apresentadas a seguir foram organizadas de acordo com os dados preliminares do censo de 2010, realizados pelo IBGE.

A **Figura II.5.3.4.1-3** traz a pirâmide etária do município de Itaboraí, que aponta para uma população jovem.



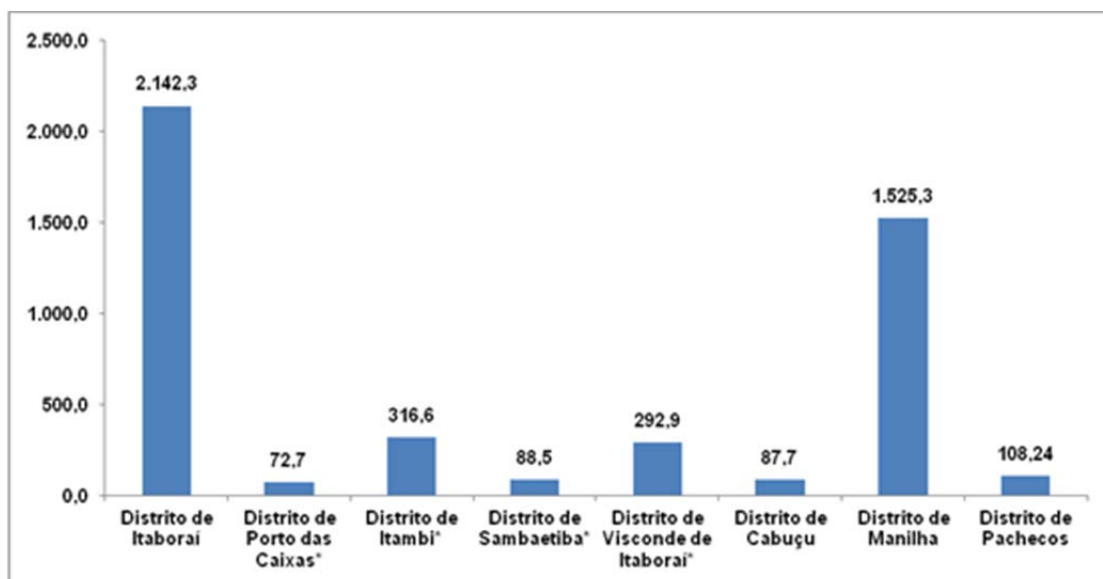
Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2010.

Figura II.5.3.4.1-3 - Pirâmide etária do município de Itaboraí

A pirâmide etária de Itaboraí aponta para uma diminuição da natalidade e um aumento da esperança de vida da população. Com base mais estreita que o centro, nota-se uma concentração maior no grupo com idade entre 10 a 14 anos que nos grupos com menor idade, o que possibilita afirmar que a queda da natalidade vem ocorrendo no último decênio.

A relação entre homens e mulheres não é expressiva, contudo as mulheres apresentam percentual ligeiramente maior em relação aos homens, entre os grupos de 10 anos ou mais, quando se tornam maioria na população.

Com oito distritos, a população não está distribuída igualmente no território do município. As áreas mais próximas às rodovias possuem maior concentração de habitantes, a **Figura II.5.3.4.1-4** traz a densidade demográfica de cada distrito, onde é possível notar as disparidades.



Fonte: IBGE: Censo Demográfico de 2010.

Figura II.5.3.4.1-4 - Densidade Demográfica dos Distritos de Itaboraí

• Fluxos Migratórios

Os deslocamentos de população no Brasil foram intensos entre os anos de 1960-1980, quando grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação da urbanização e caracterizando áreas de expulsão ou emigração (Região Nordeste e os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul); e áreas de atração ou forte imigração populacional (núcleo industrial, formado pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro) (ERVATTI, 2003).

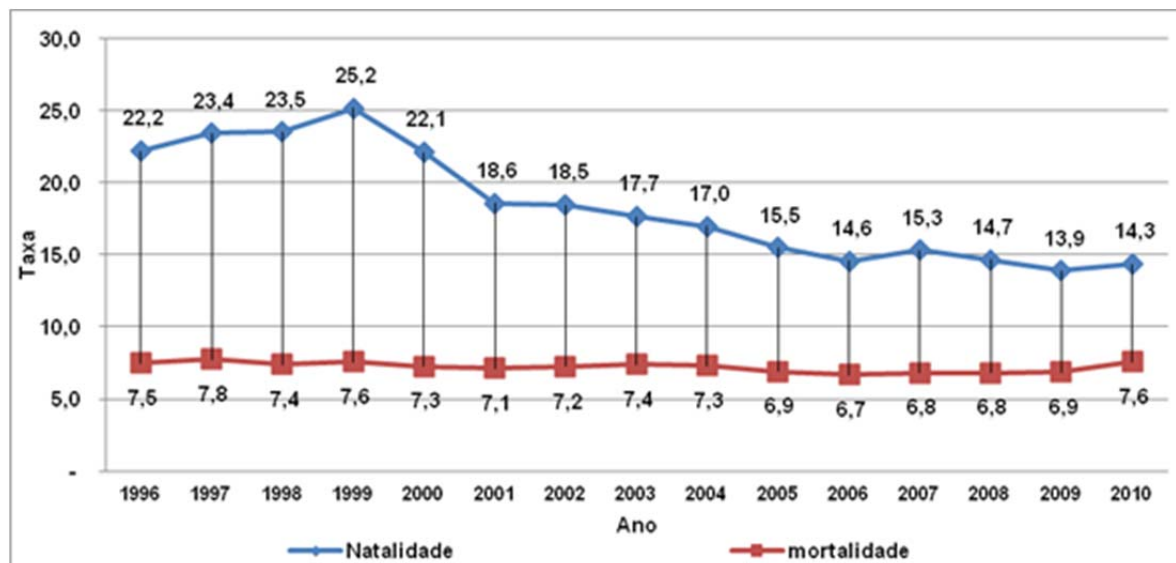
Esses deslocamentos, típicos da primeira fase da transição demográfica, começaram a diminuir no Brasil a partir dos anos 1980 (OLIVEIRA & OLIVEIRA; 2011). A transição demográfica é o processo em que as taxas de fecundidade são altas e a mortalidade declina, gerando excedentes populacionais que favorecem a migração do campo para a cidade (BRITO, 2009).

Segundo Fausto (2000), o fenômeno da imigração envolve os fatores de expulsão e de atração e a maneira como se equilibram. A maioria dos migrantes não faz a viagem por vontade própria, pois o movimento geralmente se dá por fatores externos, alheios à sua vontade.

O município de Itaboraí experimentou um crescimento populacional expressivo entre os anos 2000 e 2010. Segundo dados da Fundação CEPERJ

(2013) a taxa de crescimento vegetativo da população foi de 0,68 no período intercensitário.

A taxa de crescimento vegetativo é calculada por meio do total da população, menos o número de óbitos, acrescido pelo total de nascidos no mesmo período. Dessa forma a taxa acaba por considerar apenas o crescimento natural da população. Através da **Figura II.5.3.4.1-5** é possível entender melhor o cenário.



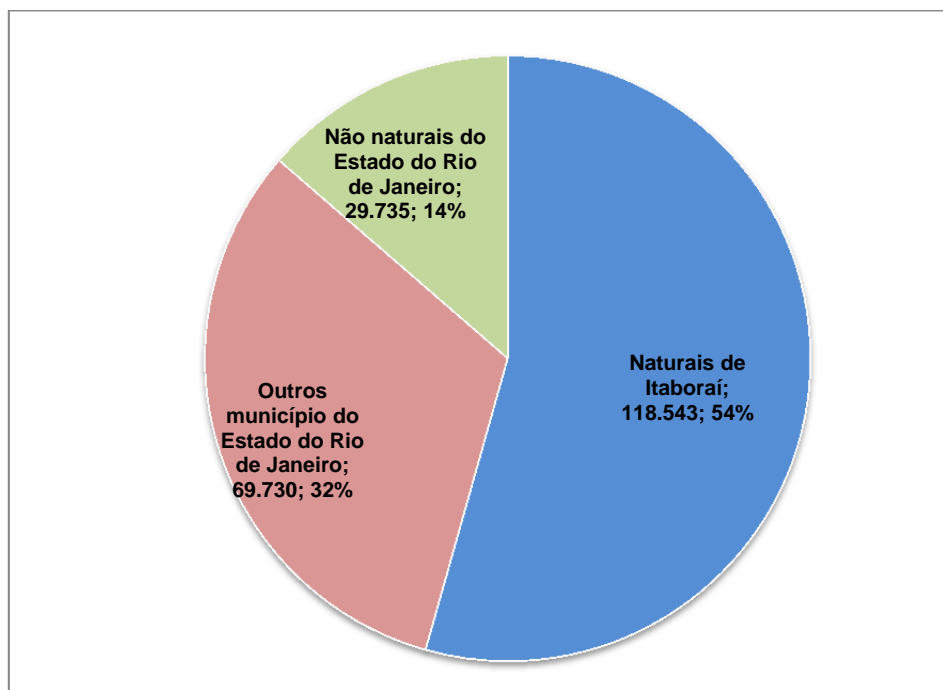
Fonte: CEPERJ, Anuário de estatístico de 2013.

Figura II.5.3.4.1-5 - Natalidade e Mortalidade

Nota-se que a partir do ano 2000, a taxa de natalidade recuou no município, e a taxa de mortalidade se manteve na média. Dessa forma o aumento populacional registrado no município não é, somente, de cunho natural, já que o crescimento real do município, quantificado pela taxa de crescimento geométrica aponta para um crescimento de 1,52 no período, portanto o crescimento populacional de Itaboraí tem como causa principal a migração da população, representado pela diferença das taxas (0,84).

Dessa forma é possível auferir que o aumento populacional é em grande parte resultado da migração ocorrida no último decênio. Em 2000, o Censo Demográfico do IBGE já apontava que 16% da população de Itaboraí tinham como origem outros Estados, que não o Rio de Janeiro, sendo maioria dos seguintes: Minas Gerais (3,07%), Paraíba (2,58%), Espírito Santo (2,4%), Pernambuco (1,58%), Ceará (1,58%) e Bahia (1,21%), sem diferença significativa entre a migração de homens e mulheres nesses Estados. Em 2010 essa

proporção diminuiu 2%, passando de 16% em 2000 para 14% em 2010 (Dados do Resultado Geral da Amostra, IBGE 2010). A **Figura II.5.3.4.1-6** traz a distribuição atual da população do município.



Fonte: IBGE: Resultados Gerais da Amostra de Migração do Censo Demográfico de 2010.

Figura II.5.3.4.1-6 - Origem da população de Itaboraí

Portanto, os dados ora apresentados mostram que, ainda que principal fator de crescimento populacional, o número absoluto de migrantes no município de Itaboraí não aumentou significativamente, tendo se mantido na faixa dos 30 mil em ambos os anos analisados.

- **Indicadores Sociais**

O objetivo é apresentar um panorama dos principais indicadores sociais que possibilitam a leitura das condições sociais de vida predominante nos municípios da área de estudo. Destaca-se que o Termo de Referência - TR, sugere o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH como indicador a ser utilizado nas análises. Além dos indicadores de IDH, optou-se também pela observação de outros indicadores como o Índice de Gini.

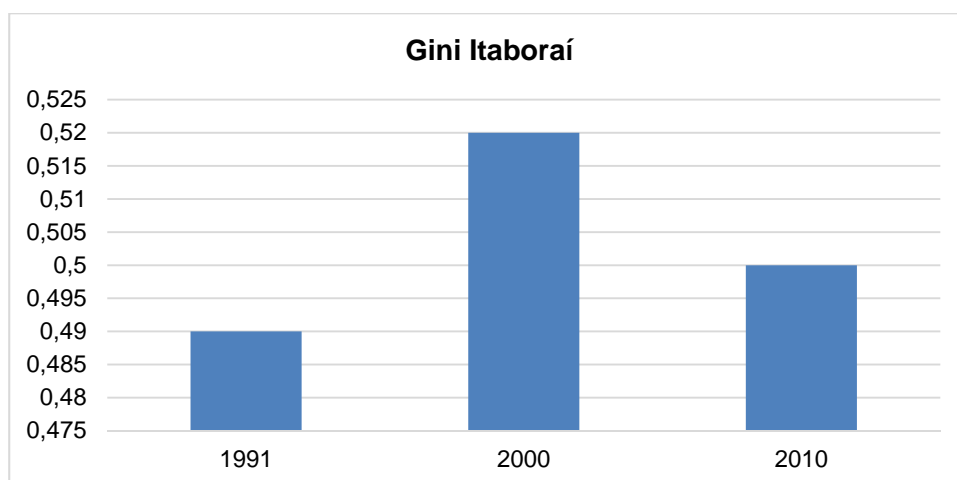
Considerando que a elaboração do diagnóstico para o município de Itaboraí utilizou uma base de dados provenientes de fonte secundária, é importante registrar que a utilização dos indicadores aqui apresentados não permite avaliar as condições de vulnerabilidade especificamente, no que se refere às comunidades tradicionais, tema possível de ser tratado apenas a partir de pesquisa direta específica.

Índice de Gini – IG

O índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de zero, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a um, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Através do índice é possível afirmar que a concentração de renda no município aumentou consideravelmente entre os anos de 1991 e 2000, onde o índice registrou 0,52, número mais próximo a um que o registrado em 1991. Segundo dados do último Censo do IBGE (2010) esse índice caiu aproximando-se novamente do valor zero. A desigualdade que havia crescido volta a diminuir.

Com objetivo de analisar o grau de desigualdade no município de Itaboraí, a **Figura II.5.3.4.1-7** apresenta Índice de Gini.



Fonte: IBGE, Censos Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

Figura II.5.3.4.1-7 - Índice de Gini.

Índice do Desenvolvimento Humano - IDH

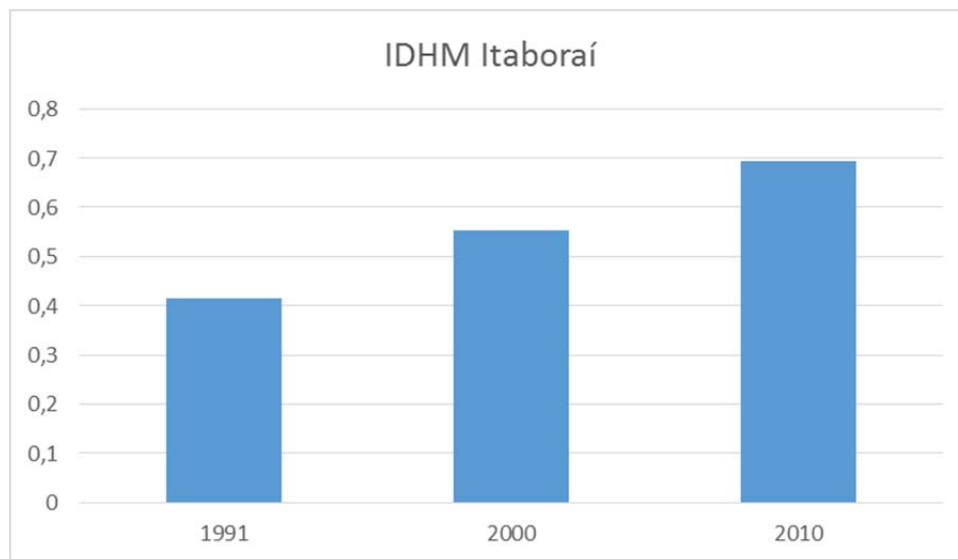
O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto - PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

O IDHM é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). O indicador pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e Estados do país e Distrito Federal.

Segundo o PNUD/IPEA, o IDH varia de 0 (zero) (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país.

Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento municipal, estadual e regional. Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas - educação, longevidade e renda, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Os índices IDH até 0,5 são classificados como de Baixo Desenvolvimento Humano; entre 0,5 e 0,8 como de Médio Desenvolvimento Humano; e acima de 0,8 como de Alto Desenvolvimento Humano.

A **Figura II.5.3.4.1-8** apresenta a evolução do índice de IDHM de Itaboraí.



Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Figura II.5.3.4.1-8 – Evolução do IDHM de Itaboraí

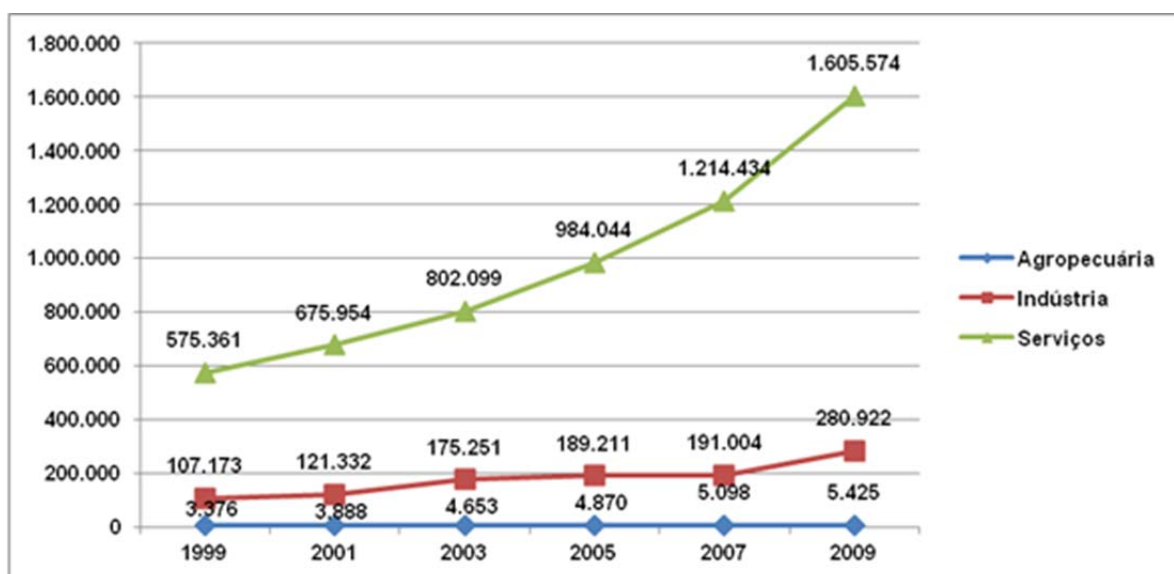
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Itaboraí é 0,693, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,216), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,178), seguida por Longevidade e por Renda.

Itaboraí ocupa a 2105ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2104 (37,81%) municípios estão em situação melhor e 3.461 (62,19%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 92 outros municípios de Rio de Janeiro, Itaboraí ocupa a 62ª posição, sendo que 61 (66,30%) municípios estão em situação melhor e 31 (33,70%) municípios estão em situação pior ou igual.

- **Atividades Produtivas e Distribuição dos setores econômicos na composição do PIB municipal**

Inserido no processo de transformações em sua estrutura política, econômica, demográfica e territorial em que vem sofrendo o Estado do Rio de Janeiro, o município de Itaboraí também passa por diversas alterações, inclusive

em sua estrutura econômica. Até os anos 70, o município tinha na agricultura sua principal fonte de renda, com destaque para o cultivo da laranja, e no setor industrial que timidamente, através das olarias existentes no município, complementava a composição do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, ambas as atividades foram gradativamente substituídas pelas atividades ligadas ao setor terciário, que mantem sua hierarquia atualmente, como mostra a **Figura II.5.3.4.1-9**.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA, 2009.

Figura II.5.3.4.1-9 - Evolução do Valor Adicionado

O setor terciário apresenta números cada vez mais expressivos, tendo aumentado em 179% seu produto no período de 10 anos. Não obstante, o setor secundário vem se destacando no cenário econômico municipal, com um aumento de 162% em relação ao ano de 1999. O setor ganhou impulso, principalmente entre os anos de 2007 e 2009, quando obteve um incremento de, aproximadamente, 90 mil reais no valor adicionado.

Um dos fatores que possui ligação direta com esse incremento é a implantação do COMPERJ, em Itaboraí. As obras do Complexo iniciaram em 2008, e a operação da primeira fase foi postergada para 2016, devido a mudanças de projeto. Contudo as consequências já são percebidas no município,

tal obra atraiu novas indústrias, o que tende a se ampliar após a conclusão do complexo.

Essa reestruturação pode ser visualizada na **Tabela II.5.3.4.1-2** que traz a evolução do PIB e sua composição.

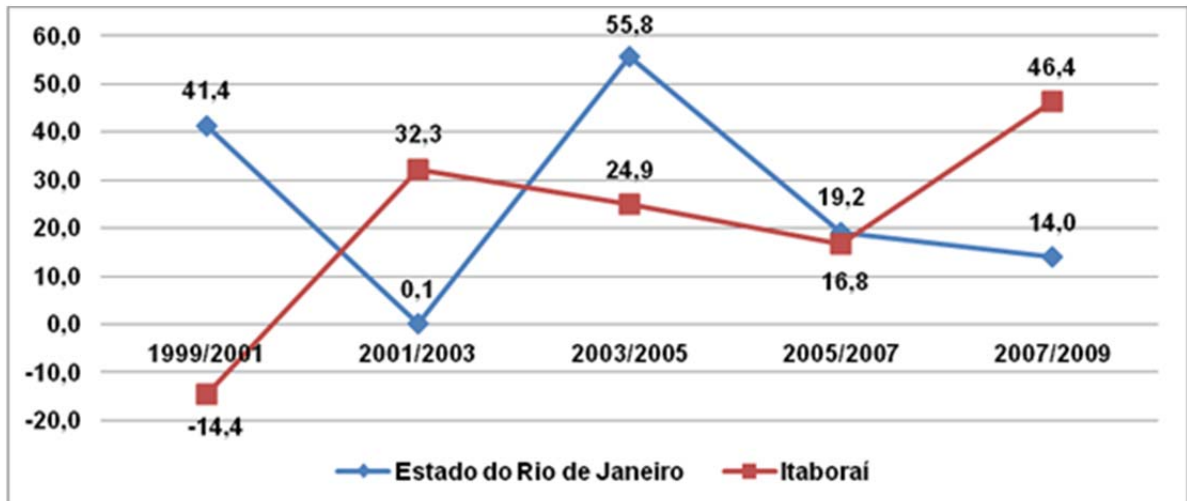
Tabela II.5.3.4.1-2- Composição do Produto Interno Bruto municipal e estadual

LOCALIDADE	ANO	PIB (Mil Reais)	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (%)	Valor adicionado bruto (%)		
				Agropecuária	Indústria	Serviços
Estado do Rio de Janeiro	1999	127.218.908	13,73	0,53	18,10	67,63
	2001	152.098.914	16,23	0,55	19,49	63,73
	2003	188.014.960	13,15	0,48	22,63	63,74
	2005	247.017.528	15,59	0,43	25,49	58,48
	2007	296.767.784	15,47	0,33	25,27	58,93
	2009	353.878.136	14,79	0,42	22,45	62,34
Município de Itaboraí	1999	736.110	6,82	0,46	14,56	78,16
	2001	844.132	5,09	0,46	14,37	80,08
	2003	1.038.845	5,47	0,45	16,87	77,21
	2005	1.249.145	5,69	0,39	15,15	78,78
	2007	1.493.476	5,55	0,34	12,79	81,32
	2009	2.013.344	6,03	0,27	13,95	79,75

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA.

Nessa primeira fase é natural que o percentual do valor adicionado dos serviços seja superior ao da indústria, já que o momento é de expansão de oferta de bens e serviços, compra de insumos e atração de comércios varejistas e atacadistas no município.

É notório o desenvolvimento econômico que o município vem experimentando, no período entre 2007 e 2009, o PIB registrou o maior percentual de crescimento desde 1999, superior ao do Estado do Rio de Janeiro, como mostra a **Figura II.5.3.4.1-10**.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA.

Figura II.5.3.4.1-10 - Percentual de evolução do Produto Interno Bruto estadual e municipal.

• Remuneração e mobilidade da força de trabalho

A População Economicamente Ativa (PEA) é o total do potencial de mão de obra disponível ao setor produtivo, podendo estar ocupada ou sem ocupação no período da pesquisa realizada para a elaboração do Censo Demográfico de 2010.

A população ocupada, segundo o IBGE, compreende as pessoas que estavam trabalhando, com ou sem registro na carteira, e que recebiam ou não salários, tais como: ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou ainda, como aprendiz ou estagiário.

Já a população considerada sem ocupação engloba aquelas pessoas que não tinham trabalho no período da pesquisa, mas estavam dispostas a trabalhar.

Assim, a **Tabela II.5.3.4.1-3** traz o total da PEA disponível no município de Itaboraí.

Tabela II.5.3.4.1-3 - População Economicamente Ativa

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	OCUPADAS (%)	NÃO OCUPADAS (%)
15 a 19	6.201	67	49
20 a 24	13.116	80	25
25 a 29	13.872	87	15
30 a 34	14.826	90	12
35 a 39	14.374	91	10
40 a 44	12.681	94	7
45 a 49	11.060	93	7
50 a 54	8.863	95	5
55 a 59	5.683	93	7
60 a 64	3.333	95	5
65 a 69	1.495	96	5
70 ou mais	990	97	4
Total	107.392	89	13

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Conforme os dados ora expostos, é possível observar maior concentração na categoria de não ocupados entre a população com idade entre 15 a 29 anos de idade, variando entre 49% e 15% nos grupos etários.

A **Tabela II.5.3.4.1-4** traz os principais setores de atividade, de acordo com os Grandes Grupos Ocupacionais do IBGE, em que a população ocupada está ligada.

Tabela II.5.3.4.1-4 - População Economicamente Ativa Ocupada por setor da atividade econômica.

SETOR DA ATIVIDADE	TOTAL
Diretores e gerentes	2.391
Profissionais das ciências e intelectuais	6.904
Técnicos e profissionais de nível médio	5.001
Trabalhadores de apoio administrativo	5.460
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.	21.079
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.	1.112
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.	15.765
Operadores de instalações e máquinas e montadores	8.453
Ocupações elementares	20.338
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.	1.376
Ocupações mal definidas	7.475

Fonte: IBGE, Resultados Gerais da Amostra de 2010.

Três são os setores que compreendem o maior número de pessoas ocupadas: trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, que compreende 22% da PEA ocupada, as ocupações elementares (vendedores de rua, domésticas, porteiros, entregadores, vigias, entre outros) que envolvem 21% do total e os trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, que abrangem 16% da PEA ocupada.

O rendimento médio mensal dessa fatia populacional é apresentado na **Tabela II.5.3.4.1-5**.

Tabela II.5.3.4.1-5 - Rendimento nominal mensal das PEA Ocupada

RENDIMENTO	QUANTIDADE (%)
Até 1 salário mínimo	36,72
Mais de 1 a 2 salários mínimos	38,48
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11,14
Mais de 3 a 5 salários mínimos	6,55
Mais de 5 a 10 salários mínimos	4,11
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0,69
Mais de 20 salários mínimos	0,16
Sem rendimento	2,15

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os dados acima revelam que 77,35% da PEA ocupada tem rendimento médio mensal de até 2 salários mínimos. Portanto, ainda que a grande maioria esteja ocupada, o rendimento médio é baixo, considerando ainda que 2,15% desses sequer recebem algum salário.

A quantidade de estabelecimentos relacionados ao setor terciários são os que mais apresentaram crescimento, com destaque para os últimos três anos analisados, quando o município passou de 1.289 estabelecimentos para 1.524, um total de 235 novas unidades no período. A **Tabela II.5.3.4.1-7** traz a quantidade de estabelecimentos por setor.

Tabela II.5.3.4.1-7 - Quantidade de estabelecimentos

ATIVIDADE		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Terciário (1)	Comércio	667	664	698	702	718	770	823	879
	Serviços	402	418	451	472	502	519	563	645
Secundário (1)	Extrativa mineral	10	07	09	14	12	08	09	10
	Indústria de transformação	142	143	144	165	175	183	207	205
	Serviços Industriais de utilidade pública	02	02	02	03	03	02	04	04
	Construção Civil	48	46	38	34	42	79	80	79
Primário (2)	Aquicultura				47				
	Horticultura e floricultura				88				
	Pecuária e criação de outros animais				113				
	Produção florestal-florestas plantadas				01				
	Aquicultura				01				
TOTAL		1.271	1.280	1.342	1.640	1.452	1.561	1.686	1.822

Fonte: (1) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, Censo Agropecuário. (2) Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais- RAIS

Esses estabelecimentos se concentram ao longo da Rodovia BR-101, como mostra as **Figura II.5.3.4.1-11** e **II.5.3.4.1-12**.



Figura II.5.3.4.1-11 - Comércio no entorno da Rodovia BR-101

Fonte: PETROBRAS/MINERAL, 2013



Figura II.5.3.4.1-12 - Comércio no entorno da Rodovia BR-101

Fonte: PETROBRAS/MINERAL, 2013

Assim como maior número de estabelecimento, os setores do segmento terciário são também os que possuem maior concentração de pessoal ocupado, como mostra a **Tabela II.5.3.4.1-8**.

Tabela II.5.3.4.1-8 - Pessoal ocupado com carteira assinada

ATIVIDADE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Administração Pública	2.570	3.053	3.047	3.202	3.471	3.490	3.566	3.721	5.548	5.929
Agropecuária	265	300	294	339	329	369	277	246	242	231
Comércio	3.516	3.783	4.010	4.297	4.810	4.694	4.997	5.428	6.236	6.927
Construção Civil	1.906	2.803	1.792	1.083	1.639	355	499	3.476	3.742	3.428
Extrativa mineral	184	60	62	48	49	485	143	69	74	73
Indústria de Transformação	2.506	2.934	3.039	3.369	3.589	3.391	4.220	3.917	4.220	4.127
SIUP	230	12	83	84	164	174	171	168	257	397
Serviços	3.862	3.592	4.162	4.057	4.504	5.879	5.816	4.991	5.318	7.631
Total	15.039	16.537	16.489	16.479	18.555	18.837	19.689	22.016	25.637	28.743

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais- RAIS

As atividades com maior número de pessoal ocupado com carteira assinada são as seguintes: indústria de transformação, serviços, comércio, administração pública e construção civil. Destaque para as últimas quatro ocupações que desde 2007 apresentam elevado incremento no número de empregos.

- ***As atividades de petróleo e gás, o pagamento de rendas petrolíferas e o desenvolvimento local***

Considerando a cadeia produtiva do petróleo (do poço ao posto), a etapa de refino torna-se o coração dessa indústria, pois sem a separação em seus diversos componentes, o petróleo em si, possui pouco ou nenhum valor prático e comercial, onde o processo torna-se indispensável ao ponto de vista econômico, estratégico e socioambiental.

Da etapa de exploração até a comercialização dos derivados do petróleo, a produção em terra e o refino são as que se apresentam com mais complexidade. Pois apesar de apresentar impactos potenciais ao meio ambiente a indústria do petróleo também desempenha um papel positivo perante a sociedade, sendo

fontes geradoras de empregos, de receita para União, Estados e Municípios, bem como de divisas para nação.

Um dos principais empreendimentos da história da Petrobras, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) está sendo construído no município de Itaboraí.

A localização em Itaboraí levou em consideração a disponibilidade e as facilidades da região. A estrutura logística externa inclui vias de acesso, emissário de efluentes, adutora, infraestrutura dutoviária, linhas de transmissão etc.

O COMPERJ está estruturado em diversas “fábricas” e outras instalações são agregadas em blocos maiores chamadas Unidades, sendo estas: UPB (Unidade de Petroquímicos Básicos) - UPA (Unidades Petroquímicas Associadas) - UTIL (Unidade de Utilidades) - AUX (Unidade Auxiliares de Processos) - Apoio (Unidades de Apoio, Transportes e Transferência).

Além das resinas plásticas, o COMPERJ vai produzir PTA, etilenoglicol, benzeno, estireno e butadieno, que serão vendidos para outras indústrias químicas. Esses produtos darão origem a pneus, fibras sintéticas, embalagens de alimentos, de remédios, de cosméticos, entre outros.

Em geral, estes produtos sairão do COMPERJ na forma líquida, através de dutos e caminhões especiais. O COMPERJ também terá produtos típicos de uma refinaria, embora em quantidade reduzida, como: Óleo diesel de alta qualidade – para combustíveis; Nafta – para fabricação de solventes especiais, combustíveis e petroquímicos; Coque – para usinas siderúrgicas e Enxofre – para indústrias químicas.

O COMPERJ produzirá 1,3 milhões de toneladas/ano de eteno e 880 mil toneladas/ano de propeno. Esses gases devem ser consumidos dentro do próprio COMPERJ, transformando-se em polietileno, etilenoglicol, estireno e polipropileno.

Tais especificações a respeito do COMPERJ, caracteriza a unidade como recebedora do gás que será produzido pelo empreendimento em questão (petróleo e gás natural do polo pré-sal da bacia de Santos), inserindo o município de Itaboraí na área de estudo.

Em 2007, ano da licença para construção do COMPERJ, estudos da Fundação Getúlio Vargas previam a criação de mais de 212 mil empregos diretos,

indiretos e por efeito renda, e a instalação de mais de 720 empresas até o ano de 2015, anunciando um encadeamento econômico que beneficiaria intensa e diretamente o município de Itaboraí.

Para atender essa demanda, três importantes projetos merecem destaque por terem interface com o empreendimento em questão e por já estarem em execução; o Centro de Integração do empreendimento COMPERJ oferece cursos profissionalizantes relacionados à construção do complexo e aos empregos gerados na região com a vinda de novas empresas. Cerca de 30 mil vagas serão ofertadas até a conclusão da construção do empreendimento, em cursos de níveis desde básico até superior, todos gratuitos.

O Projeto Promotores da Vida promove cursos de capacitação relacionados à saúde e meio ambiente no intuito de inserir seus alunos no mercado formal de trabalho. Através de uma parceria entre o Instituto Vital Brazil e a Petrobras, entre os anos 2012 e 2013 aproximadamente 720 alunos já foram beneficiados em 11 municípios, incluindo Itaboraí.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp é um programa organizado pelo Ministério de Minas e Energia do governo federal em articulação com empresas da indústria de petróleo e operadoras em todo Brasil, com a principal contribuição sendo da Petrobras. O Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP faz parte do programa, com objetivo de qualificar profissionais para atuar na indústria de petróleo através de cursos de nível básico até superior. No ano de 2012, foram abertas 3.500 vagas em cursos básicos e de nível médio, contemplando as áreas de encanador, montador, soldador de estrutura, encarregado de estrutura, topógrafo, desenhista projetista de tubulação e projetista com o programa *Plant Design Management System* - PDMS7.

Em relação aos pagamentos de rendas petrolíferas, segundo divulgado pela ANP, através da Consolidação das Participações Governamentais e de Terceiros no ano de 2012, foram distribuídos, a título de royalties, R\$ 15,6 bilhões entre os diferentes entes da federação 45. Couberam ao estado do Rio de Janeiro cerca de R\$ 3 bilhões (19,0%), e aos seus municípios, R\$ 3,2 bilhões (20,2%).

Quanto às participações especiais, que totalizaram cerca de R\$ 15,9 bilhões, couberam ao estado cerca de R\$ 5,3 bilhões (33,2%), e aos seus municípios, R\$ 1,3 bilhão (8,3%).

Itaboraí é um dos 87 municípios do Estado do Rio de Janeiro que recebem royalties pela exploração e produção de petróleo.

A **Tabela II.5.3.4.1-9** apresenta a evolução do pagamento de rendas petrolíferas ao município de Itaboraí, distrito que compõem a zona de produção secundária.

Tabela II.5.3.4.1-9 - Royalties + Participações Especiais Anuais em Valores Correntes Per capita, 1999/2014

Ano	População	Valor Corrente	Valor Per capita
1999	185.214	0	0
2000	189.114	0	0
2001	193.096	0	0
2002	197.161	0	0
2003	201.313	835.935,64	4,15
2004	205.551	4.163.569,01	20,26
2005	209.879	6.080.117,94	28,97
2006	214.298	7.013.089,30	32,73
2007	218.811	6.853.403,39	31,32
2008	223.418	8.625.161,55	38,61
2009	228.122	6.772.648,13	29,69
2010	218.090	8.452.165,18	38,76
2011	218.090	10.808.884,11	49,56
2012	218.090	13.872.213,92	63,61
2013	218.090	14.070.962,99	64,52
2014	218.090	6.801.736,87	31,19

Fonte: *InfoRoyalties*, a partir de Agência Nacional do Petróleo e IBGE

- **Localização dos assentamentos humanos próximos das estruturas terrestres da indústria de petróleo e gás**

Os bairros Alto Jacu e Quinta dos Colibris, localidades próximas da estrada secundária do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ; Vila Visconde, Village do Sol, Grande Rio, João Caetano e Itambi, bairros lindeiros à estrada principal do COMPERJ; bem como os bairros Porto das Caixas, Agro Brasil e Centro de Sambaetiba, são os assentamentos humanos localizados

próximo ao COMPERJ, local onde serão instaladas as unidades industriais UPGN e ULUB, e com as duas estradas que serão utilizadas para o escoamento dos produtos, transportes de funcionários entre outros (PETROBRAS/MINERAL, 2013).

É importante compreender que apesar dos fenômenos socioespaciais já serem perceptíveis no entorno do empreendimento, assim como em todo o município, a indústria petroquímica em Itaboraí ainda não existe de fato, e até que o COMPERJ entre em fase de produção, existem muitas expectativas que contribuem para a especulação imobiliária, aumento dos fluxos migratórios para o entorno e possíveis problemas socioambientais.

II.5.3.5 - Infraestrutura

Este item apresenta a infraestrutura pública e privada que atende à população que vive no município de Itaboraí, nos termos do acesso aos serviços essenciais de saúde, saneamento, transporte, comunicações, energia elétrica e segurança pública.

As informações aqui apresentadas decorrem de pesquisa de dados secundários e de consulta à prefeitura municipal, via ofício, e órgãos afins no que se refere aos serviços de segurança pública.

Os dados apresentados sobre a infraestrutura de saúde no Brasil, estado e município, de maneira geral, foram obtidos a partir da análise de dados disponibilizados pelo Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS.

A) Saúde

A estrutura de saúde brasileira pauta-se no direito à saúde enquanto direito coletivo, instaurado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir daí e com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a organização dos serviços e ações de prevenção e promoção da saúde passa a ser regida pela descentralização administrativa, com a participação da União, de Estados e municípios, além de organizações dispostas a garantir a prestação gratuita de serviços dessa área.

Dessa forma, os princípios do SUS norteiam as ações das demais esferas administrativas, ficando a cargo das Secretarias Estaduais a elaboração das políticas públicas e diretrizes a serem seguidas pelas administrações municipais. A União é responsável pela maior parte dos recursos investidos em saúde, aplicados de acordo com os preceitos estabelecidos em cada uma das unidades da federação.

Para atender a pluralidade das realidades locais é preciso consolidar estruturas específicas, em especial pela impossibilidade de legar à esfera municipal a gestão de um sistema que, muitas vezes, está além da demanda que deve suprir. Nestes casos, pequenos municípios experimentam a regionalização da saúde, estando interligados a instituições de municípios vizinhos no atendimento de casos especializados ou de maior complexidade.

É comum, ainda, que além da infraestrutura sob-responsabilidade pública, o SUS contrate, por meio de convênios, instituições privadas para a prestação de serviços específicos à população geral.

- **Desempenho SUS**

O Índice de Desempenho do SUS – IDSUS é um indicador síntese elaborado pelo Ministério da Saúde que faz uma aferição contextualizada do SUS quanto ao acesso (potencial ou obtido) e à efetividade da atenção básica, da atenção ambulatorial e hospitalar e das urgências e emergências. Pretende subsidiar ações, presentes e futuras, dos gestores municipais, estaduais e federais, a fim de melhorar a qualidade dos sistemas de serviços e a saúde dos brasileiros. O índice varia de 0 a 10, e quanto mais alto, melhor. De acordo com o Ministério da Saúde, o serviço do SUS pode ser considerado bom com nota superior a 7,00. A pesquisa, divulgada em março de 2012, atribuiu ao SUS no Brasil a nota 5,47, ficando o estado do Rio de Janeiro com 4,58 e a cidade do Rio de Janeiro com 4,33.

Em função da diversidade do país, a pesquisa distribuiu 5.563 municípios brasileiros em seis grupos, conforme as semelhanças. No que diz respeito ao estado do Rio de Janeiro, a Capital está no grupo 1. O mais numeroso é o grupo 3, com 43 municípios, seguido do grupo 5, com 30. Os grupos 2, 4 e 6 reúnem,

respectivamente, nove, sete e dois municípios. Itaboraí, pertencente ao grupo 3 do IDSUS, obteve o índice 4,95, como mostra a tabela a seguir.

O modelo avaliativo adotado independe da existência – no município, estado ou região – da estrutura de serviços de saúde necessária à atenção integral, visto que o oferecimento de tal atenção deve ser orientado pelas diretrizes organizativas de descentralização, hierarquização e regionalização. Ou seja, nos municípios que realizam apenas a atenção básica, o desempenho do SUS é dado pela atenção básica municipal e pelas atenções especializada, ambulatorial e hospitalar regionalizada, de corresponsabilidade do gestor municipal, estadual e federal por meio do planejamento para a atenção especializada regionalizada; da Programação Pactuada e Integrada – PPI estadual; e da efetivação da política de regulação da atenção à saúde regionalizada.

Em vista da grande repercussão do ranking entre os municípios e em resposta às críticas, o Ministério da Saúde argumentou que a classificação não era o objetivo do IDSUS, sobretudo quando se toma o município isoladamente, isto é, quando se considera como único responsável pelo índice obtido a estrutura de saúde existente no território do município e o gestor municipal.

- **Saúde no Município**

Na **Figura II.5.3.5-1** a proporção dos estabelecimentos de saúde presentes no município de Itaboraí, estejam eles conveniados ou não ao SUS.

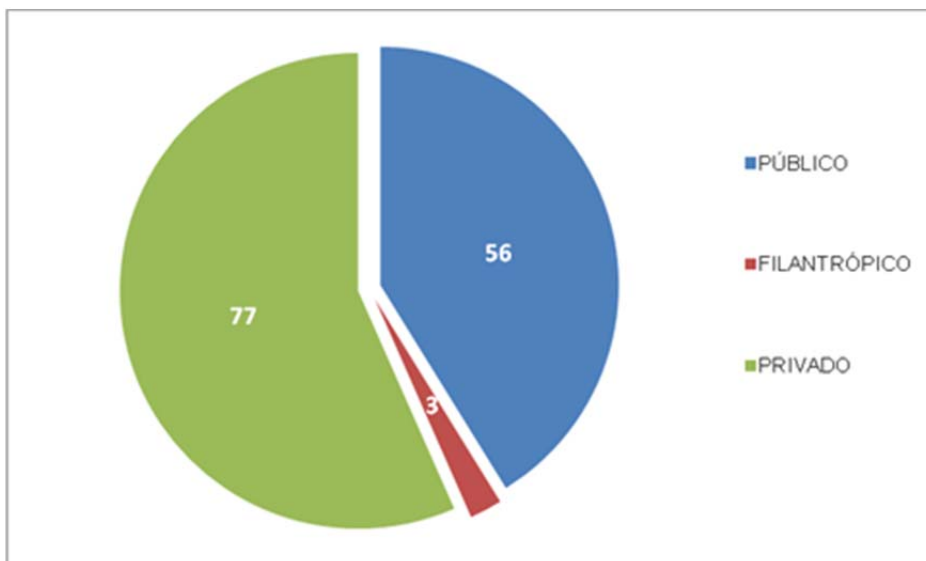


Figura II.5.3.5-1 - Número de estabelecimentos em Itaboraí
Fonte: cnes.datasus.gov.br

Tabela II.5.3.5-1 – Estabelecimento por tipo – Município – 2014

Estabelecimento por tipo	Quantidade
Centro de Atenção psicossocial	02
Centro de Saúde/unidade básica de saúde	46
Central de regulação de serviços de saúde	01
Clinica especializada/ambulatório especializado	13
Consultório	55
Farmácia	01
Hospital especializado	01
Hospital geral	02
Hospital-dia	01
Policlínica	03
Posto de Saúde	04
Pronto atendimento	01
Pronto socorro geral	01
Secretária de Saúde	01
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	31
Unidade de vigilância em saúde	01
Unidade móvel pré-hospitalar – urgência/emergência	01
Unidade móvel terrestre	02

Fonte: www.datasus.gov.br

Todas as unidades públicas são geridas pelo Sistema Municipal, sendo quatro Hospitais conveniados ao SUS, 55 unidades ambulatoriais e uma farmácia, que atende a demanda médica excepcional e o Programa Farmácia Popular.

A atenção básica é realizada por Centros de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e Postos de Saúde, que somam 50 no município. Esse atendimento é gratuito, e tem como propósito realizar atendimento preventivo o acompanhamento de casos de menor complexidade. Contam com equipe de médicos, enfermeiros e dentistas, e, em geral, oferecem atendimento localizado a bairros e regiões específicas, com finalidade descentralizadora.

De acordo com o Plano Diretor Regional da Saúde do Estado do Rio de Janeiro, o município de Itaboraí faz parte da Região Metropolitana II, composta por sete municípios- Niterói, Maricá, São Gonçalo, Itaboraí, Silva Jardim e Rio Bonito. Dentre esses município, Niterói e São Gonçalo são os Polos para atendimento de alta complexidade na Região, cabendo a Niterói o atendimento de TRS, hemoterapia, oncologia e oftalmologia e à São Gonçalo a realização de cirurgias cardíaca, TRS e hemoterapia.

Além de atender os municípios da Região Metropolitana II, Niterói é Polo Estadual para oftalmologia e será Polo Regional para Média e Alta Complexidade II e III, tendo em vista que a maioria dos municípios da região tem deficiência de serviços com capacidade para atender a demanda. (Plano Diretor Regional da Saúde).

O município de Itaboraí encaminha os procedimentos de alta e média complexidade para os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, e recebe os pacientes provenientes do município de Tanguá que necessitam de atendimento de média complexidade I.

Tabela II.5.3.5-2 – Distribuição de leitos hospitalares – Município – 2014

Descrição	Quantidade existente	%
Cirúrgico	22	91%
Clínico	223	96%
Obstétrico	24	100%
Pediátrico	12	100%
Outras especialidades	0	0%
Hospital-dia	0	0%

Fonte: www.datasus.gov.br

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A **Tabela II.5.3.5-3** apresenta um resumo do quadro local:

Tabela II.5.3.5-3 – Equipamentos – Município – 2014

Descrição	Quantidade existente	%
Audiologia	2	0%
Diagnóstico por imagem	100	32%
Infraestrutura	80	18%
Métodos ópticos	38	18%
Métodos Gráficos	48	23%
Manutenção da vida	303	15%
Odontologia	326	33%
Outros	94	12%

Fonte: www.datasus.gov.br

Os recursos humanos disponíveis para a população de Itaboraí são os seguintes:

Tabela II.5.3.5-4 – Recursos Humanos – Ocupações – Município – 2014.

Ocupação do profissional	Quantidade	SUS	Ocupação do profissional	Quantidade	SUS
Anestesia	20	90%	Ginecologista/Obstetra	75	68%
Assistência Social	53	100%	Médico de família	52	100%
Auxiliar de enfermagem	213	99%	Nutricionista	36	81%
Cirurgião geral	42	86%	Outras especialidades médicas	247	62%
Cirurgião dentista	93	61%	Pediatria	99	84%
Clínico geral	223	94%	Psicólogo	62	84%
Enfermeiro	311	99%	Psiquiatra	15	93%
Farmacêutico	21	100%	Radiologista	36	75%
Fisioterapia	67	79%	Técnico de enfermagem	267	100%
Fonoaudiólogo	28	71%	Total	1.960	87%

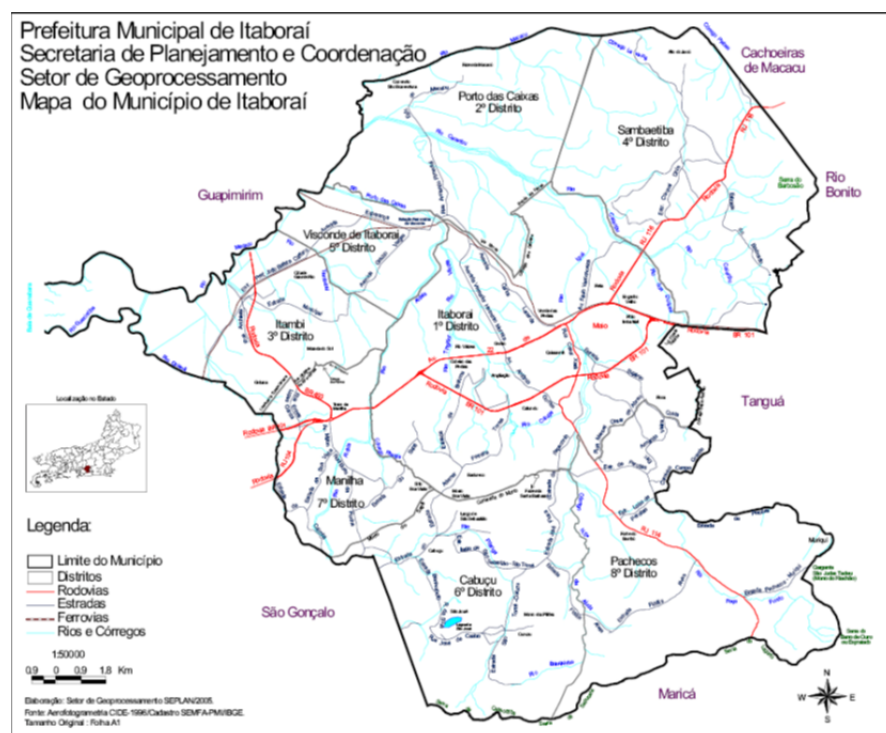
Fonte: www.datasus.gov.br

De um modo geral, avaliando-se os aspectos que envolvem a suficiência de infraestrutura e serviços de saúde da população de Itaboraí, é possível estabelecer um panorama da situação da saúde atual da região. Os dados mostram que, no contexto municipal, a disponibilidade de leitos, de profissionais

de saúde e a área de cobertura destes profissionais na região são deficientes. Este cenário, merece destaque à medida que a população, ao longo dos anos, tende a aumentar, acompanhada da carência nos serviços de saúde.

B) Transporte

O principal acesso ao município de Itaboraí é realizado pela BR-101, que vem de São Gonçalo, a leste, e segue para Tanguá, a oeste. A RJ-104 é outra importante via de acesso para São Gonçalo e Niterói. A BR-493 vem de Magé e Guapimirim, a leste. Essas três rodovias se encontram no entroncamento de Manilha. A RJ-116 segue rumo norte para Cachoeiras de Macacu e a RJ-114 alcança a fronteira de Maricá, na localidade de Pacheco. A **Figura II.5.3.5-1** apresenta a infraestrutura rodoviária de Itaboraí.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 2014.

Figura II.5.3.5-1- Mapa do eixo viário de Itaboraí-RJ

Itaboraí também é servida por um ramal ferroviário da Cia. de Engenharia de Transportes e Logística, no trecho Niterói - Visconde de Itaboraí e, outro, da

Ferrovias Centro-Atlântico nos trechos Visconde de Itaboraí – Campos e Visconde de Itaboraí – Magé.

Além das rodovias principais que cruzam a município, existe o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, uma rodovia de 145 quilômetros de extensão que está em construção. Este empreendimento é uma parceria entre os governos estaduais e federais, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Como apresenta a **Figura II.5.3.5-2** esta rodovia tem o objetivo de ligar o Porto de Itaguaí (RJ) com o município de Itaboraí, passando por oito municípios no total. Configurando-se como principal acesso e à distribuição de materiais, equipamentos e insumos da cadeia produtiva do petróleo e gás natural.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Integração com o COMPERJ, xxxx
Figura II.5.3.5-2 – Arco Metropolitano ligando o COMPERJ (município de Itaboraí) ao Porto de Itaguaí.

A principal via interna de Itaboraí é a Avenida 22 de Maio, no centro da Cidade de Itaboraí, constituída por antigo trecho da BR-101, que foi desviada. O Distrito de Itambi tem sua principal via na Estrada Prefeito João Batista Cáffaro, dando acesso à BR-493 e dirigindo-se para o Distrito de Visconde de Itaboraí, onde encontra a Avenida Esperança, que atinge Porto das Caixas, dando acesso às avenidas Carlos Lacerda e Vereador Hermínio de Moraes, já no Distrito de Itaboraí, que chegam na Av. 22 de Maio. Da Avenida 22 de Maio, pela Av. Antônio Gomes, chega-se à BR-101 e à RJ-114. De Manilha, pela Estrada do Sapé, chega-se à BR-101 e ao 1º Distrito. Cabuçu é servido pelas estradas do Cabuçu, Ademar F. Torres, dando acesso à BR-101 e à Estrada da Brahma, no 1º Distrito,

e pela Estrada Fidelis Alves, que leva ao Distrito de Pachecos e à RJ-114. O Distrito de Sambaetiba é servido pela RJ-116, que a interliga ao 1º Distrito, e tem acesso a Porto das Caixas pelo Caminho dos Duques.

A SETRAN – Secretaria Municipal de Transportes, órgão responsável pelos projetos de melhoria da qualidade dos transportes a públicos de passageiros, aponta o Corredor da Avenida 22 de Maio como área crítica do sistema municipal de transporte, principalmente nos horários de pico no início da manhã e final do dia. Segundo a SETRAN as principais necessidades atuais relacionadas a esta via são o estabelecimento de um corredor único para transporte coletivo e a ampliação da fiscalização eletrônica. A Avenida 22 de Maio apresenta condições precárias de pavimentação, mantendo suas características de estrada.

A SETRAN regulamenta e fiscaliza os seguintes modais de transporte: ônibus convencionais e especiais; táxis; Transporte Especial Complementar (TEC); transporte escolar; e fretamento de passageiros. Segundo a SETRAN todo o município é atendido pelo transporte público, de acordo com a demanda necessária para cada bairro.

O município de Itaboraí não possui estrutura portuária ou aeroportuária. O terminal Rodoviário localiza-se em Venda das Pedras e é Administrado pela Viação Rio Ita, de onde pode ser feito o transporte intermunicipal e interestadual.

Quadro II.5.3.5-1 – Terminal Rodoviário Municipal de Itaboraí

Município	Terminal	Endereço
Itaboraí	Terminal Rodoviário de Itaboraí	Praça Alfredo Serrano – Venda das Pedras – Itaboraí

Fonte: PETROBRAS/HABTEC, 2014.

C) Comunicação

Segundo informações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (2014), o município de Itaboraí - é contemplado pelos serviços de telefonia da Oi, Embratel/Claro e TIM, que disponibilizam serviços de telefonia fixa, como de discagem direta à distância (DDD) e de discagem internacional (DDI), e os serviços de transmissão de dados via fax e de acesso rápido à Internet. Também

dispondo de sistema de telefonia móvel (celular), tendo como principais operadoras as empresas CLARO, OI, VIVO e TIM.

Segundo dados da ANATEL e da Fundação CEPERJ, em 2010, o município contavam com um total de 40.224 terminais telefônicos (conhecidos como linha ou número de telefone), dos quais 38.893 correspondem aos terminais telefônicos em serviço, enquanto 1.331 correspondem aos telefones públicos.

Quanto aos serviços postais, de acordo com informações da Prefeitura Municipal, em Junho de 2014, o município de Itaboraí consta com 12 agências de correios.

Nos municípios de Itaboraí, a Prefeitura utiliza como instrumento de comunicação com a população os jornais de grande circulação no Rio de Janeiro e Niterói, como O Dia, O São Gonçalo e o Extra e a publicação local O Itaboraí.

Quanto às rádios, a Prefeitura não as considera relevante, pois todas são do Rio de Janeiro e muito pulverizadas dentre a população. Porém no ramo de rádio difusão o município conta com uma emissora de rádio, a Nova Itaboraí FM

Em relação à televisão, o município conta com acesso aos canais de TV aberta e o serviço de transmissão de canais fechados feito pela Sky Satélite.

D) Energia Elétrica

A empresa de distribuição de energia elétrica responsável pelo município é a Ampla Energia e Serviços S.A. Em Itaboraí, a classe residencial urbana consome 45% da energia ofertada enquanto que a rural consome 2,5%; a classe outros consome 27%; a comercial 16% e a industrial apenas 8,5% do total municipal.

Tabela II.5.3.5-5 - Consumo de energia elétrica, por classe de consumidores - MWh - 2013

MUNICÍPIOS	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (MWH)					
	CLASSES DE CONSUMIDORES					
	TOTAL	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	OUTROS
Itaboraí	341.776	154.124	29.097	57.319	8.672	92.563

Fonte: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ – Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2013.

E) Captação e Abastecimento de Água Potável

Em Itaboraí, a principal forma de abastecimento de água é através de poço ou nascente, representando 70% dos domicílios municipais. Dando sequência, surge a rede geral, com 27% dos domicílios. O município de Itaboraí dispõe de Estações de Tratamento de Água (ETA), contudo, como pode ser observada nas porcentagens informadas pelo IBGE, em 2010, a principal fonte de abastecimento ainda é por poço ou nascente.

O cenário de abastecimento de água é apresentado na **Tabela II.5.3.5-6**.

Tabela II.5.3.5-6 – Abastecimento de Água em Itaboraí/RJ.

Município	Rede geral (%)	Poço ou nascente (%)	Outra forma (%)
Itaboraí	27	70	3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Nas áreas atendidas pela SAAE os serviços também são precários, resume-se a sete sistemas isolados cada qual composto por um poço e reservatório elevado de 100 m³ ao lado, atendendo entre 200 a 300 casas, não atingindo a 5% do município. A irregularidade na operação destes poços induz a maioria das casas atendidas a manter poço raso (cacimba) como principal fonte de fornecimento de água. (PMAE, 2014).

De acordo com o Plano Municipal de Água e Esgoto (2014), o município necessita de ampliação do seu sistema de abastecimento. Com o crescimento da população e a instalação de empreendimentos de grande porte na região, a pressão sobre o sistema de abastecimento poderá ficar mais crítica. Segundo informações do PMAE 2014, o rio Ubatiba, em Maricá, já não pode mais ser usado para captação de água para abastecimento do município, sendo necessário buscar outros mananciais.

F) Esgotamento Sanitário

Observar as condições dos equipamentos de saneamento básico na Área de Estudo do empreendimento é importante para a análise das condições de vida em geral. A atenção às condições básicas de higiene da população é um dos fatores

que faz a ligação direta entre qualidade ambiental e a condições gerais de saúde, em especial por ser a ausência de um sistema de coleta e tratamento de dejetos uma das maiores causas da degradação da qualidade das bacias de água.

O sistema de coleta de esgotos praticamente inexistente, tendo sido implantado na Reta Velha e parte do Distrito de Itambi, sob a responsabilidade do SAAE. Contudo, a maioria da rede coletora está assoreada e as ETEs existentes estão desativadas. No resto do município a solução é a ligação no sistema de águas pluviais, fossas e/ou lançamento direto na rua. (PMAE, 2014). Os dados acerca desse cenário podem ser visualizados na **Tabela II.5.3.5-7**.

Tabela II.5.3.5-7 - Esgotamento Sanitário- Itaboraí

ESGOTAMENTO	2000	2010
Rede geral de esgoto ou pluvial	27,78	40,45
Fossa séptica	41,11	25,43
Fossa rudimentar	9,46	14,10
Vala	15,84	16,23
Rio, lago ou mar	2,90	2,46
Outro escoadouro	1,42	1,08
Não tinham banheiro ou sanitário	1,48	0,25

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010

Nota-se uma melhora no cenário de coleta de esgoto por rede geral, com aumento de 12% de domicílios atendidos com rede geral ou pluvial. Contudo esse cenário não se reflete homogeneamente no município, em alguns bairros inexistente a coleta por rede geral. (PMAE, 2014).

O lançamento dos efluentes sem tratamento em um corpo d'água gera desequilíbrio ecológico e indiretamente afeta a saúde da população, implicando na qualidade das águas. Assim o baixo índice de rede coletora de esgoto nessas localidades contribui para a contaminação do lençol freático, eliminando a possibilidade do uso da água dos poços para consumo saudável, situação recorrente no município de Itaboraí, como mostra as **Figura II.5.3.5-3** e **Figura II.5.3.5-4**.

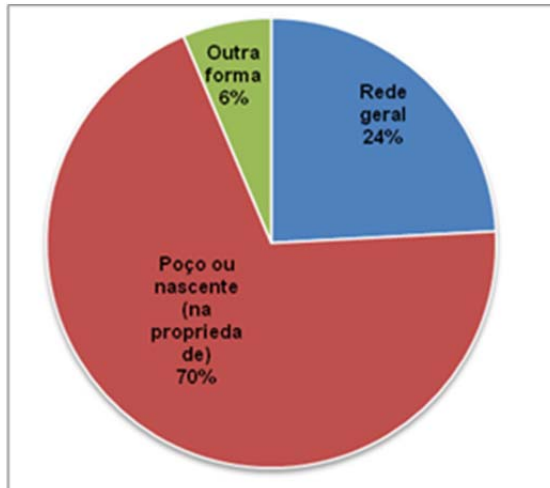


Figura II.5.3.5-3- Abastecimento de água no município de Itaboraí (AII)- 2000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.

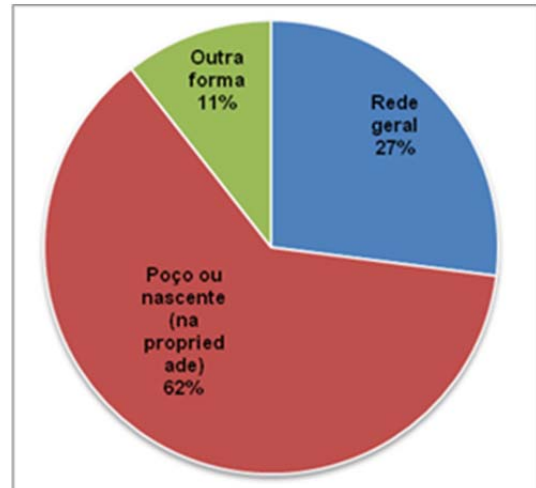


Figura II.5.3.5-4- Abastecimento de água no município de Itaboraí (AII)- 2010

Os dados apontam que menos de 30% dos domicílios são beneficiados com o serviço de rede geral e mais da metade dos domicílios usufruem da água do poço ou nascentes, localizadas no próprio terreno.

Parte do sistema de abastecimento de água de Itaboraí está vinculada ao sistema produtor Imunana-Laranjal, operado pela CEDAE. O sistema explora o Rio Macacu/Guapi-Açu, captando no canal de Imunana. Nas adutoras à ETA Laranjal há duas derivações para atendimento às ETAs de Porto das Caixas e Itambi.

A ETA Laranjal atende em Itaboraí à apenas uma pequena parte do distrito de Manilha, pela continuação da rede de distribuição de São Gonçalo. A ETA de Itambi atende parte do distrito de Itambi e a ETA Porto das Caixas atende ao distrito de mesmo nome e o Centro de Itaboraí. O único reservatório de maior porte (1,5 mil m³) está situado no centro da cidade.

G) Resíduos Sólidos

Dentre os aspectos analisados na infraestrutura de saneamento básico, os serviços relativos a resíduos sólidos registraram melhores resultados. A **Tabela II.5.3.5-8** apresenta o número de domicílios que dispõe de serviço de coleta de lixo.

Tabela II.5.3.5-8 - Destinação dos resíduos sólidos- Município de Itaboraí

DESTINO	2000 (%)	2010 (%)
Coletado	60,05	92,91
Queimado (na propriedade)	29,36	-
Enterrado (na propriedade)	0,53	-
Jogado em terreno baldio ou logradouro	9,34	-
Jogado em rio, lago ou mar	0,40	-
Outro destino	0,32	7,09

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010.

Em 2010 a produção estimada de resíduos sólidos em Itaboraí foi de 187,56 t/dia, neste ano houve um expressivo aumento no número de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo no município, passando de 60% em 2000 para 92% em 2010.

Em Abril desse ano o município de Itaboraí elaborou o Plano Municipal de Água e Esgoto, o sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitários do município de Itaboraí foi planejado para um período de 35 anos, tendo início no ano 2015 e término em 2049.

A meta de atendimento de água adotada é o alcance de 95% e o de coleta e tratamento de esgoto é o alcance de 90% da população total do município ao final do período de planejamento. Nas **Tabela II.5.3.5-9** e **Tabela II.5.3.5-10** são apresentados os cronogramas físicos de implantação.

Tabela II.5.3.5-9 - Cronograma Físico da Implantação do Sistema de Abastecimento de Água

Unidade do Sistema de Abastecimento de Água	Períodos			
	Emergencial Ano 1 ao 3	Curto Prazo Anos 4 ao 8	Médio Prazo Anos 8 ao 16	Longo Prazo Anos 17 ao 35
Produção de água				
Adução de água tratada				
Redes de distribuição e ligações prediais				
Reforma e melhorias				

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaboraí, Plano Municipal de Água e Esgoto, Abril de 2010.

Tabela II.5.3.5-10 - Cronograma Físico da Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Unidade do Sistema de Esgotamento Sanitário	Períodos			
	Emergencial Ano 1 ao 3	Curto Prazo Anos 4 ao 8	Médio Prazo Anos 8 ao 16	Longo Prazo Anos 17 ao 35
Tratamento de esgoto				
Coletores tronco, EEs e Linhas de Recalque				
Redes coletoras e ligações prediais de esgoto				
Reforma e melhorias				

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaboraí, Plano Municipal de Água e Esgoto, Abril de 2010.

- Serviços de Gerenciamento de Resíduos

De 1974 a março de 2003 todo lixo coletado e transportado no município de Itaboraí era depositado em um vazadouro (lugar onde se despejam detritos, imundícies ou líquidos) localizado no loteamento denominado Jardim Ferma.

Em março de 2003 foi instalado o aterro controlado de Itambí, que passou, então, a ser o destino de todo resíduo gerado no município, este operou até setembro de 2010.

Atualmente a destinação final de resíduos é feita no CTR Itaboraí – Cento de Tratamento de Resíduos de Itaboraí, sendo toda a coleta e destinação final terceirizada, incluindo a operação do CTR.

As irregularidades e os problemas com a superlotação do aterro de Itambí fizeram com que o início da operação do CTR Itaboraí, prevista para 2011, fosse antecipada para out/2010.

O CTR Itaboraí é um aterro sanitário administrado por particulares, está instalado em uma área de 2,4 milhões de m². Tem licença para o tratamento e gerenciamento dos resíduos IIA, IIB e RSS, atualmente recebe resíduos do município de Itaboraí, Niterói, São Gonçalo, Guapimirim, Rio Bonito, Maricá, Tanguá e Cachoeiras de Macacú, Silva Jardim, Magé e Casemiro de Abreu. Segundo informações do Gerente Operacional, o CTR está apto para receber resíduos de aproximadamente 3 milhões de habitantes. Além de resíduos provenientes do COMPERJ, para atender essa demanda o CTR já faz estudos sobre a pretensão para licenciamento dos resíduos Classe I.

A parte destinada a disposição final dos resíduos sólidos ocupa uma área superior a 1,15 milhão de m² e terá a capacidade para receber mais de 45 milhões de toneladas de “lixo” ao longo de sua vida útil, que pode variar de 34 a 62 anos.

H) Segurança Pública

O atual modelo de gestão da segurança pública é resultado de um processo iniciado na década de 90, em que a segurança deixa de ser vista como uma questão estritamente policial, e passa a ser avaliada como tema multidisciplinar concernente a diversas instâncias administrativas. Marco desse processo é a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, em 1995.

Em 2000, foi criado o Plano Nacional de Segurança Pública e três anos depois o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que, juntamente com outros órgãos e programas governamentais, evidenciam a intenção do Governo Federal de assumir parte da gestão da segurança pública nacional, anteriormente delegada aos Estados, e promover a integração entre as esferas administrativas.

Outra via de transformação da gestão da segurança se deu, também na década de 90, a partir da consolidação da vertente que passa a priorizar a inclusão de outros recursos, que não os exclusivamente policiais (Kahn & Zanetic, 2005). Esse contexto culmina com a criação de Secretarias e Planos Municipais de Segurança, Guardas Municipais e Guardas Civis.

A atuação municipal tem papel relevante nessa nova estratégia de gestão, em que se destacam investimentos em programas sociais com foco no combate à criminalidade e à violência, e de caráter preventivo.

A qualidade de vida dos indivíduos tem relação com diversos fatores, entre eles, o nível de segurança pessoal disponível. Por outro lado, a segurança pública tem por finalidade proteger estes direitos individuais, através de instituições e organizações especializadas. A criação destas depende, às vezes, do cenário particular de cada localidade, podendo em alguns casos investir-se em policiamento e outros em políticas de segurança, sendo este último mais

recorrente em locais onde se opta pela prevenção. O **Quadro II.5.3.5-2** apresenta o cenário de ocorrências policiais em Itaboraí no período de 2011 a 2012.

Quadro II.5.3.5-2 – Ocorrências policiais em Itaboraí

Registros	Ano		
	2011	2012	2013
Ameaça (vítimas)	1828	2170	2045
Apreensão de criança/adolescente	108	135	179
Apreensão de Drogas	164	251	336
Armas Apreendidas	230	235	244
Atentado Violento ao Pudor	322	575	365
Cumprimento de Mandado de Prisão	380	439	481
Estelionato	124	207	188
Estupro	39	54	21
Extorsão	1	1	0
Extorsão com momentânea privação da liberdade (Sequestro Relâmpago)	0	0	0
Extorsão Mediante Sequestro (Sequestro Clássico)	290	297	416
Furto de Veículos	2279	2485	2738
Furtos	148	169	161
Homicídio Culposos	80	90	2
Homicídio Doloso	2	6	99
Latrocínio (Roubo seguido de morte)	1362	1425	2
Lesão Corporal Culposa	1946	2164	1356
Lesão Corporal Dolosa	0	1	1937
Lesão Corporal Seguida de Morte	133	127	1
Pessoas Desaparecidas	0	0	142
Policiais Cíveis Mortos em Serviço	0	0	0
Policiais Militares Mortos em Serviço	512	617	1
Prisões	211	264	761
Recuperação de veículo	11739	13173	341
Registro de Ocorrências	2	3	13846
Resistência com morte do opositor - Auto de Resistência	8	0	0
Roubo a Banco	66	98	162
Roubo a Estabelecimento Comercial	75	25	53
Roubo a Residência	424	437	560
Roubo a Transeunte	6	1	0
Roubo com condução da vítima para saque em I.F.	30	12	48
Roubo de Aparelho Celular	82	50	38

Registros	Ano		
	2011	2012	2013
Roubo de Carga	195	200	318
Roubo de Veículo	164	153	163
Roubo em Coletivo	1185	1150	1523
Roubos	88	135	182
Tentativa de Homicídio	1828	2170	2045

Fonte: Instituto de Segurança Pública – ISP – Rio de Janeiro.

O maior número de registros são os relacionados às vítimas de crimes violentos. Nesse grupo o maior número de ocorrência é o de lesão corporal dolosa, que atingiu a marca de 1.175 em 2011. Nesse grupo também merece destaque o aumento no número de ocorrências de estupro, que vinha apresentando queda entre os anos de 2005 a 2007, quando somou 24 casos. Desde então o número apresentou aumento, passando de 55 casos em 2009 para 75 em 2011. Segundo informações mais recentes do ISP-RJ as prisões e os roubos de veículos e coletivos cresceram de forma considerável entre julho e setembro de 2013 em comparação ao mesmo período de 2012.

O levantamento divulgado pelo órgão com base nas ocorrências registradas na 71ª DP aponta que 62 veículos foram roubados em 2013, contra 29 assinalados em 2012. O número de prisões aumentou 24%, indo de 112 em 2012, para 139 no ano de 2013. O roubo a coletivos também se tornou mais frequente. De 17 ocorrências em 2012, o crime aconteceu em 44 oportunidades em 2013. No geral, nota-se um aumento no número de ocorrências.

Nos municípios do Estado do Rio de Janeiro o órgão responsável pela segurança pública é a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG). Em 1999, para estruturar o setor, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que reúnem um batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e pelo menos uma Delegacia de Polícia Civil (PCERJ).

O município de Itaboraí faz parte da Área Integrada de Segurança Pública (FUNDAÇÃO CEPERJ, 2011). Em Itaboraí, o 35º Batalhão da Polícia Militar atende os municípios de Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim e Cachoeiras de Macacu. E a Delegacia de Polícia atende as demandas policiais do município.

No município de Itaboraí, a população dispõe de instituições públicas necessárias para manter a ordem social no município, tais como: Batalhão de

Polícia Militar, Delegacia de Polícia, Instituto Médico Legal, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. O município também possui um Conselho Comunitário de Segurança, cujo objetivo é de promover aproximação da população com as entidades responsáveis pela segurança pública e o setor Judiciário. Contudo, tais instituições, com exceção da Guarda Municipal, prestam serviços a outros municípios, o que causa uma sobrecarga nos seus serviços.

Quadro II.5.3.5-3 - Presença de aparelhos de segurança pública em Itaboraí

APARELHO DE SEGURANÇA	ITABORAÍ/RJ
Conselho Municipal de Segurança Pública	Não
Delegacia de Polícia Civil	Sim
Delegacia de Atendimento a Mulher	Sim Núcleo de Atendimento
Delegacia da Criança e do Adolescente	Não
Instituto de Atendimento ao Idoso Víctima de Violência	Não
Instituto Médico Legal	Sim
Conselho Comunitário de Segurança	Sim
Presídio com Carceragem	
Defesa Civil	Sim
Unidade de Corpo de Bombeiros	Sim
Guarda Municipal	Sim
Batalhão da Polícia Militar	Sim

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil – Itaboraí - 2014

II.5.3.6 - Educação

As informações sobre educação aqui apresentadas foram obtidas através de pesquisa em fonte de dados secundários e tendo como objetivo: caracterizar o sistema de ensino público e privado, detalhando a infraestrutura de serviços educacionais - unidades escolares (rede pública e privada) e corpo docente (recursos humanos) disponível - bem como observar os índices de alfabetização da população, taxa de analfabetismo, nível de escolaridade, acesso ao ensino superior, distorções de idade-série e taxa de evasão. Além da caracterização da educação básica (ensino fundamental e médio), foram também identificados os cursos profissionalizantes.

- **A Educação no Brasil**

A Constituição Federal de 1988, no capítulo referente à educação, criou as condições para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 - definisse a educação básica como um nível educacional que congrega, articuladamente, as três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

A atual estrutura e funcionamento da educação brasileira decorrem da aprovação da LDB, que, por sua vez, vincula-se às diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988. A educação básica pode ser oferecida no ensino regular e nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos - EJA, Educação Especial e Educação Profissional. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (art. 29 da LDB). A educação infantil é oferecida em creches, para crianças de zero a três anos de idade, e pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos.

O ensino fundamental, cujo objetivo maior é a formação básica do cidadão, tem duração de nove anos e é obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos sete anos de idade.

O ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a consolidação e aprofundamento dos objetivos adquiridos no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade. Embora atualmente a matrícula neste nível de ensino não seja obrigatória, a Constituição Federal de 1988 determina a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade da sua oferta.

No que se refere à educação superior, esta tem como algumas de suas finalidades: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Ela abrange cursos sequenciais nos diversos campos do saber, cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão. O acesso à

educação superior ocorre após o encerramento do ensino médio e o número de anos de estudo varia de acordo com os cursos e sua complexidade.

No que se refere às modalidades de ensino que permeiam os níveis anteriormente citados, tem-se:

- Educação especial: oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
- Educação de jovens e adultos: destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria.
- Educação profissional: integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. É destinada ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto (art. 39 da LDB).

Complementando, tem-se que além dos níveis e modalidades de ensino apresentados, no Brasil, devido à existência de comunidades indígenas em algumas regiões, há a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. Esta tem por objetivos: i - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; ii – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (art. 78).

De acordo com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), uma das principais prioridades refere-se à garantia de acesso ao ensino fundamental obrigatório de nove séries. Conforme a legislação educacional brasileira cabe aos Estados e Municípios a responsabilidade pela oferta do ensino fundamental.

A LDB indica, em seus arts. 6, 32 e 87, a idade obrigatória para matrícula e permanência da criança ou adolescente no ensino fundamental. Com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.114-05 e 11.274-06, a idade para o ingresso no ensino fundamental passou a ser de seis anos de idade; além disso, é dever dos pais ou responsáveis efetuar essa matrícula, como estabelece a Lei

nº 11.114/2005, em seu Art. 6º. Posteriormente, a Lei nº 11.700/2008 garantiu a vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade. Mais recentemente a Lei nº 12.061/2009, garantiu a universalização do ensino médio.

Desde 2010, o poder público passou a oferecer o ensino médio público regular a todos os alunos que estiverem interessados em cursá-lo. A partir de 2016, o poder público e os pais poderão ser responsabilizados civil e criminalmente pelos estudantes de ensino médio que estiverem fora da escola, tal como acontece atualmente com os estudantes entre 6 e 14 anos (PAIVA, 2011).

O controle da presença da criança na escola é feito de diferentes formas. A Constituição Federal de 1988, no capítulo próprio da educação, criou as condições para que a LDB, permitisse essa situação, pois o § único do art. 11 assinala a possibilidade do Estado e dos municípios se constituírem como um sistema único de educação básica. Considerando que o Brasil é um país federativo se supõe o compartilhamento do poder e a autonomia relativa das circunscrições federadas em competências próprias de suas iniciativas.

Nesse contexto o controle da presença da criança na escola tende a ocorrer de forma mais sistemática na instância municipal, principalmente através da atuação dos Conselhos Municipais - Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal de Assistência Social.

Além disso, há também programas compensatórios como Bolsa-Escola, criado pela Medida Provisória nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, que tecnicamente está vinculado à educação. Esse programa manifesta-se como uma estratégia compensatória de combate à pobreza via concessão de incentivo financeiro mensal às famílias em situação de pobreza e tem como contrapartida a manutenção da criança na escola.

Pesquisa recente realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social – MDS - indica que, na área de educação, a participação no Bolsa Família também tem impacto positivo na educação de crianças e jovens, garantindo frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias (MDS, 2013).

• Indicadores de educação no município de Itaboraí

As informações de educação associadas a outras características socioeconômicas e demográficas ampliam o entendimento da estrutura da população do País como um todo e em diferentes recortes geográficos, podendo auxiliar em eventuais projetos de intervenção no território. Ademais, as informações de educação constituem subsídio importante para a compreensão de outros aspectos temáticos, como a composição do potencial de mão de obra prevalente no município.

A taxa de alfabetização é um dos indicadores fundamentais no que se refere à educação, uma vez que se trata do primeiro passo para o acesso à informação escrita e aos níveis de educação mais elevados. Assegurar que as crianças frequentem o ensino fundamental nas idades apropriadas é um fator fundamental para a redução do analfabetismo no País. Seguindo o processo normal de aprendizado, ao chegar aos 10 anos de idade a criança deve, no mínimo, estar alfabetizada.

Segundo, Soares (1985), a taxa de alfabetização não se limita a sintetizar a capacidade média de acesso à cultura escrita, podendo também representar o perfil educacional básico de uma população, pois o aprendizado da escrita ocorre simultaneamente ao aprendizado de outras habilidades intelectuais. Em contrapartida, as taxas de analfabetismo podem oferecer informações restritas; pois se trata de um instrumento útil para a avaliação direta da distribuição de educação básica em grandes populações, é um indicador amplo que, além de considerar os resultados da educação escolar, inclui os resultados da educação não escolar (como o aprendizado doméstico, no trabalho, etc.).

Além disso, no caso de análises de longos períodos de tempo por meio de cortes censitários decenais, a taxa de alfabetização representa um estoque acumulado no tempo que, ao contrário de, por exemplo, taxa de escolarização é pouco sensível a flutuações nas datas de recenseamento (SOUZA, 1999).

Ainda segundo o autor, ao se fazer a leitura das condições de educação privilegiando apenas a leitura das taxas de analfabetismo corre-se o risco de altas taxas porque de um lado, as pessoas de gerações antigas que permaneceram alheias ao sistema de ensino constituem um estoque de analfabetos que não é

alcançado pelos esforços de melhoria do sistema; de outro, se considera que, com as melhorias do sistema, que permitem a redução do analfabetismo nas novas gerações, o estoque de analfabetos será consumido, sem reposição suficiente, com o envelhecimento e morte dos analfabetos e, portanto, a taxa total de analfabetismo cairá.

Outro fator importante a ser considerado refere-se à presença do analfabetismo funcional, cujo índice no Brasil tem sido medido entre as pessoas com mais de 20 anos que não completaram quatro anos de estudo formal. Entende-se como analfabeto funcional, segundo proposição da UNESCO, toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, assim como lê e escreve frases simples, efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair o sentido das palavras, colocar ideias no papel por meio da escrita, nem fazer operações matemáticas mais elaboradas (PRIETO, 2006).

Os resultados do Censo 2010 confirmaram a tendência de queda das taxas de analfabetismo em todo o país, tanto em área urbana como rural, ainda que continuem mais elevadas nas áreas rurais, tendo em vista as dificuldades de acesso à escola, que vêm sendo superadas gradualmente.

A comparação dos resultados de 1991 com os de 2010 indicou que o processo de redução ocorreu em todas as faixas etárias, refletindo, principalmente, o aumento da escolarização das crianças ao longo do tempo e, também, o acesso a programas de alfabetização de jovens e adultos por uma parcela daquelas pessoas que não puderam alcançá-la nas idades apropriadas.

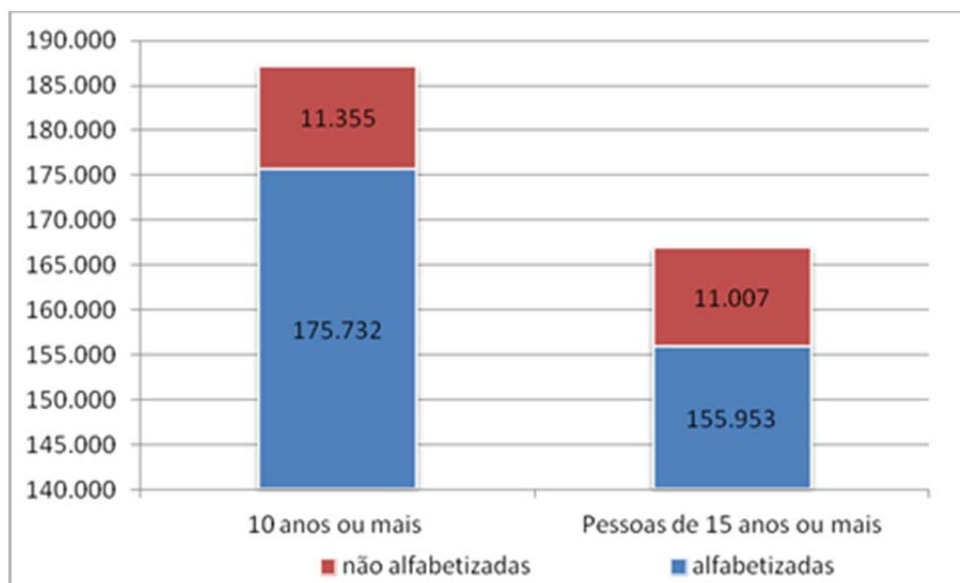
As informações aqui apresentadas referem-se ao município de Itaboraí, apresentados os números oficiais (absolutos e proporcionais) obtidos nos últimos censos demográficos e integram a **Tabela II.5.3.6-1**. Observa-se que, não obstante os avanços expressivos das duas últimas décadas, ainda se mantêm algumas disparidades, tanto em nível nacional, quanto regional.

Tabela II.5.3.6-1 – Taxa de Alfabetização. Pessoas de 15 anos e mais, município integrantes da área de estudo.

	1991				2000				2010			
	Total	Sabe ler e escrever	%	Analfabetos %	Total	Sabe ler e escrever	%	Analfabetos %	Total	Sabe ler e escrever	%	Analfabetos %
Brasil	95.810.615	77.223.163	80,6	19,4	119.556.675	104.089.414	87,1	12,9	144.814.164	131.153.996	90,6	9,4
Rio de Janeiro	9.172.318	8.320.070	90,7	9,3	10.772.252	10.101.939	93,8	6,2	12.603.063	12.069.927	95,8	4,2
Itaboraí	108.341	89.386	82,50	17,50	133.007	119.702	90	10	166.693	156.012	93,59	6,41

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2001.

Segundo dados do Censo de 2010 população acima de 10 anos de idade apresentou alta taxa de alfabetização (93,93%), com a diferença de um ponto percentual entre homem (94%) e mulher (93%). Ainda que inferior a taxa estadual, de 95,92%, o município mantém bons índices. Esse cenário é semelhante ao registrado para a população com idade de 15 anos ou mais. A **Figura II 5.3.6-8** traz os resultados.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Figura II 5.3.6-8 - Taxa de alfabetização por grupos etários

Portanto, a maior parte da população de Itaboraí está alfabetizada. Em relação aos anos de estudos dessa porção populacional, a **Tabela II 5.3.6-2** traz os números.

Tabela II 5.3.6-2 - Grau de instrução da população com 10 anos ou mais

INSTRUÇÃO	TOTAL	%
Total	187.193	100
Sem instrução e fundamental incompleto	99.046	52,91
Fundamental completo e médio incompleto	37.014	19,77
Médio completo e superior incompleto	43.841	23,42
Superior completo	6.741	3,6
Não determinado	551	0,30

Fonte: IBGE, Amostra dos Resultados Gerais do Censo Demográfico de 2010.

Em relação ao nível de instrução da população residente em Itaboraí, segundo dados do Censo Demográfico, em 2010, mais da metade da população (52,91%) possuía o ensino fundamental incompleto ou era sem instrução. Em seguida, surge a população com ensino médio completo e superior incompleto, representando 23,42% do total da área de estudo. As pessoas que possuíam ensino superior completo representavam somente 3,6 do total da população.

- **Caracterização do sistema de ensino público e privado no município de Itaboraí**

O cenário educacional do município de Itaboraí é composto pelo predomínio de instituições públicas, prevalecendo, entre elas, as mantidas pelo município. A **Tabela II 5.3.6-3** traz a evolução das instituições de ensino no município.

Tabela II 5.3.6-3 - Quantidade de estabelecimentos de ensino

REDE	ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
Municipal	2011	24	25	49
	2012	39	42	81
	2013	41	43	84
Estadual	2011	11	06	17
	2012	15	06	21
	2013	14	06	20
Federal	2011	0	0	0
	2012	0	0	0
	2013	0	0	0
Particular	2011	50	05	55
	2012	50	04	54
	2013	54	04	58

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2011, 2012 e 2013.

NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio regulares de Itaboraí, em 2011, foi de 51.337 alunos, tendo evoluído para 50.570 em 2012, apresentando variação de -1,5% no número de estudantes.

A seguir, apresentamos a situação nos seis últimos anos dos diversos níveis de ensino no município. As tabelas apresentam a evolução do número de

estabelecimentos daquele segmento, de professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor.

Em relação ao ensino infantil, a rede municipal respondeu por 90% das matrículas na Creche em 2012. O número total de matrículas teve evolução de 499% no período de 2007 a 2012.

Tabela II 5.3.6-4 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – 2007 a 2012.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	9	13	234	18,0	16,04
08	10	23	327	14,2	15,08
09	16	45	528	11,7	19,06
10	14	41	545	13,3	17,5
11	23	52	719	13,8	17,2
12	24	88	1.402	15,9	14,25

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

Na Pré-escola, a rede do município de Itaboraí foi responsável por 59% das matrículas em 2012 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela II 5.3.6-5 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – 2007 a 2012.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	72	188	3.821	20,3	16,8
08	77	208	3.963	19,1	16,7
09	86	214	3.863	18,1	18,0
10	51	257	2.583	10,1	16,6
11	102	300	4.670	15,6	16,9
12	107	310	4.774	15,4	12,6

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

Houve variação de 25% na quantidade de alunos matriculados na Pré-escola entre 2007 e 2012.

Itaboraí apresenta o panorama abaixo para o Ensino Fundamental:

Tabela II 5.3.6-6 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – 2007 a 2012.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	125	1.954	40.169	20,6	17,8
08	127	2.137	40.443	18,9	17,6
09	130	1.858	39.401	21,2	21,3
10	134	1.850	39.009	21,1	19,1
11	135	2.031	38.075	18,7	21,0
12	131	2.022	38.076	18,2	21,1

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

O número de matrículas oscilou em -8% no período.

A rede estadual de ensino teve 14% dos alunos matriculados de 2012 e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela II 5.3.6-7 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede Estadual – 2007 a 2012.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	21	431	7.822	18,1	16,9
08	20	483	7.112	14,7	16,3
09	19	398	6.657	16,7	20,2
10	18	420	6.397	15,2	16,9
11	18	389	6.126	15,7	18,3
12	17	351	5.263	15,0	16,3

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

Quase dois terços dos municípios apresentaram redução na quantidade de estabelecimentos da rede estadual, cujo número de matrículas, em Itaboraí, teve variação de -33%.

Já na rede municipal, com 66% do volume de matrículas em 2012, os dados seguem na tabela:

Tabela II 5.3.6-8 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede Municipal – 2007 a 2012.

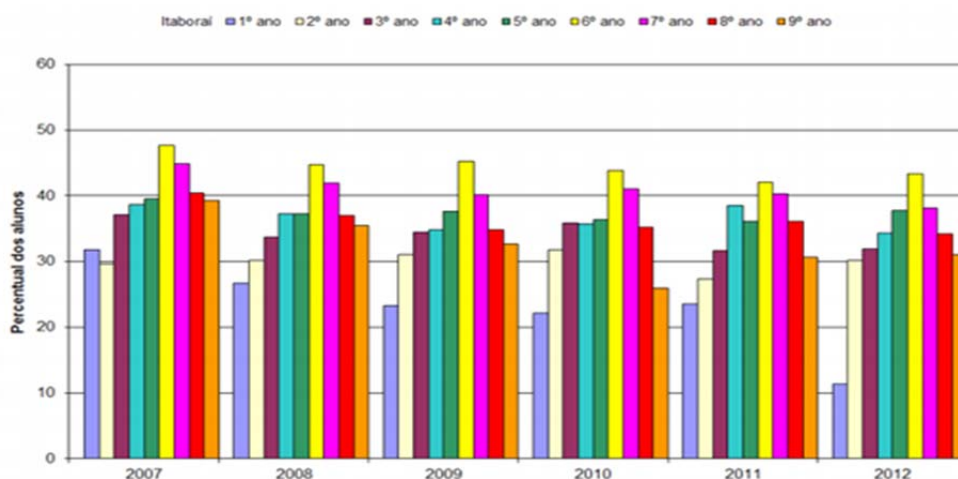
Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	62	1.146	26.359	23,0	21,0
08	61	1.164	25.906	22,3	20,5
09	62	1.009	25.386	25,2	24,2
10	66	1.143	25.169	22,0	23,3
11	67	1.187	25.498	20,6	25,7
12	67	1.202	24.124	20,1	24,5

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

Houve, no período, variação de -8% no número de alunos, com melhora do rateio de alunos por professor.

O indicador de distorção de idade por série permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para o ano em estudo. A **Figura II 5.3.6-1** apresenta o nível médio de distorção por série entre 2007 e 2012:

Figura II 5.3.6-1 – Evolução da taxa de distorção série-idade – Ensino Fundamental – Total – 2007 a 2012

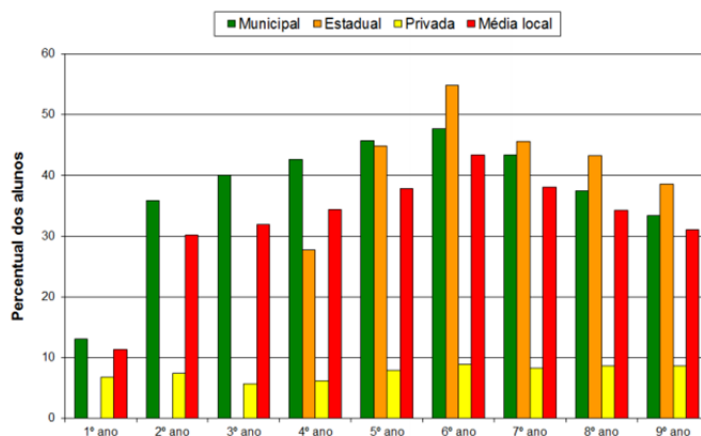


Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

Mesmo que haja uma tendência de redução de distorção série-idade, se ocorre queda desse indicador entre uma série e a seguinte no decorrer dos anos,

isso representa evasão escolar. Em 2012, esse indicador por rede é apresentado a seguir.

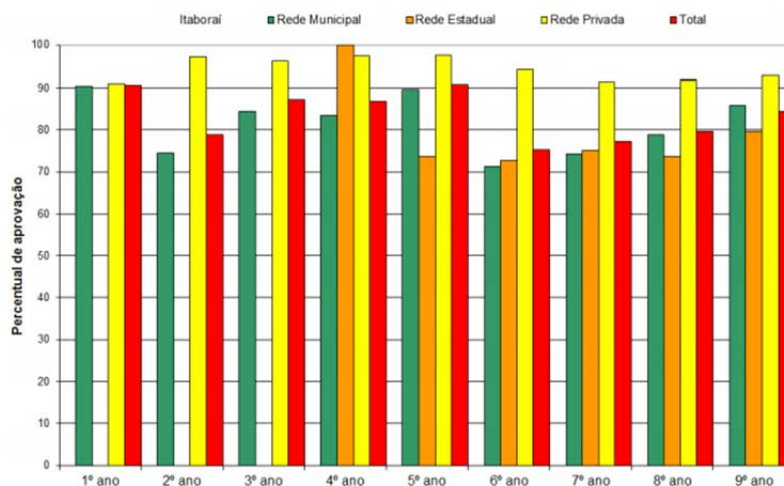
Figura II 5.3.6-2 – Taxa de distorção série-idade – Ensino Fundamental – Redes –2012



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

Os indicadores de aprovação por rede de ensino de 2012 são apresentados na **Figura II 5.3.6-3**

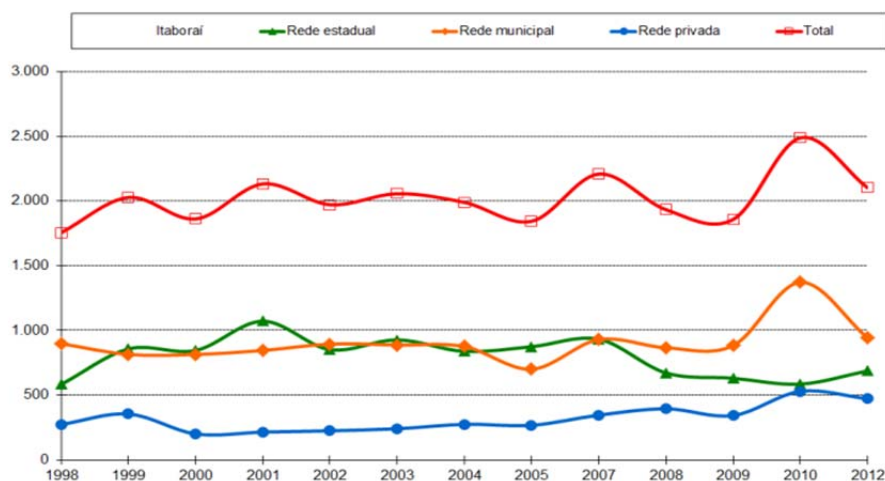
Figura II 5.3.6-3 – Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total –2012



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

A **Figura II 5.3.6-4** apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Itaboraí. De um total de 1.756 em 1998 para 2.104 formandos em 2012, houve variação de 20% no período.

Figura II 5.3.6-4 – Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total –2012



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

No Ensino Médio, Itaboraí apresenta o panorama abaixo:

Tabela II 5.3.6-9 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede Estadual –2007 a 2012.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	15	405	6.724	16,6	15,2
08	15	491	6.874	14,0	15,1
09	15	467	7.103	15,2	18,6
10	14	476	6.984	14,7	15,1
11	15	466	6.748	14,5	16,2
12	15	444	6.427	14,5	15,1

Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

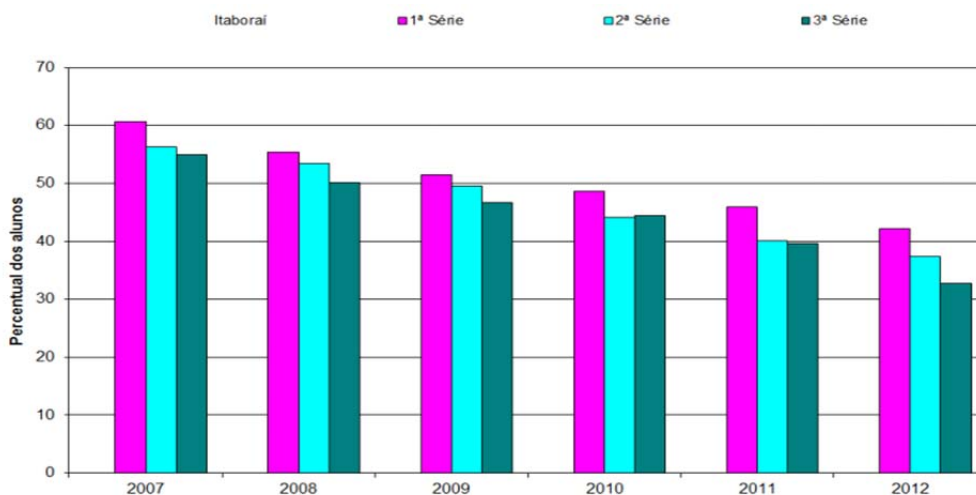
O número de matrículas oscilou em menos de 1% no período de 2007 a 2012, com aumento no quadro de docentes, influenciando proporcionalmente no rateio de alunos por professor. Especificamente da rede estadual, com 84% do volume de matrículas em 2012, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela II 5.3.6-10 – Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede Municipal – 2007 a 2012.

Ano	Nº de unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor do município	Rateio alunos/ professor do Estado
07	62	1.146	26.359	23,0	21,0
08	61	1.164	25.906	22,3	20,5
09	62	1.009	25.386	25,2	24,2
10	66	1.143	25.169	22,0	23,3
11	67	1.187	25.498	20,6	25,7
12	67	1.202	24.124	20,1	24,5

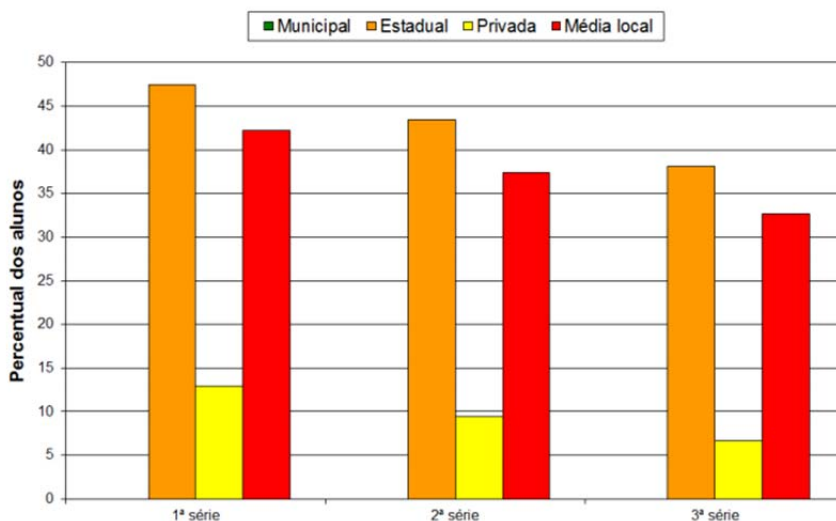
Fontes: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2007 a 2012.

Houve variação de -4% na quantidade de alunos matriculados no período. As **Figura II 5.3.6-5** e **Figura II 5.3.6-6** apresentam o nível médio de distorção por série entre 2007 e 2012 e a comparação de cada rede escolar do município no ano de 2012:



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

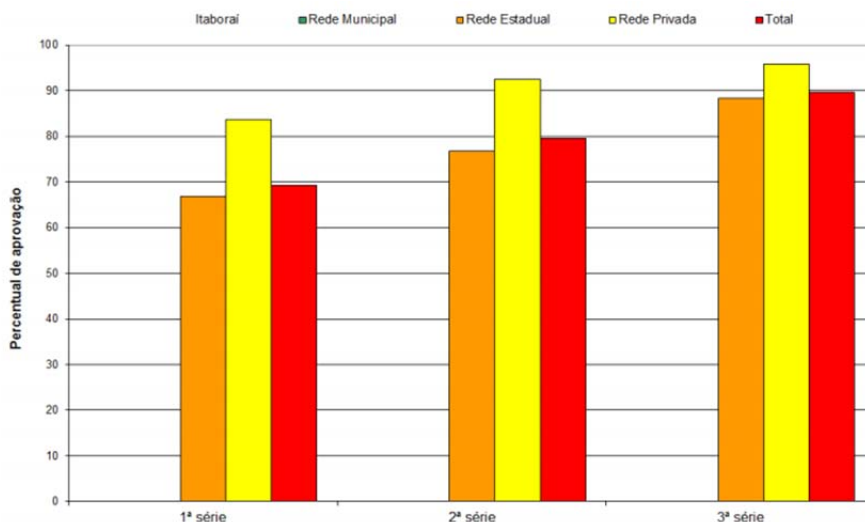
Figura II 5.3.6-5 – Taxa de distorção – Ensino Médio – Total – 2007 a 2012



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

Figura II 5.3.6-6 – Evolução da taxa de distorção série-idade total – Ensino Médio – Rede –2012

O comparativo dos índices de aprovação por rede de ensino em 2012 é apresentado na **Figura II 5.3.6-7**

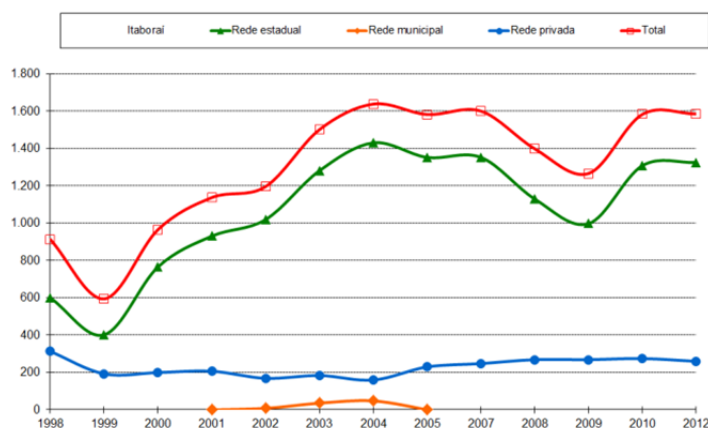


Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

Figura II 5.3.6-7 – Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes –2012

A **Figura II 5.3.6-8** apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 913 em 1998, passando para 1.586 em 2012,

com variação de 74% no período de quinze anos.



Fonte: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudo socioeconômico de Itaboraí – 2013

Figura II 5.3.6-7 – Conclusão do Ensino Médio – Redes –1998 a 2012

No Ensino de Jovens e Adultos, Itaboraí teve um total de 8.037 alunos matriculados em 2012, sendo 68% na rede estadual e 31% na municipal.

• Ensino Superior e Cursos Profissionalizantes

Nos Censos Escolares produzidos pelo INEP não constam dados referentes ao ensino superior em Itaboraí. Segundo informação da Prefeitura Municipal Atualmente, a cidade conta com três instituições de ensino superior: a *Faculdade Cenecista de Itaboraí (Facnec)*, Universidade Estácio de Sá e Faculdade Anhanguera, e encontra-se em fase de construção o campus do IFF – Instituto federal Fluminense que chega ao município para capacitar a população, através de ensino profissional e tecnológico, atendendo a demanda futura do COMPERJ e outros novos empreendimentos relacionados a cadeia produtiva de petróleo e gás.

De acordo as informações oferecidas pelas IES – Instituições de Ensino Superior do município diagnosticamos o seguinte quadro da educação superior em Itaboraí:

Aa Faculdade Itaboraí conta com cursos de graduação, MBA, Pós Graduação *Lato Sensu*, cursos de extensão e cursos livres. Na mesma instituição são oferecidos cursos de graduação em: Administração, Direito, Ciências Contábeis,

História, Matemática e Letras. Onde se formam anualmente 01 (uma) turma de cada curso por semestre, e cerca de 30 a 40 alunos graduados por curso. A quantidade média de alunos matriculados na faculdade é de 600 a 700 estudantes.

A Universidade Anhanguera possui somente o curso de graduação em Medicina Veterinária e conta com cerca de 200 alunos matriculados. As aulas são no período diurno e vespertino. Atualmente forma-se 01 (uma) turma por semestre e as aulas são presenciais.

A Faculdade Cenecista de Itaboraí possui cursos de graduação e de pós-graduação. Os cursos de graduação oferecidos são de Administração, Letras, Matemática e Pedagogia. Quanto à pós-graduação, a faculdade possui cursos de Matemática e Estatística e de Psicopedagogia. Todos os cursos ocorrem em período noturno, a partir das 19 horas. A cada semestre forma-se uma turma de cada curso, cada uma com aproximadamente 40 alunos. A Faculdade tem uma média de 300 alunos matriculados e cerca de 150 graduados semestralmente.

Quanto aos cursos profissionalizantes oferecidos no município que possam ter interface com o empreendimento, há três projetos principais que merecem destaque, o Centro Integração do empreendimento COMPERJ, o Projeto Promotores da Vida e o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp.

O Centro de Integração do empreendimento COMPERJ oferece cursos profissionalizantes relacionados à construção do complexo e aos empregos gerados na região com a vinda de novas empresas. Cerca de 30 mil vagas serão ofertadas até a conclusão da construção do empreendimento, em cursos de níveis desde básico até superior, todos gratuitos.

O Projeto Promotores da Vida promoveu entre o período de julho de 2012 a outubro de 2013 cursos de capacitação relacionados à saúde e meio ambiente no intuito de inserir seus alunos no mercado formal de trabalho. Através de uma parceria entre o Instituto Vital Brazil e a Petrobras, aproximadamente 720 alunos foram beneficiados em 11 municípios, incluindo Itaboraí.

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp é um programa organizado pelo Ministério de Minas e Energia do governo federal em articulação com empresas da indústria de petróleo e

operadoras em todo Brasil, com a principal contribuição sendo da Petrobras. O Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP faz parte do programa, com objetivo de qualificar profissionais para atuar na indústria de petróleo através de cursos de nível básico até superior em mais de 85 categorias em 17 estados. Na AER, cursos oferecidos através do PNQP contemplam todos os três municípios. No ano de 2012, foram abertas 3.500 vagas em cursos básicos e de nível médio, contemplando as áreas de encanador, montador, soldador de estrutura, encarregado de estrutura, topógrafo, desenhista projetista de tubulação e projetista com o programa *Plant Design Management System - PDMS7*.

Além destes projetos, existem outros cursos profissionalizantes na AER.

O município de Itaboraí realiza parceria com o Serviço Social da Indústria - SESI para cursos profissionalizantes no Ensino Médio, de acordo com a Secretaria de Educação de Itaboraí. Para tal, o SESI fornece professores e material didático. Os cursos oferecidos são: Inglês, Espanhol, Libras (Língua Brasileira de Sinais), Português e Informática.

No início de 2012 a Prefeitura firmou acordo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a instalação de um Centro Tecnológico Federal no município, que se configura como importante estrutura para que os estudantes tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas (Petrobras/KAN Produções Ltda., 2012). Além desse Centro, há o Colégio Estadual Agrícola José Soares Júnior, localizado no bairro de Venda das Pedras. O mesmo conta com um curso técnico em agropecuária que foi iniciado em janeiro de 2013.

Segundo a Secretaria de Trabalho de Itaboraí, em novembro de 2012, o Sistema Nacional de Emprego – SINE ofereceu 113 vagas de emprego, sendo 60 vagas somente para a empresa Lojas Americanas. O SINE oferece cursos de Informática, Língua Portuguesa, Inglês e Espanhol. Além dos cursos de Construção Civil, Administração, Hotelaria e Turismo e Estética e Beleza, que ainda estão em processo de renovação contratual com a Prefeitura e o Ministério do Trabalho. Anualmente formam-se mais de 40 turmas por curso, e desde sua instalação em 2009, já se formaram mais de quatro mil alunos (Petrobras/KAN Produções Ltda., 2012).

Em Itaboraí não há unidades do SESI, do SENAI e do SENAC. As unidades mais próximas localizam-se em São Gonçalo.

II.5.3.7 - Lazer, turismo e cultura

As informações apresentadas nesse item decorrem de dados secundários, de consulta a site oficial da Prefeitura do município de Itaboraí/RJ e de entrevista via telefone com representantes da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT, o turismo é uma modalidade de deslocamento que envolve a utilização de um meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelo lazer, negócios, congressos, saúde, etc. (CRUZ, 2001).

Considerando os motivos de viagem podem-se distinguir a partir das informações disponíveis, para as análises aqui apresentadas, as seguintes modalidades de turismo que acontece em Itaboraí:

- Turismo de negócios, focado no objetivo de conhecer novos mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, realizar treinamentos, capacitações e convenções, dentre outros. Essa modalidade garante às empresas de hospedagem, transporte, agenciamento e ocupação constante;
- Turismo cultural, neste incluído o turismo científico, caracterizado pelas viagens de estudo, excursão científica, o turismo de visitação a patrimônio cultural e o turismo de congressos, caracterizado pela reunião de especialistas de determinadas áreas do conhecimento;
- Turismo ecológico (Rural), diretamente associado à presença de áreas de especial interesse ambiental;

O município de Itaboraí faz parte da Região Turística Caminhos da Mata, junto com o município de Tanguá, São Gonçalo, Rio Bonito e Silvia Jardim. Esta região turística possui 1.976,3 km² e é de fácil acesso pela proximidade aos grandes centros do estado (Rio de Janeiro e Niterói) e é conhecida pela importância histórica da região, além dos atrativos naturais que aparecem na área

mais próxima à região das serras. Segundo o planejamento turístico para esta região, a existência destes atrativos naturais fornece um grande potencial para desenvolvimento de segmentos de turismo rural e ecoturismo.

Em maio de 2014 a prefeitura de Itaboraí, assinou convênio com o governo do estado por meio da Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca e Emater-RJ para melhorar o escoamento da produção agrícola no município. O convênio irá permitir a recuperação e manutenção das estradas vicinais, que possibilitará o escoamento da produção agropecuária e o incremento do turismo rural. Para o estímulo desse tipo de atividade turística a prefeitura desenvolve um projeto de roteiros turísticos da cidade e recentemente incluiu os pequenos produtores de plantas ornamentais no projeto, com a iniciativa de criar um roteiro específica de visita a esses estabelecimentos que se localizam na sua maioria na região da RJ-114, Estrada Itaboraí-Maricá.

Especificamente no município de Itaboraí, o turismo cultural, concentrado nos atrativos históricos e culturais, como mercados de artesanato, prédios tombados, igrejas, fazendas e museus. Estes atrativos são descritos no **Item II 5.3.15 – Identificação e Caracterização de Tombamentos**.

As serras que bordam o município são atrativos naturais passíveis de visitação, especialmente a Serra do Lagarto (divisa com Maricá), a Serra do Barbosão (divisa com Tanguá) e a Serra de Tapuaba (divisa com São Gonçalo e Maricá).

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, Unidade de Conservação federal de uso sustentável, abrange uma área de 138,25 km², onde quase 50% são composto por manguezal. Itaboraí é um dos municípios abrangidos pela APA e segundo informações dos funcionários, visitantes podem participar de passeios ecológicos pelo manguezal e de palestras no centro de visitantes (localizado no município de Guapimirim - **Figura II 5.3.7-1**). Nos manguezais de Itaboraí acontece a pesca amadora, atividade permitida e passeios de barcos pelo estuário, conduzidos por pescadores da região que foram capacitados para receber e guiar o turista. Apesar de ser aberta à visitação de qualquer tipo de turista, a APA recebe, na maioria das vezes, além de pessoas com interesse na pesca amadora, estudantes e pesquisadores.

O Parque Paleontológico de São José de Itaboraí foi criado em 1995 para conservar os vestígios históricos que ali foram encontrados, como fósseis de vários tipos. Após recente reinauguração, o Parque está aberto à visitação, tendo um museu e passeios pela área como opções para os visitantes. Réplicas são expostas para visitantes conhecerem como a área era há 70 milhões de anos atrás (**Figura II 5.3.7-2**).



Figura II.5.3.7-1 – Manguezal em Itaboraí, APA de Guapimirim

Fonte: PETROBRAS/HABITEC, 2014



Figura II.5.3.7-2 - Réplica de preguiça gigante exposta no Parque Paleontológico

Fonte: PETROBRAS/HABITEC, 2014

Além do turismo cultural e ecológico, o município de Itaboraí apresenta outra modalidade de turismo, o de negócios. Considerado um fenômeno recente, motivado pelos eventos promovidos por conta da instalação do COMPERJ e outros empreendimentos na região, o turismo de negócios passa a ser prioridade da gestão pública, no que diz respeito à criação e implementação de políticas públicas locais para o desenvolvimento do turismo no município.

Com relação às atividades de lazer do município de Itaboraí, se destacam as praças públicas do município, sendo três principais. As Praças Jardim Imperial, Marechal Floriano Peixoto e Vereador Edgar Rodrigues possuem jardins, parques infantis e bancos para descanso. **A Figura II 5.3.7-3** apresenta o palco usado para eventos comunitários na Praça Vereador Edgar Rodrigues.

A ItaFlores é uma exposição anual de flores e plantas apoiada pelo município que conta com seminários, oficinas, cursos e venda, contemplando arte floral e técnicas para floristas e decoradores (**Figura II 5.3.7-4**). A exposição é gratuita e atrai pessoas de Itaboraí e de outros municípios da região.



Figura II 5.3.7-3 - Praça Vereador Edgar Rodrigues

Fonte: PETROBRAS/HABITEC, 2014



Figura II 5.3.7-4 - ItaFlores, exposição flores de Itaboraí

Fonte: PETROBRAS/HABITEC, 2014

Um grande número de festividades acontece no município ao longo do ano, sendo eventos de cultura, arte, religião, entre outros. O Aniversário da Cidade é festejado no dia 22 de maio, com desfile em sete bairros e eventos educacionais, esportivos e culturais ao longo do mês, esse mês é considerado o de maior temporada para o turismo local, pois é quando a Prefeitura investe maiores recursos na estruturação de vários eventos e tem-se o registro de maior número de turistas na cidade. Porém não é identificado problema de insuficiência na infraestrutura local para o atendimento desse incremento populacional nesse período, pois o evento atrai turistas da região do entorno o que não gera grandes impactos na rede hoteleira.

As questões de esporte no município são tratadas pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo. Segundo o diagnóstico feito pela Agenda 21 Itaboraí (2011), o município não apresenta grandes projetos de esporte e falta infraestrutura para a prática de esportes no município.

Em relação aos equipamentos esportivos existentes em Itaboraí foi identificado apenas um estádio municipal, chamado de Alziro de Almeida com capacidade de 4.000 pessoas. A Associação Desportiva Itaboraí é o clube de futebol da cidade.

O Ministério de Turismo promove o Programa de Regionalização de Turismo - Roteiros de Brasil desde 2004, como programa estruturante para a atividade turística. O intuito é de ressaltar as diferenças entre as regiões do Brasil em relação ao turismo e de apoiar o planejamento e organização turística em cada

região. O Programa no estado do Rio de Janeiro é coordenado pela TurisRio (Companhia de Turismo do Estado de Rio de Janeiro) e tem apoio do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, Conselhos Regionais e Municipais de Turismo, SEBRAE-RJ e SENAC Rio, além de empresas de turismo. O estado do Rio de Janeiro possui uma divisão de 11 Regiões Turísticas no seu território.

Com relação aos estabelecimentos de hospedagem, a atual Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo indica que o setor hoteleiro na cidade está em franco movimento, e que Itaboraí hoje conta com onze novos hotéis, sendo que seis já estão em operação.

Segundo a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo não existem em Itaboraí períodos de alta temporada motivada por férias escolares, nem conflitos relacionados às atividades turísticas e de lazer com grupos socioambientalmente vulneráveis.

II.5.3.8 - Controle e Fiscalização Ambiental

Este item faz referência à descrição das instituições governamentais no âmbito das esfera municipal, que atuam no controle e fiscalização ambiental na Área de Estudo.

A gestão ambiental do município, está a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com definição dos princípios, das diretrizes, dos objetivos e da política de proteção do meio ambiente do município, conforme apresentadas na Lei nº 2176 de 28/12/2010. A Secretaria Municipal de Ambiente – SEMA, que é órgão da administração pública, de coordenação, controle e execução da política ambiental e integrante do Sistema Municipal de Meio Ambiente (SIMMA). Estão na competência da SEMMA: promover campanhas de conscientização e educação ambiental; conceder licenciamento ambiental; cuidar da flora (com reflorestamento da área urbana), da fauna (animais silvestres); acionar uma fiscalização intensiva em defesa do meio ambiente local; combater as pragas urbanas e a caça ilegal; manter as unidades de conservação; dar destino final aos resíduos sólidos; recuperar áreas degradadas; dentre muitas outras ações relativas ao ambiente

Segundo o Secretario de Meio Ambiente e Urbanismo os Conselhos mais significativos e atuantes são:

- CADES: Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; criado pela Lei nº 2728 de 20/04/2012.
- Agenda 21: Principal fórum popular da região dentro do qual as questões ambientais são tratadas com ênfase, principalmente as relacionadas ao COMPERJ. Criado pela Lei nº 1725 de 18/03/2002.

O CADES substituiu o antigo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que foi destituído no mesmo ano da sua criação, e desde então vem atuando na construção da política ambiental do município. Entre as principais atribuições constam:

- auxiliar na definição da política ambiental do Município e acompanhar sua execução;
- contribuir no aprimoramento dos métodos e padrões de monitoramento ambiental desenvolvidos pelo Poder Público;
- apresentar sugestões para projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo;
- apresentar sugestões para a reformulação do Plano Diretor de Gestão Ambiental do Território Municipal no que concerne às questões ambientais;
- propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Além do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, o município conta com a o Fórum Agenda 21 de Itaboraí, que tem a finalidade de elaborar um plano de desenvolvimento sustentável e participativo para a cidade.

Itaboraí ainda conta com o conselho gestor da APA Guapimirim, que foi criado por meio da Portaria IBAMA 178 /2001, posteriormente alterado pelas Portarias IBAMA 26/2005, 20/2006 e ICMBio 20/2008 e 60/2011. Esse conselho tem caráter consultivo e atuava apenas na gestão da APA, após a criação da EE da Guanabara em 2006, passou a acompanhar as questões relevantes para as

duas UC. Através da Portaria ICMBio 42/2011 foi instituído o conselho gestor específico da EE Guanabara, também de caráter consultivo. Na prática, sua composição é a mesma do conselho da APA, sendo as reuniões realizadas conjuntamente.

O município de Itaboraí conta com algumas UCs. Serão mencionadas as UCs com informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, assim como o levantamento dos documentos de gestão dessas áreas os seus possíveis instrumentos gestores.

APA Guapimirim: Criada em 1984 pelo Decreto nº 90.225 de 25/09/1984, é a primeira UC voltada à proteção de manguezais – área de 14.000 há (municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo). Tem Gestão integrada com a ESEC Guanabara, criada pelo Decreto s/nº em 15/02/2006 – área de 1.935 há (municípios de Guapimirim e Itaboraí). Tem o Conselho Gestor da AOA e da ESEC de forma integrada, com as mesmas representações e os Planos de Manejo da APA aprovado em 2002 e da ESEC em 2012 como instrumentos de gestão.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Itaboraí em seu Art. 214 considera a Serra do Barbosão, o Manguezal de Itambi, a Serra Tomascar e o Sítio paleontológico de São José, como áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais. A Serra do Barbosão, a Bacia Calcária de São José e o Manguezal de Itambi são considerados Unidades de Conservação do município.

Parque Municipal Florestal do Barbosão: Em agosto de 1993 o município de Itaboraí sancionou a lei nº 1.171 que transformou a área da serra em Parque Florestal do Barbosão em área de preservação permanente, o parque não dispõem de Plano de Manejo ou conselho gestor e sua legislação requer regulamentação.

Parque Municipal Paleontológico de São José de Itaboraí: Criado em 12 de novembro de 1995 pela lei nº 1.346, tornando o parque em área de preservação permanente, ficando proibido qualquer tipo de extração vegetal, mineral, caça animal ou pesca predatória. O parque foi criado como tentativa de reverter os mais de 50 anos de degradação oriunda da exploração corrida na

região por conta da extração de calcário. O parque não tem Plano de Manejo ou conselho gestor.

II.5.3.9 - Instrumentos de Gestão Ambiental

Este item pede a descrição das ações de caráter normativo, preventivo, corretivo, de controle e fiscalização desenvolvidos em âmbito municipal. O município objetivando a medição entre as divergências relativas entre o desenvolvimento econômico local e recursos comuns e de controle dos possíveis impactos sobre o meio ambiente, decorrente dos empreendimentos da indústria de petróleo e gás, desenvolve iniciativas com articulações intergovernamentais e a sociedade civil, com a finalidade de alcançar êxito na implementação de suas políticas públicas ambientais.

A gestão ambiental tem como objetivo estabelecer, recuperar e/ou manter o equilíbrio entre a natureza e sociedade, por meio da administração dos ecossistemas naturais e sociais com vistas ao desenvolvimento das atividades humanas e à proteção dos recursos naturais, dentro de parâmetros pré-definidos (Philippi Jr & Bruna, 2004).

Para que uma Política Ambiental apresente êxito em sua implementação, é necessário integrar e articular elementos complexos e fundamentais para a gestão dos recursos naturais e da qualidade ambiental. Elementos que integram as dimensões social, econômica, ecológica, política e cultural (MILARÉ, 1999).

Neste contexto, uma etapa extremamente importante para se alcançar resultados práticos efetivos é a fase de formulação da Política Ambiental, que deve apresentar uma estrutura formal clara, organizada e consistente, possibilitando o êxito de sua implementação.

Em âmbito municipal, Itaboraí apresenta através do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Lei nº54 de 2006) uma proposta de gestão ambiental estratégica econômica/sócio territorial para o desenvolvimento do município. Porém o PD do município é bastante genérico, define princípios para diversas políticas setoriais, tornando-o de difícil implementação. No item **II.5.3.1.6 – Políticas Públicas: instrumentos para gestão do uso e ocupação do solo**, são abordados mais profundamente as questões associadas ao PD de Itaboraí.

Quadro II.5.3.9- 1 Instrumentos de Gestão Ambiental Municipal

INTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE	IMPLEMENTAÇÃO
UC Parque Florestal do Barbosão	Legalmente estabelecido. O parque não dispõe de Plano de Manejo e nem de Conselho Gestor.
UC Parque Paleontológico de São José de Itaboraí	Legalmente estabelecido, espera regulamentação. Não dispõe de Plano de Manejo nem de Conselho Gestor.
Plano Diretor	Legalmente estabelecido, espera por revisão, sua legislação é de 2006. Mesmo com um medida complementar que teve foco mudanças de zonas consideradas de uso agropecuário para uso de extração mineral, não houve adequação as reais transformações percebidas na dinâmica sócio espacial do município. A cidade requer novas diretrizes e instrumentos para enfrentar os desafios surgidos nos últimos anos.
Fórum 21 de Itaboraí	Fortemente atuante nas discussões e consolidações do diagnóstico perceptivo da realidade de Itaboraí e na consolidação do planejamento local para o desenvolvimento sustentável do município.
Programa de Educação Ambiental de Itaboraí	O Programa de Educação Ambiental de Itaboraí tem o objetivo de introduzir novas práticas pedagógicas para fortalecer a consciência crítica da população mais jovem sobre o assunto. As ações estão voltadas para atividades nas escolas públicas municipais e outras ações de mobilização no município.
Fundo Municipal de Meio Ambiente	Legalmente estabelecido. O Fundo funciona como uma porta de entrada de recursos destinados a fins socioambientais previstos em lei. Não tem financiado ações e projetos para questões ambientais nos últimos 12 meses
CADES – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Legalmente estabelecido. Órgão consultivo e deliberativo, atua fortemente nas questões pertinentes ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do município.
Sistema Municipal de Gestão Ambiental	Legalmente estabelecido. Composto pelo CADES, órgão consultivo e deliberativo, Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo representante do executivo e o conjunto de instrumentos legais de gestão municipal dos assuntos ambientais de interesse local.

Os instrumentos disposto na **Quadro II.5.3.9- 1**, são resultados da política pública ambiental do município de Itaboraí. Algumas iniciativas, como o Conselho de Meio Ambiente e o Fórum 21 de Itaboraí são considerados referência, assim como a iniciativa de criação de Unidades de Conservação.

Grande parte dos instrumentos adotados pela PM de Itaboraí já se encontram especificados em planos e políticas mais amplas, demonstrando o empenho do Município em se adequar legislação maior com vistas à qualidade ambiental.

Entretanto, carece ainda de um processo de monitoramento e avaliação, por meio de indicadores sociais, econômicos e ambientais. Acrescenta-se ainda, a importância de monitorar a qualidade da participação social como elemento fundamental do monitoramento. Observa-se que esse tipo de avaliação de resultados não acontece na prática do Município.

II.5.3.10 - Principais Recursos Naturais Utilizados e sua Importância no Contexto Socioeconômico

As características gerais do município de Itaboraí ficaram marcadas originalmente pela expansão de terras do Rio de Janeiro, pela função de entreposto comercial com formas de transporte de navegação pelos cursos d'água, pela localização às margens de estradas e pela proximidade com o polo da sub-região Niterói. Com uma área total de 430 km² e população de 208.008 hab., segundo o Censo Demográfico da Fundação IBGE (2010), o município apresenta taxa de urbanização de 94.5%. Sua inserção no espaço geográfico se dá entre a Estrada de Ferro da RFFSA, o antigo leito da rodovia RJ-116 (norte), os rios Ipitangas (sul), Duques e Poço Fundo (leste) e Aldeia (oeste).

O povoamento da região de Itaboraí teve origem em 1567, dois anos após a fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Por muitos anos, principalmente entre meados do século XVIII até final do século XIX, o município foi um dos mais importantes do Estado, concentrando e escoando a produção de açúcar e outros gêneros agrícolas destinados, principalmente, à exportação. Passando por ciclos econômicos importantes, como: cana-de-açúcar, café, produção de laranja e o advento da indústria do barro (olarias).

O município não dispunha de uma atividade econômica significativa e sua economia havia se transformado num aglomerado de pequenos negócios ligados ao comércio varejista (alimentação, construção civil e vestuário). No entanto, a instalação do COMPERJ vem se configurando em um polo de atratividade socioeconômica, em função da força atrativa da indústria, para onde a população migrará em busca de novas oportunidades de emprego e moradia. Esse fato demanda um significativo investimento em transporte, habitação e infraestrutura.

A aposta no potencial turístico de Itaboraí se baseia no patrimônio histórico e cultural bem preservado, sítios arqueológicos, manguezais e parque paleontológico. Entretanto, as expectativas de desenvolvimento voltaram para o ramo da indústria de petróleo e gás, que desde o lançamento do Projeto COMPERJ contribuiu para o surgimento do turismo de negócios no município. Este tipo de turismo pode ser caracterizado como o conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios

referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologias, vender ou comprar bens ou serviços. A presença do COMPERJ começa a estimular essa demanda e os gestores públicos sinalizam a necessidade de uma política pública para o turismo local que aborde o desenvolvimento sustentável dessa atividade no município.

As atividades ligadas aos recursos naturais possuem importância para os três setores de atividade econômica no município: primário, secundário e terciário. Porém o setor secundário, relacionado à indústria e construção civil, possui, uma relação inferior quando comparada aos demais setores. A expectativa é que essa realidade se transforme drasticamente quando do início das atividades do COMPERJ.

Os recursos naturais identificados no âmbito da Bacia Sedimentar de Itaboraí, e seus reflexos e importância na socioeconomia local, têm suas maiores aplicações no Setor Primário da economia desse município, consubstanciadas nas atividades extrativistas e de agropecuária. A primeira encontra-se representada pela exploração mineral de fluorita e Criolita para uso da siderurgia/metalurgia e indústria química e o granito para a construção civil, voltadas principalmente para o mercado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A atividade de agropecuária concentra-se na exploração animal como, por exemplo, a bovinocultura, a avicultura e a piscicultura, bem como de área para pastagens com diferentes formas de cultivo: culturas perene e temporária, vegetações natural e de várzea, e pastagens propriamente ditas.

Finalmente, quando se analisa os setores econômicos de Itaboraí, constata-se considerável desenvolvimento econômico desse município, materializado em atividades de mineração e agropecuária, parque industrial em expansão, forte comércio e um setor de serviços ativo.

Esse contexto socioeconômico está inserido em uma grande e complexa variedade de recursos minerais e naturais, além de sítios arqueológicos, paleontológicos, geológicos e científicos. A diversidade de relevos do município de Itaboraí favorece a existência de áreas preservadas. Segundo estudos do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (Lima-UFRJ) de 2008, o município

apresentava 11% de seu território cobertos com remanescentes de Mata Atlântica.

A presença de remanescentes de Mata Atlântica, da fauna nativa e manancial hídrico na Serra do Barbosão são reconhecidos como patrimônio ecológico e paisagístico local e uma das grandes preocupações dos sociedade local. A existência do corredor ecológico Sambê-Santa Fé e do Horto do Pacheco possibilita a proteção de espécies de fauna e flora da Mata Atlântica, de manguezais e de várias nascentes de rios de pequeno curso, que contribuem para a Bacia do Rio Caceribu.

Itaboraí compreende regiões inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim e na Estação Ecológica da Guanabara (Eseg), que compreendem cerca de 10% de seu território. Devido a sua importância para a preservação da biodiversidade, estas áreas são prioritárias para a preservação da Mata Atlântica (Conservação Internacional do Brasil, 2009). Atualmente, o Plano Diretor Municipal de Itaboraí prevê a criação de novas Unidades de Conservação.

Não foi identificada uma ação integrada na APA de Guapimirim, que envolva o Ibama, a Guarda Municipal Ambiental e os municípios que compõem esta Unidade de Conservação. Uma das consequências apontadas é ocupação irregular nas áreas de manguezal na APA de Guapimirim. Apesar da Lei de Uso do Solo e da regulamentação da extração mineral, há pouca rigidez nos critérios adotados pelo Estado para o licenciamento da atividade de extração mineral. O que, conseqüentemente, pode gerar degradação ambiental produzida por atividades econômicas, como a indústria de cerâmica, areal e material de construção. Não foi identificado nenhum programa ou plano ambiental de interesse socioambiental desenvolvidos pelas indústrias mineradoras e de cerâmicas que atuam no município.

Cabe destacar que os manguezais da APA de Guapimirim na Baía de Guanabara estão restritos a uma área total de 81,50 Km² concentrada,. O ecossistema dos manguezais asseguram a manutenção das condições naturais de trechos da baía, viabilizando a sua recuperação e garantindo a vida marinha.. Sendo assim, toda baía é dependente desses manguezais, assim como eles são vitais para a manutenção dos estoques pesqueiros,e, portanto, fundamental para a produção de pescado em toda a da Baía de Guanabara.

O município é abrangido por órgãos ambientais fiscalizadores das três esferas governamentais e possui legislação vigente para discutir as questões relacionadas ao tema. Contudo, a carência de recursos humanos e a falta de treinamento para o exercício das atividades públicas, resultam na deficiência do setor de fiscalização dos recursos naturais, que sofre ainda com a falta de orçamento e de infraestrutura. O município também não dispõe de plano para prevenir e proteger os ecossistemas frágeis e a falta envolvimento dos moradores dessas localidades nas questões referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável dificultam a adoção de políticas públicas voltadas para a preservação dos ecossistemas.

II.5.3.11 - Qualidade da Paisagem Natural

Apesar dos municípios inclusos na Área de Influência e de Estudo apresentarem características distintas em relação à concentração populacional e estrutura produtiva, a maioria é composta por um sistema costeiro formado por montanhas, praias, dunas, restingas, lagoas, mangues, baías, ilhas e enseadas. Esses ambientes podem se apresentar naturais ou modificados pelo homem.

A qualidade da paisagem natural da região atrai um grande contingente de turistas devido à sua beleza cênica, conformando lócus de desenvolvimento econômico como atrativo de investimentos, em especial nos setores de turismo e construção civil. Inúmeros recursos naturais, formados pela riqueza da Mata Atlântica ainda preservada, proporcionam o desenvolvimento de atividades direcionadas ao turismo, sendo a zona costeira um espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais (SMA/CPLEA, 2005).

A interface com o mar qualifica a zona costeira de diversas formas. Possibilita o monopólio espacial de certas atividades, tais como a exploração de recursos marinhos, a circulação de bens e pessoas através da via marítima, a utilização cultural e como área de lazer, além de sua exploração econômica com a atividade turística e portuária (MORAES, 2009).

No caso de Itaboraí as características da paisagem natural se configuram com valores paisagísticos e estéticos peculiares, diferenciando-o dos demais municípios estudados. Apesar de configurar no grupo de municípios que compõem a Baía de Guanabara, seu processo de expansão e ocupação se deu no interior do território, o que conseqüentemente, talvez tenha contribuído para que as áreas de manguezais que hoje compõem a APA de Guapimirim mantivessem conservadas.

Situado numa altitude de 46m acima do nível do mar. Seu clima predominante é quente e semiúmido. Em sua paisagem observa-se uma área relativamente montanhosa ao sul, onde se destaca a Serra do Lagarto; ao norte, predomina a planície.

A área total do município corresponde a 430 km², o equivalente a 9,2% da área da Região Metropolitana. Sua população, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, IBGE é de 218.008 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de aproximadamente 506 h/ km².

Itaboraí faz limite com Cachoeiras de Macau ao norte, a leste com Tanguá, ao sul com Maricá e a oeste com Guapimirim, Baía de Guanabara e São Gonçalo. Itaboraí está dividido em 8 distritos: Itaboraí (sede do município), Cabuçu, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Manilha, Visconde e Pacheco.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Itaboraí em seu Art. 214 considera a Serra do Barbosão, o Manguezal de Itambi, a Serra Tomascar e o Sítio paleontológico de São José, como áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dos órgãos competentes, preservados seus atributos essenciais. A Serra do Barbosão, a Bacia Calcária de São José e o Manguezal de Itambi são considerados Unidades de Conservação do município.



Figura II.5.3.11-1 - Parque Paleontológico de São José de Itaboraí



Figura II.5.3.11-2 - Manguezais de Itaboraí – APA de Guapimirim

Como representados nas **Figura II.5.3.11-1** e **II.5.3.11-2** o município de Itaboraí apresenta um patrimônio ambiental representado pela Serra do Barbosão, Manguezal de Itambi e Bacia Calcária de São José, de valor inestimável que lamentavelmente sua população possui pouco conhecimento sobre a riqueza representada por ele, pois além de grande parte dela não ter identidade com o local, o poder público não promove uma divulgação mais intensa e nem estimula satisfatoriamente em sua população interesse por este patrimônio.

Quadro II.5.3.11 – Patrimônios Naturais do Município de Itaboraí

Itaboraí	Patrimônio Natural
	Parque Municipal Florestal do Barbosão
	Parque Paleontológico de São Jose de Itaboraí
	Manguezais de Itaboraí – APA de Guapimirim e ESEC Guanabara

O problema da falta de identidade por parte dos habitantes do local, ocorre principalmente pelo projeto de reordenamento da relação metrópole e cidades periféricas, articulado pelos governos Estadual e Federal, a partir da década de 60.

O município de Itaboraí sofreu com os impactos gerados por esse projeto, pois com a fusão do antigo Estado da Guanabara e a construção da ponte Rio - Niterói houve a implantação de uma política de atração de um grande número migrante de outros estados e dos municípios do interior para os municípios periféricos da região metropolitana, com isso procurou-se evitar o crescimento

desordenado da Capital, especialmente das favelas. Então especialmente nas décadas de 60 e 70, o município de Itaboraí fora o mais atingido por essas ações.

Essa falta de identidade acaba gerando problemas que se refletem na preservação de seu meio ambiente, pois quando uma população se sente parte de um ambiente, quando se sente integrada a ele, as políticas de educação ambiental fluem de forma eficaz e sem resistência por parte da população.

A expansão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro conduziu à incorporação do município de Itaboraí. Como decorrência deste fato, significativas mudanças tiveram lugar nas condições socioeconômicas, ambientais e culturais de sua população.

Até início dos anos 80, o perfil econômico do município era preponderantemente rural, tendo como atividades produtivas básicas a agricultura de subsistência, a produção de cítricos e a indústria ceramista. Desde então, por um conjunto associado de fatores, estas duas últimas atividades perderam a competitividade em relação a outras regiões do país e foram, gradativamente, abandonadas. Com a integração da cidade à Região Metropolitana, o perfil agrícola deu lugar a um cenário de 'periferia urbana', transformando Itaboraí em 'cidade dormitório' de um grande contingente de mão-de-obra desqualificada (população de baixa renda), que se desloca diariamente para as cidades de São Gonçalo, Niterói, e Rio de Janeiro. O resultado desse processo foi uma profunda degradação social, ambiental e econômica da região.

Aproximando-se da fase de operação do COMPERJ, a expansão da malha urbana já perceptível e se justifica, se analisarmos as estimativas de taxa de população para o município desde o anúncio do empreendimento.

O município de Itaboraí tem sua história pautada em vários ciclos econômicos importantes tais como: cana-de-açúcar, café, laranja e indústria de barro. Hoje predomina em Itaboraí o setor terciário e a cidade ainda se mantém com o papel de cidade dormitório.

A vinda da refinaria para a região trará muitas mudanças para o município em termos econômicos, sociais e ambientais, visto que as refinarias têm grande impacto sobre o meio ambiente. Seu impacto sobre o meio ambiente, apresenta um aspecto positivo para a sociedade, pois geram empregos, como também receita para a União, Estados e Municípios, ou seja, geram divisas.

A implantação do COMPERJ e seu funcionamento devem ser vistos e acompanhados com muita cautela por parte do poder público e sociedade civil de forma a evitar sérios impactos ambientais. Portanto torna-se necessário criar uma gama de políticas públicas, ou passar a executar de forma sistema as já existentes, principalmente no que tange a Educação ambiental, ou seja, criar alternativas que possam colaborar para uma qualidade de vida melhor para sua população local e a futura geração

Caso o processo seja desconsiderado e os governos, empresas e sociedade civil não considerarem o desenvolvimento sustentável como iniciativa, inúmeros problemas ambientais, como a deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, a disposição inadequada de resíduos sólidos, a degradação de áreas de preservação, a ameaça dos refúgios de flora e fauna, a poluição e assoreamento de corpos hídricos, além da poluição do ar e dos manguezais, consequências da urbanização desenfreada, os recursos paisagísticos e ambientais do município, serão degradados.

II.5.3.12 - Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais

II.5.3.12.1 - Identificação das Populações Tradicionais nos municípios da área de estudo

- **Populações Indígenas**

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Socioambiental, não existem aldeias indígenas no município de Itaboraí.

- **Populações quilombolas**

Em consulta a Fundação Cultural Palmares, não foram identificadas Comunidades Quilombolas no município de Itaboraí.

- **Demais Comunidades Tradicionais**

A população tradicional residente no município de Itaboraí é formada por pescadores artesanais, cujas características são dadas pelas formas de ocupação do território e atividades de pesca desenvolvidas. A comunidade de caranguejeiros, conhecida como Vila Nova do Itambi, está localizada em Itambi, distrito do município de Itaboraí, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, na parte leste da Baía de Guanabara. Itambi é a única área do município que tem ligação com a baía, localizando-se no chamado “Recôncavo da Guanabara”.

No Plano de Manejo da APA Guapimirim, Vila Nova de Itambi aparece caracterizada por habitações de população de baixa renda, assentadas nas margens de valas que drenam para o Rio Caceribu, carecendo de saneamento e infraestrutura básica.

Estes moradores habitam áreas semi-rurais e mantêm no seu cotidiano uma relação intensa com o espaço natural, que é a fonte de seu sustento. Esta população é também caracterizada por um passado de migrações intermunicipais de áreas de manguezal e pesca que se tornaram urbanizadas. Os pescadores e catadores de caranguejos são profundos conhecedores do manguezal, de onde sempre extraíram a sua fonte de renda, seja através da pesca e cata do caranguejo, ou através da extração e venda de madeira de mangue, intensamente comercializada antes da criação da APA Guapimirim, nos períodos de defeso. Nestas comunidades, a disposição das habitações reflete a dedicação integral ao mangue.

Considerando o contexto exposto acima, a população de Vila Nova de Itambi é identificada como comunidade tradicional de pescadores, os quais retiram sua fonte de renda do manguezal.

No **Item II.5.3.13** – Caracterização da atividade pesqueira artesanal e industrial, será aprofundada a caracterização desse grupo social e sua atividade econômica, considerando aspectos socioeconômicos e culturais.

II.5.3.13 - Caracterização da atividade pesqueira artesanal e industrial

A partir da classificação sobre os tipos de pesca, artesanal e industrial citadas pela legislação pertinente, e das informações das entidades representativas do setor (Colônia Z8 e ITAPESCA – Associação dos Pescadores e Catadores de Caranguejos de Itambi) no município de Itaboraí não ocorre atividades de pesca industrial, existindo exclusivamente a pesca artesanal.

O Município de Itaboraí tem uma estreita faixa litorânea voltada para Baía de Guanabara que se localiza na metrópole do Rio de Janeiro. Esse recorte do território municipal está inserido na APA de Guapimirim, situada no fundo da Baía, composta pela maior área de manguezal preservada do Estado do Rio de Janeiro. Essa área desempenha um relevante papel na retenção dos sedimentos que contribuem para assorearem a Baía, o que favorece a manutenção da taxa de produtividade das águas estuarinas que, através do produto da pesca artesanal, representa o sustento de inúmeras famílias da região. Além dos manguezais, a APA Guapimirim compreende igualmente regiões ocupadas por atividades agrícolas e zonas urbanas, que são compostas por pequenos núcleos de pescadores, agricultores e população de baixa renda (ISIDORO, 2012).

É no contexto descrito acima que está inserida a Comunidade de Pescadores Artesanais da Vila Nova de Itambi, município de Itaboraí – RJ.

A caracterização da pesca artesanal foi realizada através informações concedidas por entrevista com os presidentes das entidades representativas, no caso, a Colônia Z8 e a Itapesca – Associação de pescadores e catadores da Vila de Nova Itambi.

• A Comunidade de Vila Nova de Itambi

A Comunidade é representada por três entidades de classe, a Colônia Z8 sediada no município de Niterói, A Associação de Pescadores e Catadores de Caranguejo de Vila Nova Itambi (Acapesca) com 50 associados e a Associação de Pescadores e Catadores de Itambi (Itapesca) com 70 associados. O presidente da Colônia Z8 não soube precisar quantos pescadores da comunidade

são associados. Os filiados são distribuídos entre pescadores, catadores de caranguejos e escarnadeiras (a maioria realiza as três funções).

Dentre os filiados, a maioria são proprietários de embarcações divididas em embarcações motorizadas (70 de lanchas de madeira e 03 de alumínio de 5,5 a 6 m com motores de 7 ou 15hp) e barcos a remo (10 barcos de madeira de 5m).

Pescam cinco dias por semana, com uma média de 12 horas/dia e usam a maré como orientação para suas atividades.

Como petrechos de pesca usam a rede e tarrafa e desenvolvem sua atividade principalmente nos rios Caceribu, Macacu e manguezais. Não pescam na Baía de Guanabara, justificando que suas embarcações não são aptas para pesca na Baía. Usam gelo e isopor como para conservar o pescado.

A produção de caranguejo foi estimada entre 150/200 kg (cerca de 5.000 caranguejos por mês) o que garante uma média mensal para os pescadores de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 quando há pescado. O defeso do caranguejo ocorre nos meses de outubro e novembro, podendo se estender até dezembro e, neste período, cada pescador recebe o valor de um salário mínimo.

Dentre as espécies de pescado destaca-se pelo valor comercial o robalo, seguido pela tainha, acará e tilápia. A produção é comercializada no Mercado São Pedro, em Niterói para atravessadores.

Vila Nova de Itambi conta com um Posto de Saúde da Família, que atende predominantemente a própria comunidade. Os casos graves são encaminhados para o pronto socorro de Manilha e para o Hospital Municipal Leal Junior, na sede do Município.

Os moradores de Vila Nova de Itambi possuem como principais problemas locais a ausência de saneamento básico e água encanada, expresso pela presença de valas, além da poluição de rios e lagos e incidência de verminoses. Também convivem com condições precárias das vias de acesso: falta de pavimentação, sinalização e iluminação pública, associadas à baixa oferta da rede de transporte público. A população também lida com vetores de doenças, como ratos e mosquitos além de enchentes e desemprego.

A comunidade pesqueira tem como obstáculos ao seu desenvolvimento a diminuição do estoque pesqueiro devido o assoreamento do Rio Caceribu e a dificuldade para comercialização da produção. A comunidade almeja a reabertura

do entreposto de venda construído e inaugurado em 2010, mas que nunca foi disponibilizado para uso dos pescadores, hoje usado pela Guarda Municipal Ambiental.

A comunidade de pescadores e caranguejeiros de Itambi, será transferida para um conjunto habitacional, às margens da BR- 493 (futura via do Arco Metropolitano), o qual está inserido em um projeto de Política Local de Habitação de Interesse Social do município de Itaboraí. A comunidade alega passar por um processo de perda de seu lugar de vida, afetividade, convivência e sobrevivência. Anunciados desde o ano de 2005, até hoje esperam pelo processo de remoção da área, mas acreditam que há chances de permanecerem na vila.

II.5.3.14 - Caracterização da atividade pesqueira industrial

As informações sobre as atividades pesqueiras industriais, referentes ao município de Itaboraí foram apresentadas no **item II.5.3.13**.

II.5.3.15 - Identificação e caracterização de tombamentos

Com o objetivo de identificar e caracterizar os bens culturais tombados existentes no município de Itaboraí, foram realizadas pesquisas no cadastro informatizado da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura), do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), responsáveis pelo tombamento e fiscalização destes bens. Também foi realizado contato com a Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí para levantamento dos bens que se destacam pela relevância histórico-cultural.

Em função da localização do empreendimento em licenciamento, em águas profundas e sua distância da costa (aproximadamente 300 km da costa) não ser expressivo ao ponto de exercer pressão nas áreas legalmente protegidas ou alterar aspectos culturais dos municípios, os Sítios do Patrimônio Histórico e Cultural, os Sítios do Patrimônio Mundial Natural, as Reservas da Biosfera e as referências de Patrimônio Histórico e Cultural, existentes em Itaboraí não

apresentam vulnerabilidade aos impactos decorrentes das atividades previstas no Projeto Etapa 2.

Nesses termos, apresenta-se o registro geral dos bens tombados de valor histórico cultural, tendo em vista a importância para a contextualização de Itaboraí, no que se refere à sua identidade histórica e cultural.

Foram localizados município 38 (trinta e oito) bens tombados, conforme o **Quadro II.5.3.15- 1**. Cabe ressaltar que um mesmo bem pode apresentar tombamento em mais de uma esfera pública - Federal, Estadual e Municipal.

a) Tombamentos sob a responsabilidade do IPHAN e INEPAC

Quadro II.5.3.15-1 – Listagem dos patrimônios materiais tombados pelo IPHAN e pelo INEPAC no município de Itaboraí.

Processo	Esfera de Tombamento	Identificação	Caracterização
0681-T-6/ E- 03/34.288/78	Federal/ Estadual	Casa da Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 16, antiga casa do Visconde de Itaboraí, atual Fórum.	Típica residência do final do século XVIII e início do século XIX, segundo o Inventário da FUNDREM, a residência do Visconde de Itaboraí, servia de hospedagem para Família Real quando em visita a Itaboraí. Tombado como Patrimônio Histórico Nacional pelo IPHAN em 1964, foi desapropriado e declarado de utilidade pública pela Prefeitura em 1966, passando a ser utilizado como casa de caridade. Dois anos depois, o prédio incêndio, ficando em estado de ruínas, sendo doado então ao Governo Estadual, que nele realiza obras de reconstrução, adaptando-o internamente seu novo uso como Fórum. Em 2000, o prédio passou a ser a sede do Executivo Municipal;
0616-T-60	Federal	Igreja Matriz de São João Batista	Datada de 1672, com a construção de uma capela por João Vaz Pereira sob a invocação de São João. Reconstruída entre 1725 e 1742, passou por nova reforma no período de 1767 a 1782, quando se estabeleceu o atual conjunto arquitetônico no ponto mais alto da colina, onde se implantou a Vila de Itaboraí. O paisagismo atual da praça, à sua frente, é resultado de um projeto de reurbanização de 1953. A igreja está situada na extremidade norte da praça, isolada do casario baixo e circundante. A Igreja Matriz é uma construção solidamente erigida de pedra e cal, de grossos muros e equilibrada concepção arquitetônica. Conserva características oitocentistas de uma só porta de entrada. Na fachada, duas janelas no coro. A torre única, ainda mantém o corpo inteiramente maciço. Alguns pertences internos merecem destaque, como as conversadeiras com assento de granito nas janelas da sacristia, o arcaz da sacristia ainda intacto, algumas peças da estatuária (originais do século XVIII), castiças e pratarias e o retábulo do altar-mor, com talha do século XVIII.

Processo	Esfera de Tombamento	Identificação	Caracterização
0690-T-63/ E- 03/33.714/78	Federal/ Estadual	Ruínas do Convento de São Boaventura na Fazenda Macacu	Envolvidas por um cenário natural de extrema beleza, as ruínas do convento se destacam majestosas no sítio, onde existiu no século XVIII a antiga Vila de Santo Antônio de Sá. Apresenta o mesmo partido arquitetônico do convento de Santo Antônio, na Cidade do Rio de Janeiro – casa conventual, torre sineira, igreja e capela da Irmandade – ambos da ordem franciscana. Em 1874 iniciou-se a construção da igreja da Ordem Terceira. De 1829 a 1840, uma epidemia dizimou a população da Vila e causou o abandono do Convento pelos franciscanos. Em 1922 as ruínas passaram aos beneditinos e, posteriormente, as terras foram vendidas a diversos proprietários.
E- 18/001.047/99 Decreto nº112 30/10/1996	Estadual/ Municipal	Igreja Nossa Senhora da Conceição	Situa-se em um alargamento da rua principal de Porto das Caixas, no antigo do centro histórico. Não se sabe ao certo a data da edificação, porém a igreja consta com data de inauguração, em 1718. Tudo indica que em 1747 restava somente a capela-mor, e foi anexada a edificação a atual nave e a torre sineira. A igreja foi reformada em 1901, 1947, 1969 e 1978. Suas imagens datam do século XVIII.
E- 03/34.288/78	Estadual	Prédio da Câmara de Vereadores	Construída na terceira década do século XIX, a antiga Casa de Câmara e Cadeia da Vila de São João Batista de Itaboraí é projeto do engenheiro Júlio Frederico Koëler, autor de diversos edifícios na capital e no interior da antiga província do Rio de Janeiro. De arquitetura compacta com linguagem neoclássica, tanto a fachada como a distribuição interna dos compartimentos valorizam a simetria e a simplicidade. A escada interna disposta no eixo da composição proporciona uma circulação central nos dois pavimentos.
E- 18/000.172/91	Estadual	Serra do Mar	A Mata Atlântica na época do descobrimento revestia uma faixa contínua de 350 mil km ² do território brasileiro. Foi palco e fonte para o desenvolvimento da colonização e exploração predatória de nossas riquezas. Dessa convivência resultou, nos últimos 500 anos, a destruição progressiva das reservas florestais em todo país. Hoje a área está reduzida a cerca de 3% de sua extensão original, abrigando raridades da fauna e flora, além de constituir-se em habitat natural de espécies ameaçadas de extinção. A Serra do Mar é marcada pelas formas esculturais do seu relevo, verdadeiros monumentos geológicos recobertos pela exuberância e diversidade da floresta tropical. Ora no interior, ora avançando sobre o oceano, recorta o litoral com suas escarpas abruptas, baías sinuosas, restingas, lagoas, manguezais e deslumbrantes praias. Nestes cenários surgiram as primeiras cidades fluminenses, influenciando o modo de viver, os hábitos e costumes das populações locais. O tombamento pretende reconhecer e agregar valores de cunho cultural e humanista a esse legado da natureza, valorizando a importância do seu caráter documental como testemunho na construção de nossa história social.

Fonte: Cadastro informatizado do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), Cadastro informatizado do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), Secretaria de Educação e Cultura de Itaboraí

B) Sítios Arqueológicos do Município de Itaboraí (protegidos pela Lei Federal 3.924/61).

CNSA	Nome do Sítio	Localização
RJ00110	São José de Itaboraí	Bacia de São José de Itaboraí
RJ00379	Sambaqui de Itambi	Itambi ao longo da estrada de ferro
RJ00380	Sambaqui do Tambicu	Fazenda Santo Antônio, próximo ao riacho Tambicu e a 250m da Estrada de Ferro Leopoldina, perto da Vila Nova de Itambi
RJ0381	Aldeia Velha	Próxima à margem esquerda do rio Macacu, entre este rio e o rio Guaxindiba
RJ382	Sítio Arqueológico de Sambatiba	-
RJ00541	Fazenda Macacu	-

C) Bens que se destacam pela à relevância histórico-cultural

O patrimônio cultural de uma cidade não é só representado pelos bens que passaram pelo processo de tombamento, também contempla aqueles que são valorizados pela população.

Quadro II.5.3.15-3 – Listagem dos bens que se destacam pela relevância histórico-cultural do Município de Itaboraí

Decreto	Esfera	Identificação	Caracterização
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Praça Marechal Floriano Peixoto	Antigo Largo da Matriz onde ainda existem imponentes prédios com casarios históricos do século XVIII e XIX.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres	Situada na Praça Marechal Floriano. Este monumento doado ao IPHAN por Heloísa e Maria Alberto Torres, filhas de Alberto Torres, ex-ministro e ex-presidente da Província do Rio de Janeiro, possui um fabuloso acervo museológico e uma significativa coleção de livros periódicos, fotografias e documentos pertencentes à família Torres, ainda em processo de catalogação. A casa dispõe de salões para exposições temporárias de artes plásticas, duas salas permanentes de pesquisa: a sala da Memória e a Sala Família Alberto Torres, uma sala permanente de arte sacra, além de jardim externo, para eventos musicais e teatrais.

Decreto	Esfera	Identificação	Caracterização
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Parque Paleontológico da Bacia Calcária de São José	Em 1928 a Bacia Calcária de São José de Itaboraí passou a ser explorada como mina de calcário para a indústria cimenteira. Em 1984, deixando uma profunda cava, a mineração encerrou suas atividades. Lentamente, a cava foi sendo preenchida por água subterrânea e de chuvas, gerando um lago artificial. Em suas margens podem ser encontrados afloramentos com fósseis e acumulação das rochas que foram exploradas. Nos calcários da Bacia foram descobertos fósseis do Paleoceno e do Pleistoceno, Marsupiais do Período Terciário e o Eremotherium do Quaternário. Em dezembro de 1995, foi criado o Parque Paleontológico de Itaboraí, através da Lei Municipal nº 1.346/95.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Fonte Carioca	Localizada fora do Centro de Itaboraí, ao lado do Colégio Cenequista Alberto Torres, a Fonte Carioca, reformada em 1986, guarda uma relação lendária com a Praça, em função da existência de uma passagem subterrânea que une a Fonte a Igreja Matriz de São João Batista.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Teatro Municipal João Caetano	Situada no Centro, teve sua inauguração em 1827. Após passar por reformas em 1920 e mais tarde em 1927, porém em 1974 foi demolido. Em 1984, o teatro foi reconstruído e João Caetano que estreou nesse teatro foi o homenageado.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Igreja Nosso Senhor do Bonfim	Situada em uma das ladeiras de Itaboraí, na Rua do Bonfim. A edificação pertence ao século XVIII, sua fachada é típica das igrejas Jesuítas, onde se destaca o frontão triangular. De 1790 a 1800, a capela foi restaurada e ampliada e então se tornou de devoção do Senhor do Bonfim. Entre 1981 houve reformas e modificações na estrutura.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Prédio da Secretaria de Educação	Típica casa térrea do Período Colonial. Em seu interior, encontra-se uma pintura do Marechal Floriano Peixoto, de August Petit.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Estrada de Ferro Visconde e Guapimirim	Construída a estrada de ferro em 1860, ligando o município de Cantagalo a Itaboraí.
Decreto nº 112 30/10/1996	Municipal	Sede da Fazenda Montevideú	Situada no bairro de Pachecos, na estrada que segue para São Tomé. Foi construída por volta de 1863. A casa apresenta dois pavimentos, devido ao desnível do terreno. Possui planta retangular, ligada por um de seus lados a outra edificação, que aparenta ter sido uma senzala.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Fazenda Patrimônio	A propriedade encontra-se em estado de abandono, já que não é mais utilizada como sede. A vegetação cresceu junto à casa e ao seu redor. Não foram encontrados registros sobre a data de construção, sabe-se apenas que é do século XIX.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Capela da Fazenda Itapacoará	A capela está posicionada em uma pequena elevação do terreno. A edificação é da segunda metade do século XIX. Construído pelos donos da fazenda na época, para atender aos moradores e colonos. A edificação foi reformada no século XX;
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Capela de São Tomé e o prédio do engenho	A data das edificações não é conhecida, no entanto sabe-se que se trata de uma construção do século XIX.

Decreto	Esfera	Identificação	Caracterização
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Santuário de Jesus Crucificado	Situado em Porto das Caixas local de peregrinação, desde a década de 1970, em decorrência do sangramento da imagem de Jesus Cristo Santificado, a restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição deixou à mostra porções da antiga construção que data de 1565. Entretanto, sabe-se que em 1670 era venerada no convento São Boaventura dos Franciscanos. Famosa por proporcionar aos fiéis suas graças. A antiga Igreja passou a não comportar mais o número tão grande de fiéis, assim em maio de 1995, foi construído um segundo templo religioso para a imagem.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Igreja de São Barnabé	Em registro histórico escrito por Monsenhor Pizarro, ele discorre sobre a Freguesia de Itaboraí, que foi criada junto com as freguesias de Guapimirim e de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, em 1679, esta última ocupava terras de uma antiga aldeia indígena de São Barnabé, administrada pelos jesuítas. A capela dos jesuítas em Itambi subsistiu até 1737, sendo reformada depois da expulsão dos mesmos em 1750. Em 1950 a igreja sofreu novas reformas. Sua fachada (Foto 5.3.5-12) apresenta características das obras jesuítas, comum as do começo do século XVIII, e sua estrutura interna também, apesar de ter sido modificada. Suas imagens possuem características barrocas. Há um estudo recente da professora Nanci Vieira de Oliveira, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), recém-doutorada pela Unicamp, que descobriu dois sítios arqueológicos que ainda guardavam vestígios de populações indígenas que teriam vivido no município entre os séculos XVI e XVIII.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Estação de trem de Vila Nova Itambi	A edificação é datada da segunda metade do século XX e encontra-se depredada, servindo atualmente de moradia para habitantes locais.
Decreto nº112 30/10/1996	Municipal	Casarios de Vila Nova Itambi	O bairro possui diversas casas remanescentes tanto do final do século XIX e início do século XX, porém ainda comporta uma casa colonial que se encontra atualmente abandonada;

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaboraí